

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriana Brito da Silva

**O conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política
do Serviço Social**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriana Brito da Silva

O conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do
Serviço Social

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de MESTRE
em Serviço Social, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Lucia Silva Barroco.

SÃO PAULO
2015

Errata da Dissertação de Mestrado de Adriana Brito da Silva. O Conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social.

Folha 11

Linha 27

Onde se lê: percursor

Leia-se: sucessor

Onde se lê: "LEILA ESCORSIM NETTO"

Leia-se: NETTO 1.

Onde se lê: "JOSÉ PAULO NETTO"

Leia-se NETTO 2.

Onde se lê: BARROCO; TERRA, 2012.

Leia-se: BARROCO in BARROCO e TERRA, 2012.

Onde se lê: JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ (2008).

Leia-se: NETTO e BRAZ (2008).

Folhas 90, 92, 93, 95, 96, 98, 102, 103

Onde se lê: Rosa

Leia-se: Sara

Referências

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia.** Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

Folha 112

Linha 04

Onde se lê: Abril Cultural, 1979.

Leia-se Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria José e Messias, por todos os ensinamentos.

À solidariedade dos meus irmãos, Leandro e Leonardo e da Ana Paula Silva.

Ao companheirismo de Annibale Alberti.

Às imprescindíveis contribuições e aprendizados oferecidos pela minha brilhante orientadora, professora. Maria Lúcia Silva Barroco.

Às minhas generosas e solidárias amigas, Amanda Guazelli e Camila Gibin.

Aos meus camaradas Ueber e Evandro.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Nepedh), na Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, em especial, Giovanna Teixeira Borri e Elisa Vital.

Às contribuições de Aurea Satome Fuziwara e Maria Beatriz Costa Abramides, por terem participado da Banca de Exame de Qualificação.

Às professoras Maria Carmelita Yasbek e Maria Liduína Oliveira e Silva, por terem aceitado o convite para participar da Banca de Defesa.

Aos companheiros do Cress/SP.

Às companheiras da Faculdade de Mauá (Fama).

*[...] com ideias revolucionárias não se pode satisfazer
alguém faminto, mas pode-se incutir nele a crença no
futuro e assim, a coragem e o respeito a si próprio: pode-
se fazer despertar nele a energia espiritual que dá
superioridade interna e o torna insensível aos sofrimentos
físicos mais fortes. O proletário que passa fome é,
dependendo do caso, capaz de maior derrocada
espiritual ou também, do maior heroísmo revolucionário.
(ROSA LUXEMBURGO. In: LOUREIRO 2011, p. 476)*

RESUMO

A presente pesquisa objetiva discutir o conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social. Ancora-se no referencial teórico marxiano e nos autores a ele vinculados. Apresenta breve contextualização histórica do pensamento conservador e a sua reprodução no interior da profissão. Aborda algumas características do modo de produção capitalista contemporâneo, ou seja, a acumulação flexível, base de sustentação e justificação da ideologia conservadora. Trata de alguns aspectos da política neoliberal e do pensamento pós-moderno, além da coexistência entre o conservadorismo e o projeto ético-político na atualidade. E, por fim, por meio da pesquisa de campo, demonstra e analisa algumas características atuais do pensamento conservador.

Palavras-chaves: Conservadorismo. Serviço social. Projeto ético-político.

ABSTRACT

This research aims to discuss conservatism today and its repercussions on the ethical-political direction of Social Work. Including the Marxist theoretical framework and the authors linked to it. It features brief historical background of conservative thought and their reproduction within the profession. It addresses some characteristics of the contemporary capitalist mode of production, ie. the flexible accumulation, the foundation support and justification of conservative ideology. It remarks some aspects of neoliberal politics and postmodern thought, as well as coexistence between conservatism and the ethical-political project nowadays. And finally, through field research, it demonstrates and discusses some current characteristics of conservative thought.

Keywords: Conservatism. Social service. Ethical-political project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	
BREVE HISTÓRICO DO CONSERVADORISMO	14
1.1 Rupturas Burguesas Promovidas do Renascimento até a Revolução Francesa	14
1.2 Conservadorismo como Reação à Revolução Francesa e Adaptação ao Capitalismo	19
1.3 Primeiras Manifestações do Pensamento Conservador Pós 1848.....	25
1.4 Algumas Particularidades da Formação Social Brasileira.....	35
1.5 A Influência do Positivismo no Brasil	40
1.6 Reprodução do Conservadorismo no Serviço Social	43
CAPÍTULO 2	
O CONSERVADORISMO NA ATUALIDADE.....	55
2.1 Modo de Produção Capitalista Contemporâneo: Acumulação Flexível.....	55
2.2 Algumas Características do Neoliberalismo.....	63
2.3 Reprodução da Crise Estrutural no Campo da Cultura: o Pensamento Pós-Moderno.....	70
2.4 Crítica ao Pensamento Pós-Moderno.....	79
2.5 A Coexistência entre o Conservadorismo e o Projeto Ético-Político na Atualidade	84
CAPÍTULO 3	
A PESQUISA.....	88
3.1 Procedimentos Metodológicos	88
3.2 Conservadorismo Institucional.....	90
3.3 Família	94
3.4 Conservadorismo Moral	96
3.5 Irracionalismo e Conservadorismo no Serviço Social	98
3.6 Ética e Direção Social.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	111
ANEXO	114

INTRODUÇÃO

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que vem sendo construído há mais de 30 anos, caracteriza-se pela crítica e busca de ruptura com o conservadorismo, mas isso não significa que tenha sido removido da profissão, uma vez que é produto do conjunto das relações sociais nas quais ela se insere, ganhando maior ou menor densidade no curso da história e, assim, podendo se manifestar no Serviço Social (como em qualquer outra profissão) também com maior ou menor densidade.

O Serviço Social não está acima das contradições que envolvem a luta de classes; é na trama dessas relações que ocorre o exercício profissional que se fundamenta e se explica a partir de tais relações. A categoria profissional é formada por assistentes sociais com projetos profissionais e societários orientados por valores éticos e políticos distintos, mas, apesar das diferenças, todos estão sujeitos ao mesmo Código de Ética Profissional (CEP) e, por vezes, afirmam defender os valores inscritos no projeto ético-político, porém, contraditoriamente, realizam outros, muitas vezes de forma involuntária.

Por isso, estudar a reprodução do conservadorismo no interior da profissão é de suma importância, visto que o movimento das conjunturas econômico, política, social e cultural da atualidade, que possibilita a ascensão do conservadorismo, confronta a direção ético-política do projeto profissional de diversos modos.

Particularmente na sociedade brasileira, desde as campanhas eleitorais de outubro de 2014 para os cargos da Presidência da República, deputados federais, senadores, governadores estaduais e deputados estaduais, houve ascensão das forças políticas que representam os interesses políticos da direita e extrema direita.

Hoje, o Congresso Nacional é formado por uma bancada composta de pastores evangélicos, policiais, representantes do agronegócio, dos bancos, ou seja, em sua maioria é constituído por “ultraconservadores” (FERNANDEZ, 2005, p. 250),

entre eles, encontra-se Jair Messias Bolsonaro, deputado federal pelo Partido Progressista (PP), que defende abertamente a volta da ditadura militar¹.

Desde que a bancada parlamentar popularmente denominada de BBB - bala, bíblia e boi assumiu o mandato, em janeiro de 2014, foi retomado o Projeto de Ementa Constitucional 171/1993, que trata da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos idade. O primeiro texto foi aprovado em 17 de maio de 2015, pela Comissão de Constituição e Justiça permanente do Senado Federal, assinado por Laerte Bessa, do Partido Republicano do Distrito Federal (PR-DF), com a participação de Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (PMDB-RJ) apoiado pela bancada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em particular, o deputado Carlos Sampaio (SP) e Jutahy Junior (BA)². Após aprovação, o texto seguiu para votação na Câmara dos Deputados no dia 30 de junho de 2015.

Conforme anunciado pelo UOL notícias cotidiano³, na madrugada do dia 30 de junho, o texto que trata da redução da maioridade penal havia sido rejeitado. Para sua aprovação, seriam necessários 308 votos, no entanto, apenas 303 tinham votado a favor. Mas, após uma “pedalada regimental” do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com o intuito de reverter a rejeição, novamente o texto foi posto em votação no dia 2 de julho de 2015. E dessa vez o texto aprovado foi alterado e considerado mais “brando” (destaques nossos), pois indica a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos de idade, para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A diferença é que o texto rejeitado incluía o tráfico de drogas, o terrorismo e a prática de roubo qualificado como crimes imputáveis aos adolescentes de 16 anos de idade.

Por sua vez, surge uma movimentação do campo político da esquerda, organizada em movimentos sociais e partidos, que se colocam contra as medidas arbitrárias, dos conservadores, que atingem a classe trabalhadora. De modo geral, a

¹ Cartas contra desaparecidos do Araguaia irrita deputados. Agência Estado, 28/5/2009. 10h5. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cartaz-contradesaparecidos-do-araguaia-irrita-deputados,378349>>. Acesso em: 28 jun. 2015, às 6h31.

² Comissão da Câmara aprova a redução da idade penal para crimes violentos. Ranir Bracon, de Brasília, 17/6/2015, às 19h11, atualizado às 20h27. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1644185-camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-para-crimes-violentos.shtml>>. Acesso em: 28 jun. 2015, às 7h19.

³ Após Cunha Manobrar, Câmara aprova a redução maioridade pena em 1º turno. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/07/02/com-pedalada-regimental-reducao-da-maioridade-penal-e-aprovada-na-camara.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

correlação de forças, neste momento, não nos é favorável, devido às inúmeras determinações da totalidade social; entre elas, o favorecimento da reprodução do conservadorismo, que tem se expressado nos mais distintos espaços e de distintas formas, a exemplo da breve referência que fizemos às manobras políticas favoráveis à redução da maioria penal, entre outros.

Embora reconhecendo a ascensão dos movimentos que representam a direita e a extrema direita, verifica-se que alguns estão no cenário político da sociedade brasileira desde os anos 1960, a exemplo da Tradição Família e Propriedade (TFP), entre outros, que, ao longo da história, sofrem reconfigurações, mas seus ideários políticos ainda permanecem, na atualidade⁴.

Aliada à conjuntura brasileira e suas particularidades, soma-se a conjuntura internacional.

Segundo Michael Lowy,⁵ os números comprovam que, nas últimas eleições ocorridas na França, Inglaterra e Dinamarca, a extrema direita chegou a alcançar a margem de 25% a 30% dos votos, números expressivos que não se viam desde 1930.

No entanto, é preciso destacar que, apesar de vivermos numa conjuntura de ascensão da política ideológica conservadora, o fenômeno não é da atualidade e tampouco um momento cujo ápice remete ao fascismo e nazismo.

O pensamento conservador emerge historicamente como oposição às conquistas oriundas da Revolução Francesa de 1789 e tendo como protagonista Edmund Burke, dirige-se política e ideologicamente às instituições e formas políticas produzidas pelo movimento revolucionário conduzido pela burguesia, que pôs fim às bases de sustentação do regime feudal.

No entanto, no contexto da crise social que culmina com as Revoluções Proletárias de 1848, na Europa, o pensamento conservador passa a justificar o mundo burguês. Houve uma “reviravolta política ideológica” (LEILA ESCORSIM

⁴ A extrema-direita na atualidade. Direitos humanos em questão. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 119, jul./set.2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282014000300002&script=sci_arttext> Acesso em: 25 mar. 2015.

⁵ LOWY, Michel. Dez teses sobre ascensão da extrema direita europeia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/06/1469890-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

NETTO, 2011, p. 49)⁶ que transformou o pensamento conservador numa mediação ideopolítica que explica e justifica o mundo burguês.

Após alcançar o poder político, a burguesia, aliada ao que restou do Antigo Regime, passa a ter como constante inimigo a classe trabalhadora, o comunismo e a razão dialética (COUTINHO, 2010).

Em sua trajetória histórica, o conservadorismo burguês manifesta-se de diversas maneiras, produzindo desdobramentos, porém, sempre mantendo os mesmos inimigos e princípios, isto é, a conservação do seu poder político ideológico com o intuito de resguardar a propriedade privada, os valores tradicionais e a família.

Como ideologia, o conservadorismo contribui para reproduzir valores e modos de vida adequados à ordem burguesa.

Na presente pesquisa, apreendem-se algumas características da ideologia conservadora na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social. Para tanto, percorreu-se o seguinte caminho: um levantamento bibliográfico com o intuito de nos aproximarmos e aprofundarmos nossos estudos sobre o tema, permitindo a construção de uma fundamentação teórica, ao mesmo tempo em que o diálogo realizado com assistentes sociais – sujeitos desta pesquisa – constituiu a concretude necessária para nossas reflexões sobre a incidência e reprodução do conservadorismo no trabalho profissional.

Nesse sentido, a sistematização da pesquisa encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado Breve Histórico do Conservadorismo, tratamos de algumas rupturas promovidas pela burguesia durante o período renascentista, que abriram as possibilidades para a valorização da razão e a descoberta de que o homem é “um ser que faz a si mesmo” (HELLER, 1982, p.17). Além disso, abordamos as primeiras manifestações do conservadorismo burguês, a partir de 1848, através de Comte e seu precursor Durkheim. Posteriormente, centramos nossas reflexões particularizando a reprodução do conservadorismo na sociedade brasileira e no interior do Serviço Social.

No segundo capítulo, sobre O Conservadorismo na Atualidade, abordamos o

⁶ Utilizamos, no decorrer da dissertação, as obras de José Paulo Netto e Leila Escorsim Netto, ambos com o mesmo sobrenome, e para diferenciá-los, conforme sugere as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), será preciso identificá-lo usando o prenome.

processo de acumulação flexível e sua reprodução no campo político por meio do neoliberalismo e, no âmbito da cultura, por meio do pensamento pós-moderno. Também tratamos da coexistência do conservadorismo e o projeto ético-político profissional na atualidade.

Para finalizar, no terceiro capítulo, apresentamos reflexões sobre algumas expressões do conservadorismo no seio da profissão, tomando como base os conteúdos das entrevistas realizadas com assistentes sociais. Foram quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com assistentes sociais. Duas trabalham no Centro de Referência da Assistência Social (Cras); uma no Hospital das Clínicas; e uma é estudante de Serviço Social, que faz estágio na Política de Habitação.

A construção da presente dissertação foi motivada pela conjuntura político-econômica, social e cultural, que se constituem na atualidade, aliadas aos aprendizados e às discussões produzidas e obtidas no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Nepedh) na Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Durante a construção da pesquisa, notamos que, salvo erros, os últimos estudos ocorreram entre os anos de 2004 e 2006.

Em consulta realizada pela biblioteca virtual da PUC-SP (*campus* Perdizes), utilizando as expressões e palavras: conservadorismo e serviço social; tipo de material: dissertação e teses; suporte: todos, apareceram algumas pesquisas⁷, com as quais pudemos tomar contato, mas, no geral, avaliamos que são poucas as específicas sobre o conservadorismo e o Serviço Social.

Além disso, nossa experiência na docência, há três semestres, pela União das Instituições de Ensino de São Paulo (Uniesp), nos permite afirmar que, durante esse período, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) não levantaram indagações específicas sobre a reprodução do conservadorismo no interior da profissão, o que não significa que o tema não conste no trabalho e na formação

⁷ História em quadrinhos: O herói entre a tradição e o desajuste como síntese da cultura norte-americana (1983-1987), ano 2006; Pensamento conservador e a prática do serviço social: avanços e retrocessos, ano 2004; Descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico: condições e possibilidades da instrumentalidade do serviço social, ano 1994; Teses: Interpretações do humanismo no serviço social brasileiro, ano 2005; e Saúde do trabalhador e serviço social: possibilidades pelo avesso do avesso, ano 1998, PUC-SP. Disponível em: <<http://biblio.pucsp.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2015, às 9h07.

profissional, muito pelo contrário, foi o que nos motivou e alimentou concretamente – pela vivência em sala de aula – durante nossos estudos.

Importante destacar que a presente pesquisa, ao privilegiar uma discussão crítica acerca do conservadorismo e sua reprodução no âmbito da profissão, é também uma forma de se opor contra as agudas ameaças às conquistas civilizatórias alcançadas pela humanidade, ao longo da história, por isso, tem intenções políticas e éticas bem definidas: a defesa intransigente dos direitos humanos e da liberdade e a perspectiva de construção de uma nova ordem societária.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DO CONSERVADORISMO

1.1 Rupturas Burguesas Promovidas do Renascimento até a Revolução Francesa

Antes de adentrar na discussão sobre o pensamento conservador, é imprescindível compreender algumas rupturas empreendidas pela burguesia ainda no interior da ordem feudal. Rupturas processuais que inauguram o Renascimento de uma nova cultura, que culmina na Revolução Francesa.

Segundo Heller (1982, p. 9-11), o Renascimento é a aurora do Capitalismo, uma revolução que provoca transformações na maneira de viver dos homens e destrói a relação natural que os mantinha ligados às suas famílias, à sua condição social e ao seu lugar definido na sociedade. A hierarquia e estabilidade sofrem abalos; as relações sociais, até então compreendidas como naturais, tornam-se dinâmicas, movimentando as classes e os estratos sociais e, portanto, o lugar dos indivíduos na sociedade.

O conceito de “Renascimento” significa um processo social total, estendendo-se da esfera social e econômica onde a estrutura básica da sociedade foi afetada até ao domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e as maneiras de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência. Só podemos de fato falar de Renascimento quando todos estes aspectos surgem ligados e, num mesmo período, fundamentados em certas alterações da estrutura social e econômica: em Itália, Inglaterra e França e, em parte, na Holanda.

As formas ainda incipientes das forças produtivas capitalistas e as relações sociais burguesas surgem no desenvolvimento do próprio feudalismo e provocam um movimento que processualmente vai corroendo as bases estruturais que sustentavam a ordem feudal.

O movimento das forças produtivas, ou seja, o conjunto da força de trabalho humana coloca uma nova situação, em que os homens são obrigados a agir, pensar e sentir de maneira diferente das relações que os mantinham ligados a uma comunidade.

Portanto, é um movimento que provoca rupturas tanto com as concepções ideológicas de homem da Antiguidade como do período medieval. Na Antiguidade, perdurava o conceito ideológico de homem estático, cujas potencialidades individuais e sociais encontravam-se limitadas.

No período medieval, a concepção ideológica sobre a natureza do homem assentada sobre o catolicismo, apesar de diluir esses limites, introduz a perfectibilidade e a perversão como um processo ilimitado a ser alcançado ao menos no sentido das relações terrenas; entretanto, controlado por um poder transcendental “do início ao fim, pelo pecado original e o Juízo Final” (HELLER, 1982, p. 9).

Com o Renascimento, surge um conceito dinâmico de homem. Heller (1982) recorre às análises de Marx (1973) para demonstrar que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as forças produtivas burguesas, a estrutura social e o indivíduo nela inserido tornam-se dinâmicos.

O novo comportamento e a nova maneira de viver em evolução produzem a sua própria ideologia, encontrada já nas ideias da antiguidade, “[...] numa parte pelo menos equivalente em certas tendências do Cristianismo” (HELLER, 1982, p. 12).

Entretanto, não se trata de uma renovação ideológica da antiguidade, visto que a relação estabelecida entre o indivíduo e a sociedade tinha mais elementos em comum entre a polis grega e a Idade Medieval do que entre a polis grega e a estrutura social do Renascimento.

Para exemplificar a argumentação, Heller (1982, p.12) recorre a duas categorias, a Liberdade e Igualdade. A segunda era desconhecida, na Antiguidade, e só aparece na ideologia do Cristianismo quando se refere à igualdade dos homens perante Deus. “A liberdade, enquanto igualdade é uma combinação de dois conceitos que aparece numa época em que a produção de mercadorias se está a generalizar.”

Para aprofundar as diferenças entre a Antiguidade e o Renascimento, Heller (1982) também recorre a duas cidades-estados, Atenas e Florença, pois entre ambas havia semelhanças muito mais do que aparentes, como as mesmas bases de desenvolvimento econômico, a manufatura e o ofício. No período de suas respectivas ascensões, foram marcadas por conflitos entre as classes sociais. No

que diz respeito ao sistema político, ambas tinham tendências democráticas, entretanto, em Atenas, a democracia movia-se para a democracia direta.

Ambas começaram a enfraquecer-se no apogeu do seu desenvolvimento econômico e social, quando apresentavam possibilidades de expansão; no auge, ambas mantiveram a cultura clássica, porém, a democracia direta de Atenas, cujo desenvolvimento corresponde “ao alto nível da cultura técnica, constituía a condição prévia e o fundamento de uma cultura geral modelar e universal” (HELLER, 1982, p.13).

Mas, recorrendo ao movimento da história, verifica-se que ambas perdem a ascensão nos aspectos econômico, político, social e cultural. E ainda que, com o arrefecimento do poder de Atenas, todo o mundo grego processualmente vai se enfraquecendo, assim como o modo de produção que sustentava a idade de ouro ateniense.

Ao contrário do que ocorre com Florença, pois o modo de produção que fundamenta a cidade florentina não desaparece e continua a se desenvolver na Inglaterra.

Em síntese, as novas relações econômicas e sociais do Renascimento passam a ter nova finalidade,

[...] a riqueza como objetivo, a produção pela produção, a produção como um *processo interminável*, dissolvendo e transformando constantemente as coisas, portanto, a dissolução de todas as comunidades dadas naturalmente: todos os imperativos que a nova situação apresentou aos homens conduziram ao desenvolvimento de novos tipos de homens e, conseqüentemente, a um novo conceito de homem, diferente tanto do antigo como do medieval: o *do homem como um ser dinâmico*. (HELLER, 1982, p. 14, destaques do autor)

O dinamismo das relações sociais humanas, que move as concepções de valor, espaço, tempo e conhecimento, torna possível questionar e conhecer; em síntese, surge nova concepção de homem. A perfeição deixa de ser compreendida como norma imutável, ao contrário, uma vez atingida, torna-se superada.

O modo de produção burguês ainda embrionário, cujo objetivo é a produção de riqueza, também origina outra categoria central, a versatilidade humana, cujo surgimento torna-se possível devido à ampliação das forças produtivas e ao seu nível de desenvolvimento relativamente baixo. Esses dois fatores abrem possibilidades para o desenvolvimento universal dos homens e, concomitantemente,

a ampliação das necessidades sociais. Com o aprofundamento e desenvolvimento da sociedade burguesa, o homem universaliza-se, se bem que essa universalização tenha ocorrido sob formas cada vez mais alienadas.

Heller (1982, p.16) chama a atenção para o dinamismo da versatilidade renascentista, outro ponto importante que pode ter evoluído tanto para trás como para frente, ou seja,

a refeudalização, ao beco sem saída de uma restauração parcial da unilateralidade do sistema e dos estados sociais. Na análise concreta do conceito versatilidade encontraremos várias vezes esta perspectiva para trás e para frente.

Ruptura que também data do período renascentista é representada pela definição de que “o homem se transformou no centro dos interesses”, em outras palavras, “a natureza transformou-se no centro do pensamento” (HELLER, 1982, p.16). Ou seja, a descoberta de que o homem, em relação permanente com a natureza, constrói historicamente a natureza humana.

O domínio sobre a natureza é simultaneamente o descobrimento do conceito e fator de desenvolvimento da humanidade. Conhecer a natureza e as leis de seu funcionamento passa a ser um dever contínuo e infinito dos homens.

Outro ponto importante a ser salientado é que, segundo Heller (1982), a ideologia burguesa surge no período renascentista, entretanto, ainda não era uma ideologia da consciência de toda a burguesia, é com o Iluminismo que se constitui uma ideologia burguesa universal.

Em síntese, o renascimento é o marco histórico de uma cultura que surge na história da humanidade com rupturas que possibilitam ao homem se reconhecer como um ser que “se faz a si próprio” (HELLER, 1982, p.17).

Não vamos, aqui, nos debruçar sobre os pormenores dessas rupturas e conquistas ocorridas durante o período renascentista⁸, mas apenas enfatizar que o desenvolvimento das forças produtivas abre, desde então, possibilidades para o desenvolvimento universal dos homens, mas, contraditoriamente, coexiste com desigualdades.

Apenas para complementar, faz-se necessário apontar brevemente aspectos da lei geral da acumulação capitalista.

⁸ Sugere-se a leitura de: HELLER, Agnes. **O homem do renascimento**. 1982.

Segundo Marx (1996), a composição do capital deve ser entendida num duplo sentido, do pressuposto de valor, que é determinado pela proporção com que se divide o capital constante (valor alocado nos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho) e do pressuposto da matéria, isto é, para o seu funcionamento, no ato da produção, cada capital divide-se em meios de produção e força de trabalho. Essa composição é determinada pela proporção entre meios de produção utilizados e quantidade de trabalho necessária para colocar em movimento a produção.

O aumento de capital necessariamente implica o aumento da força de trabalho e uma parte da mais-valia; isto é, o trabalho não pago deve ser convertido em “capital variável ou fundo adicional de trabalho” (MARX, 1996, p. 246). Numa situação na qual a composição de capital permaneça inalterada, ou seja, que o capital constante exija para seu funcionamento o mesmo volume de força de trabalho, responsável por viabilizar o aumento de capital. Esse aumento de capital, visto que parte da mais-valia é alocada no capital original, possibilita a abertura de novos ramos do mercado. Quando as necessidades do capital superam a oferta de trabalho, decorre o aumento dos salários, mas isso somente no caso em que as condições permaneçam inalteradas. Portanto, a “acumulação de capital é a multiplicação do proletariado” (MARX, 1996, p. 246).

A força de trabalho é comprada apenas para a valorização do capital para a produção de mais-valia, ou seja, trabalho não pago, que está contido na mercadoria, isto é, a lei absoluta do modo de produção capitalista. De acordo com Marx (1996), o salário é sempre composto por uma proporção de trabalho não pago ao trabalhador.

A elevação dos salários, na melhor das situações, corresponde apenas à diminuição do trabalho não pago, no entanto, essa diminuição não pode chegar ao ponto de colocar em risco o sistema. A elevação do preço do trabalho não coloca em risco o processo de acumulação.

Mesmo com os lucros diminuídos os capitais continuam aumentar: crescem até mais depressa do que antes (...). Um grande capital, mesmo com lucros menores geralmente cresce mais depressa do que um capital pequeno com lucros grandes. (SMITH, Op.cit., I, p.189 apud MARX, 1996, p. 251)

A diminuição de mais-valia não impede o aumento do domínio do capital; com isso, a acumulação tende a decrescer, devido ao aumento crescente do preço do trabalho. Mas essa situação é resolvida, porque os trabalhadores, apenas

possuidores de si para sobreviver, são obrigados a submeter-se aos capitalistas donos dos meios de produção. A grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário é a dependente. Nesse sentido, quando o salário “sobe tanto que o lucro do patrão cai abaixo do lucro médio, ele para de ocupá-los ou só os ocupa sob a condição de se submeterem a uma redução salarial” (WADE, John. *Op. cit.*, p. 240 apud MARX, 1996, p. 251).

É justamente para assegurar essa forma de produção social que se cria a riqueza e, ao mesmo tempo, a pobreza, que se constitui a ideologia burguesa.

1.2 Conservadorismo como Reação à Revolução Francesa e Adaptação ao Capitalismo

Recorrendo à história, é possível compreender que o pensamento conservador surge inicialmente como reação contrária às conquistas promovidas pela Revolução Francesa de 1789⁹.

Nisbet (1987) reconhece que os termos conservador e conservadorismo começam a fazer parte do discurso político na Inglaterra, em 1830; entretanto, sua base de fundamentação filosófica surge em 1790, com a obra de Edmund Burke, intitulada *Reflections on the Revolution in France*, e que traz o delineamento inicial de uma filosofia da história que se opõe à filosofia progressista dos Whigs, partido liberal que reunia as tendências progressistas do Reino Unido.

Em sua obra, Burke confronta as tendências progressistas valorando as estruturas e instituições historicamente erguidas no regime feudal, entre elas, “a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região” (NISBET, 1987, p. 16), portanto, instituições que estavam se tornando enfraquecidas no pensamento político europeu, entre os séculos XVII e XVIII, devido à emergência da filosofia do direito natural de pensadores como: Hobbes, Locke e Rousseau, entre outros. Além disso, opõe-se à razão e ao individualismo, ambos inscritos no pensamento dos filósofos Iluministas, Burke (1790), “desde o começo da sua

⁹ “Revolução Burguesa denomina um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge seu clímax de sua evolução industrial.” (FERNANDES, 2005, p. 239)

carreira estava ao lado daquilo que ele considerava a ‘Grande Tradição’ na história política” (NISBET, 1987, p. 18).

Segundo Nisbet (1987) para Burke (1790), a Revolução Francesa se estenderia por toda a Europa e seu principal responsável era Rousseau, no entanto, para Tocqueville, outro conservador, a revolução havia sido conduzida pelos homens de letras e não apenas por Rousseau, apesar de reconhecer a influência do conteúdo político do seu pensamento.

Lukács (1979, p. 31), em seus estudos sobre a evolução do pensamento burguês, demonstra que o período clássico se situa entre o fim do primeiro terço do século XIX até 1848. Esse período é “a expressão mais elevada da concepção do mundo da burguesia, isto é, a revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio”.

As descobertas filosóficas de então permitiram uma intervenção concreta nos problemas das ciências sociais e naturais, elevando-os a um nível de abstração que viabilizou a construção de novas perspectivas relacionadas ao conhecimento. Lukács (1979, p.31) afirma que foi um período de férteis descobertas, pois “assistimos agora à transformação revolucionária da lógica, das ciências naturais e sociais”.

Ainda no plano da construção do conhecimento, essa filosofia representa as intenções de uma classe social em ascensão que, colocada no cenário da história mundial, se empenha em construir respostas progressistas para o conjunto da sociedade. A unidade entre a filosofia e os interesses gerais da burguesia como classe em ascensão viabiliza a independência dos filósofos que, representando os interesses da classe social à qual pertencem, podem empreender críticas radicais e tomar posições em relação ao desvio da sua missão histórica para assegurar os próprios interesses

Rousseau, mas não de modo exclusivo, expressa o pensamento burguês revolucionário. Sinteticamente, o conteúdo do seu pensamento, de um lado, constitui-se numa oposição aos privilégios dos grupos tradicionais, entre eles, associações, mosteiros, corporações; por outro lado, é a favor da vontade geral pura e da liberdade individual (NISBET, 1986).

Em 1791, todas as associações são suprimidas na França, “já não existe nenhuma corporação dentro do estado, dizia a Lei Chapelier; existe apenas o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral” (NISBET, 1987, p. 26).

Os impactos da Revolução promovem mudanças em todas as esferas da vida social modificando a estrutura da família patriarcal. Para se ter ideia, em 1792, o casamento torna-se instituição mediada por contrato e, em 1794, o número de divórcios é maior do que o de casamentos. Além disso, são estabelecidos limites para a autoridade paternal, por meio da instituição da maioridade legal. De modo geral, essas determinações, entre outras, trazem implicações para a propriedade, que também se torna objeto regido por lei.

A legislação tem a finalidade de confrontar os vínculos, o direito de propriedade e as organizações corporativas, entre elas, a família, a igreja, as associações e os mosteiros, que durante longo período concentram grandes quantidades de propriedades, não só na França, mas por toda a Europa. E, ao mesmo tempo, permite individualizar o direito de propriedade e extinguir a aristocracia e seu parasitismo. Emergem “tipos de propriedade mais fluidos, móveis, e em dinheiro como derivados da Revolução, elevando o poder econômico a uma classe inteiramente nova” (NISBET, 1987, p. 27). Ou seja, as relações tornam-se cada vez mais dinâmicas.

No geral os esforços da Assembleia Nacional, da Convenção Nacional e da Comissão de Segurança Pública voltavam-se, ao mesmo tempo, para a individualização da sociedade e para a racionalização de tudo, desde a cunhagem de moedas, pesos e medidas até a propriedade, educação, religião e todos os aspectos de governo. (NISBET, 1987, p. 28)

Segundo Nisbet (1987, p. 28), em 1793, emerge um projeto de descristianização da sociedade francesa e, para preencher o vazio que ficava, estabelece-se nova religião dedicada a cultivar a razão e a virtude. Para atender aos interesses dessa nova religião e, paralelamente, o espírito dos homens, são introduzidos novos rituais, isto é, formas de liturgias voltadas para os ensejos das assembleias da nova religião e a introdução de novos calendários, em suma, medidas destinadas a reformar os espíritos. Uma das instituições responsável por colocar em prática a reforma dos espíritos é a Comissão de Segurança Pública, que se encarrega de levar a cabo o processo de restauração dos espíritos “de um povo

que se deseja tornar livre, destruir os seus preconceitos, alterar os seus hábitos, limitar as suas necessidades desenraizar seus vícios e purificar preconceitos”.

O terror da Revolução choca a Europa, mas não significa que todos estavam chocados. Burke (1790), entre outros, compreendia que o terrorismo revolucionário provocava menos incidência do que as legislações estabelecidas por meio das assembleias revolucionárias. Para ele, a natureza verdadeira e interminável da Revolução “revelou-se melhor, nas leis destinadas a eliminar ou mutilar seriamente a ordem social tradicional e, ao mesmo, encher o vácuo que ficasse com novas armas do Estado” (NISBET, 1987, p. 29).

Outro movimento, que também mexe com os conservadores da época, é a Revolução Industrial inglesa, que se expande por toda a Europa.

Para Nisbet (1987), há indicações históricas de que, inicialmente, houve adesão do público ao espetáculo promovido pelas invenções dos novos engenhos mecânicos, isto é, as máquinas a vapor e de fiar. Na aparência imediata, tais invenções sugerem a liberdade do homem em relação ao trabalho bruto desempenhado no campo. No entanto, o aprofundamento do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, as experiências vivenciadas nas fábricas, sepultam as primeiras ilusões.

Os artistas e escritores ingleses, logo de início, fazem oposição à mecanização e proletarização da Inglaterra. “Esta fé na Mecânica, escrevia Carlyle, e na excessiva importância das coisas físicas é em todas as épocas o refúgio habitual da Fraqueza e Descontentamento cego” (NISBET, 1987, p. 30). O referido autor, em suas obras, denuncia a contradição entre a comunidade medieval, sua visão de ordem, com a desordem do novo modo, provocada pela modernidade.

Nesse contexto, começam a surgir relações sociais mediadas pelo individualismo; as aldeias são deslocadas para bairros pobres; os trabalhadores das fábricas ascendem aos cargos de gerente, supervisor, promovendo, inclusive, mudanças nas condições sociais.

Para Nisbet, (1987, p. 33), com as reformas de 1832, a aristocracia vai perdendo seu monopólio parlamentar; os laços entre a Igreja e governos são desatados: “aos dissidentes novos direitos políticos e ao seu tempo aos Católicos”. Essas relações expressam o novo espírito político da época, elas são a reprodução

desencadeada pela indústria que é a responsável pela “dissolução dos elos entre as pessoas”.

Portanto, com a consolidação do mundo burguês, torna-se inviável a perspectiva restauradora do regime feudal e, contraditoriamente, altera “o próprio papel sócio-histórico da burguesia” (LEILA ESCORSIM NETTO, 2011, p. 46).

Cumprida a sua *missão histórica* progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade (representação que, ao situá-la legitimamente no centro do arco das forças feudais – o povo – tornou possível a sua vitória no confronto com o Ancien Régime) e é levada à defesa de seus estritos interesses particularista. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (destaque da autora).

Entre os anos de 1830 e 1848¹⁰, a cultura burguesa vê-se ameaçada pelo protagonismo do movimento operário e socialista criado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Não nos deteremos nos pormenores das insurreições proletárias¹¹ e sua repressão pela burguesia, apenas sinalizamos que foi um marco histórico, no qual a burguesia rompe com seu caráter revolucionário e suas preocupações, desde então, voltam-se para “direcionar os rumos políticos ideológicos do seu projeto de dominação que visam combater o marxismo, o movimento operário, e a perspectiva de revolução” (NETTO, 2006, p.14 *apud* BARROCO, 2003, p. 3) e, ao mesmo tempo, assegurar a propriedade privada dos meios de produção.

Todavia, antes de nos determos nas primeiras manifestações do conservadorismo pós 48, é preciso destacar que nossa compreensão parte do pressuposto de que o conservadorismo se (re) produz sobre determinada base de produção material, que envolve as categorias econômica e social.

As categorias não são criadas por meio das sistematizações do pensamento, mas expressam um modo de ser da realidade construída historicamente.

Segundo José Paulo Netto e Braz (2008), a expressão Economia Política surge na Grécia Antiga, no entanto, é no século XIX que se tem uma elaboração mais sistematizada do termo, ou seja, o processo de desenvolvimento das forças produtivas que viabiliza a sistematização do que se denomina de Economia Política.

¹⁰ Nessa época, veio a público o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels.

¹¹ Para entender o período das insurreições, ler: HOBBSAW, Eric. **A era das revoluções**. 1981.

Historicamente, o período clássico da Economia Política ocorre entre o século XVIII e começo do XIX, na França e Inglaterra. Os dois maiores representantes da Economia Política clássica são David Ricardo e Adam Smith. Ambos, apesar das diferenças, não estão preocupados em construir uma ciência e seus estudos, tampouco, separavam as categorias econômicas das relações sociais, pois suas atenções estavam centradas no trabalho, dinheiro, valor, lucro e na propriedade. Para eles, as categorias e instituições econômicas são naturais e “uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e imutáveis na sua estrutura fundamental” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p.18). Essa concepção dos economistas clássicos são decorrentes do jusnaturalismo moderno de John Locke (1632-1704) os economistas clássicos De modo geral, Smith e Ricardo estavam preocupados em compreender o funcionamento do modo de produção capitalista que se desenvolvia no interior da sociedade feudal, assim, a Economia Política se constitui como uma “teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão de mundo do conjunto da vida social [...] não se colocavam como cientistas puros, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 17).

A Economia Política serve de fundamento para a burguesia confrontar o regime feudal, isso porque, ao reconhecer que o valor é produto do trabalho, demonstra o caráter parasitário do clero e da aristocracia e com isso move um processo revolucionário que coloca fim a tal regime.

Entretanto, em meados dos anos de 1825, 1830, 1848, quando a burguesia abandona seu ideário revolucionário, o valor como produto do trabalho passa a ser utilizado pelos teóricos comprometidos com a classe trabalhadora, com o intuito de demonstrar o caráter parasitário e explorador da burguesia sobre os trabalhadores. O mais célebre entre eles é Karl Marx.

Todavia, apesar de romper, em muitos pontos, com a Economia Política, a ciência econômica que se consolida, pós 1848, preserva a mesma apreensão das categorias econômicas, ou seja, “propriedade privada, capital, salário e lucro etc. fazem parte, natural e necessariamente, de qualquer forma de organização normal, civilizada, e devem sempre ser preservados” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 23).

Desse modo, a ciência econômica que se consolida na sociedade burguesa conservadora torna-se uma sistematização instrumental de caráter técnico, que rejeita a possibilidade de compreender o desenvolvimento econômico relacionado à vida social; produz análises que partem da distribuição, ou seja, privilegia a sistematização da aparência imediata das relações econômicas e, desse modo, reproduz e justifica o modo de ser das relações econômicas capitalistas.

Em suma, a ciência econômica, ao lado das ciências sociais pós 1848, justifica e reproduz o mundo burguês.

1.3 Primeiras Manifestações do Pensamento Conservador Pós 1848

As insurreições que ocorrem entre os anos de 1830 e 1848 demonstram que “a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social” (LUKÁCS, 1979, p. 32). A partir de 1830, inicia-se o que Lukács (1979, p. 33) denomina de processo de decomposição do pensamento burguês clássico, movimento que se conclui com a Revolução de 1848. Esse período demarca, para a filosofia clássica burguesa, o começo de um novo período, que finaliza aproximadamente com o início do Imperialismo. Termina a ofensiva burguesa contra o Feudalismo e “sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente”.

Para Coutinho (2010), historicamente, observa-se que a filosofia burguesa possui dois momentos. O primeiro inicia-se com os filósofos do renascimento, até Hegel, e de modo geral é caracterizado por um movimento progressista, norteado por um pensamento humanista, dialético e histórico. O segundo envolve a ruptura radical, que ocorre entre os anos de 1830 e 1848, e no qual a filosofia burguesa caminha processualmente para a construção de um pensamento que abandona as conquistas progressistas do período anterior, a exemplo das categorias humanismo, historicismo e a razão dialética.

O antagonismo entre o progresso e a reação que originariamente marca o processo de desenvolvimento burguês, a partir de 1848, delineia nova perspectiva, na qual “as tendências progressistas passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao

transformá-los em fonte cada vez maior da alienação humana” (COUTINHO, 2010, p. 21).

A primeira manifestação do pensamento burguês, a partir de 1848, segundo Lukács (1979, p. 33), “constitui em um reflexo exato, no plano do pensamento, do compromisso social”. Isso significa que despontam as tendências do agnosticismo filosófico no plano da teoria do conhecimento.

O agnosticismo é uma corrente filosófica que afirma a impossibilidade de se conhecer a natureza verdadeira do mundo e da realidade; que tal conhecimento não tem nenhuma utilidade e suas preocupações curvam-se para o desenvolvimento de um conhecimento científico especializado e dividido por áreas.

Nesse sentido, a filosofia, conforme analisa Lukács (1979, p. 34), assume o papel de pôr limites e vigiar as fronteiras de construção do conhecimento para que este não exceda os limites científicos, ou seja, “que ninguém ouse tirar das ciências econômicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o regime”. Além disso, o agnosticismo também proíbe descobertas científicas relacionadas às ciências naturais que se contraponham aos dogmas religiosos.

Em síntese, a corrente filosófica do agnosticismo é contrária às “pesquisas que tendem a elaborar uma concepção coerente de mundo, pois uma visão de conjunto definiria os limites traçados pela ciência, que considera como autoridade suprema” (LUKÁS, 1979, p. 34).

Para Lukács (1979), apesar do agnosticismo, positivismo e neokantismo coexistirem com outras manifestações filosóficas, entre elas o materialismo mecanicista e a influência do pensamento filosófico do pessimismo de Schopenhauer, o agnosticismo é o pensamento dominante observado nas elaborações dos neokantianos e do positivismo.

As primeiras manifestações do agnosticismo ocorrem com o positivismo clássico de Comte, a sociologia de Durkheim e as várias versões do neokantismo cientificista (COUTINHO, 2010).

Vejamos algumas características do agnosticismo que definem o pensamento de Comte e Durkheim.

De acordo com Henriques (1979, p. 46-47), Comte, ao perseguir a finalidade de arrumar a escala intelectual do conhecimento oriundo do desenvolvimento das forças produtivas, combinando, de um lado, métodos científicos e, de outro, os “delírios” ético-religiosos”, oculta suas pretensões religiosas, sobre as bases de uma cientificidade enciclopédica que visa edificar “uma escala de um conhecimento positivo fadado a redefinir moral e intelectualmente a fisionomia da sociedade burguesa saída das convulsões revolucionárias”. Portanto, ele pretende não só construir métodos científicos, mas também uma compreensão de homem e mundo.

A constatação de Comte sobre as impossibilidades de manter as explicações do mundo fundamentadas no catolicismo medieval, diante do inevitável avanço das forças produtivas burguesas fundadas na propriedade privada, na divisão do trabalho e na exploração do homem pelo homem, produz uma sociabilidade e, consequentemente, formas de consciência norteadas por ideias individualistas que provocam anarquia mental, impossibilitando “soldar todas as classes sociais em princípios uniformes de pensamento” (HENRIQUES, 1979, p. 51).

Ainda que reconheça que a sociedade é constituída por distintos interesses de classe, Comte não compreende tais interesses como conflitantes ou antagônicos, mas “são apenas interesses distintos e passíveis de uma existência harmônica. É especialmente este desejo de ordem e harmonia que caracterizará o pensamento em pauta” (CARVALHO, 1990, p. 55).

O filósofo pretende alcançar a harmonia social por meio da ciência, pois “o aperfeiçoamento do indivíduo e da espécie ao qual se vincula a noção de progresso é percebido como resultante da predominância da inteligência e da sociabilidade, valorizando de modo especial à ciência” (CARVALHO, 1990, p. 15).

A tarefa do filósofo consiste em construir explicações para a realidade através de esquemas lógicos, tornando-os manipuláveis¹², visto que “a manutenção das relações sociais – ainda que sublimadas num hipotético ‘estado positivo’ – é a precondição para que a razão humana atinja seu estado verdadeiramente normal” (CARVALHO, 1990, p. 48).

¹² “São inúmeros os trechos de Comte sobre a nítida separação que deve existir entre teoria e prática. Os sábios ficarão ocupados unicamente com a teoria, com os fatos, com o que é; os técnicos mais tarde porão em prática os ensinamentos recebidos dos primeiros. Mas a pesquisa inicial deve ser a mais desinteressada possível, tão objetiva e isenta de valores como a do físico. Constitui um erro fundamental considerar como puramente prática a obra essencialmente teórica da reorganização social.” (FILHO, 1957, p. 229 apud HENRIQUES, 1979, p. 48)

De modo geral, a concepção de ciência defendida por Comte – “a pretensa parte ‘atual’ – implica o seu rebaixamento ao nível da mera manipulação de dados e fatos imediatos perceptíveis, tomados como campo privilegiado sobre o qual pode incidir a teoria” (CARVALHO, 1990, p. 50).

O programa filosófico positivista de Comte, ao extrair as generalidades de cada ciência particular, “articulando-as num sistema amplo e sistemático [...] entronca-se na tradição filosófica do agnosticismo, responsável pela recusa de considerar questões ontologicamente decisivas no plano da natureza e da vida social” (CARVALHO, 1990, p. 51).

A lei dos três estados, uma “pobre caricatura do movimento histórico dialético de Hegel” (HENRIQUES, 1979, p. 48), consiste em afirmar que a história da humanidade é constituída por três momentos consecutivos: teológico, metafísico e positivo¹³, e que o positivo é considerado o verdadeiro, o normal.

O programa filosófico comteano substitui os movimentos da história por um esquema lógico.

Comte constrói uma sistematização filosófica capaz de subordinar, à moral à ciência, criando, assim, uma moralidade científica capaz de cumprir a função de integrar a sociedade por meio de características eternas e naturais. “No mundo positivo, a luta de classes é um dado do passado, uma reminiscência do estado metafísico” (HENRIQUES, 1979, p. 53).

Para ele, a positividade das relações na sociedade burguesa é alcançada por meio da moral, entendida “como um conjunto de regras gerais capazes de manter certa uniformidade do comportamento do homem” (CARVALHO, 1990, p. 16).

Segundo Carvalho (1990), o estado positivo é constituído por seis características centrais: a realidade, utilidade, certeza, precisão, oposição ao negativo, ou seja, a organização e não a destruição, e a relatividade.

¹³ “O primeiro, o teológico [...] domina as ficções espontâneas desprovidas de provas; o segundo, o estado metafísico, é caracterizado pela preponderância das abstrações personificadas ou entidades; por fim, o estado positivo é sempre fundado numa exata apreciação da realidade exterior. O primeiro regime, embora puramente provisório, constitui nosso único ponto de partida; o terceiro, o único definitivo, representa nossa experiência normal; quanto ao segundo, comporta apenas influências modificadoras, ou melhor, dissolvente, que o destina somente a dirigir a transição duma a outra constituição. Tudo começa, com efeito, sob a inspiração teológica, para desembocar na demonstração positiva, passando pela argumentação metafísica” (COMTE apud CARVALHO, 1990, p. 32).

O novo espírito filosófico é caracterizado por constante dedicação à pesquisa verdadeiramente acessível à nossa inteligência, implicando, portanto, na exclusão dos impenetráveis mistérios de que se ocupava, sobretudo na infância (ou seja, na infância, no estado teológico, caráter da realidade);

A utilidade é vista como oposta à ociosidade:

[...] a utilidade lembra então, em filosofia, o destino necessário de todas as nossas especulações sadias para o aperfeiçoamento contínuo de nossa verdadeira condição individual coletiva, em lugar da satisfação de uma curiosidade estéril;

A certeza é qualificada como oposta à indecisão:

[...] indica a aptidão característica de tal filosofia (filosofia positiva) para constituir espontaneamente a harmonia lógica no indivíduo, e a comunhão espiritual na espécie inteira, em lugar dessas dúvidas indefinidas e desses debates intermináveis que deveria suscitar o antigo regime mental.

A precisão é qualificada em oposição ao vago:

Este sentido lembra a tendência constante do verdadeiro espírito filosófico a obter em toda parte o grau de precisão compatível com a natureza dos fenômenos se conforme as exigências de nossas verdadeiras necessidades; enquanto a antiga maneira de filosofar conduzia necessariamente a opiniões vagas, comportando apenas uma indispensável disciplina, baseada numa repressão permanente e apoiada numa autoridade sobrenatural.

Quanto à positividade, afirma Comte que, sob esse aspecto, indica uma das mais eminentes propriedades da verdadeira filosofia moderna, mostrando-a destinada, sobretudo, por sua própria natureza, a não destruir, mas a organizar [...]

Finalmente, em relação à relatividade afirma a tendência necessária a substituir [...] o absoluto [...] pelo relativo. É em virtude de seu gênio relativo que a nova filosofia pode sempre apreciar o valor próprio das teorias que lhe são mais opostas, sem, contudo chegar a uma vã concessão, suscetível de alterar a nitidez de suas vistas ou firmeza de suas decisões. (COMTE, 1978c, p. 269 apud CARVALHO, 1990, p. 17)

Em suma, o pensamento de Comte, por meio da manipulação de métodos de construção do conhecimento, busca alcançar o estado positivo da sociedade, ou seja, a harmonia que assegura a ordem e viabiliza o progresso.

De acordo com Carvalho (1990, p. 14), o dever é a categoria central do pensamento de Comte, que deve ser aceito de forma espontânea; por essa razão, é necessário estabelecer uma educação para o proletário que deve perseguir a ordem e o progresso. “A ordem – uma das categorias básicas – é condição do progresso e este é percebido sempre como um estado qualitativo superior ao que antecedeu.”

A ordem e, conseqüentemente, o progresso são direcionados pela autoridade do sacerdócio republicano constituído pelo patriarcado industrial, que cumpre o dever de exercer a benevolência para com o proletário, providenciando-lhe meios para a satisfação das necessidades, entre as quais, a alimentação, o vestuário e a educação. E, por sua vez, cabe ao proletariado cumprir o dever de “trabalhar para

acumulação do capital e de venerar a benevolência do patriciado industrial” (CARVALHO, 1990, p.13).

A maioria da população, constituída por proletários, deve compreender espontaneamente que seu trabalho contribui para o progresso da humanidade, e que o trabalho promove a dignidade humana.

Comte constrói a concepção de funcionários sociais, enfatizando a utilidade real dos ofícios, valorizando a obediência e consolidando o comando burguês. “Em vez de ter um simples destino privado, cada atividade sente-se honrada pela sua digna participação no bem público” (HENRIQUES, 1979, p. 54).

O fato de Comte construir uma sistematização filosófica valorizando a espontaneidade contribui, de um lado, para limitar a razão a uma atitude burocrática e, por outro, combate a razão ontológica pela reprodução da realidade imediata. É um pensamento que se reduz à descrição da imediatricidade.

O termo imediatricidade não designa [...] uma atitude psicológica cujo oposto, ou cujo desenvolvimento, seria a consciência; designa, ao contrário, um certo nível de recepção do conteúdo do mundo exterior, independente da circunstância de que essa recepção ocorra com maior ou menos consciência. (LUKÁCS, 1966, p. 329 apud COUTINHO, 2010, p. 39)

Quando o pensamento não ultrapassa a realidade imediata e espontânea, limita-se à descrição da aparência e não consegue alcançar a essência, consequentemente, transforma “a aparência em fetiche concedendo-lhe uma autonomia e uma universalidade que não possui” (COUTINHO, 2010, p. 38). As elaborações ideológicas que consistem somente em capturar a espontaneidade imediata da vida cotidiana, também transforma em “confusão o particular e o geral” (COUTINHO, 2010, p. 32). Ou seja, o particular torna-se geral e o que é geral torna-se particular. Além disso, tende a compreender as categorias de forma isolada uma das outras.

Ao subordinar-se a esse espontaneísmo, a filosofia da decadência transforma em oposição algumas contradições dialéticas, e eleva determinados modos de ser da realidade, excluindo-os do movimento histórico da totalidade social e transformando-os em momentos estáticos e imutáveis. A característica fundamental do pensamento decadente é “o de ser um pensamento fetichizador manifestando-se em orientações, racionalistas, ou irracionais, objetivistas ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas” (COUTINHO, 2010, p. 39).

Portanto, ao sistematizar filosoficamente a imediatividade dos fatos, Comte afasta-se das categorias primárias, ou seja, das categorias econômicas; nega o movimento contraditório da história e contribui para a reprodução ideológica da sociedade burguesa.

Outro ponto a ser destacado no pensamento de Comte é que, ao transmutar os interesses privados para o público, valorando a cooperação e a harmonia entre os homens, com o intuito de conter o modo de ser clássico liberal do homem egoísta e inseguro, que anseia aumentar seu poder para realizar suas satisfações, percebendo o outro como uma ameaça para si, torna-se um dever ser. “Obrigar à cooperação e à harmonia entre homens desigualmente proprietários pela força da norma legal e do imperativo ético” (VIANNA, 1976 p. 8 apud HENRIQUES, 1979, p. 55), torna-se característica assumida pela política burguesa de dominação não liberal encontrada tanto no fascismo como no bonapartismo e corporativismo.

Outro pensador de influência no plano da construção do conhecimento que justifica a ordem burguesa é Durkheim. Entretanto, suas inquietações repousam na construção de respostas para a questão social. Tal pensamento consiste em construir uma ação social consciente e planejada que seja capaz de impedir a desintegração da sociedade burguesa, visto que a perda de identidade provocada pela intensa e complexa divisão do trabalho fez definhar a consciência da coletividade.

A ação social pretendida por Durkheim tem a função de contribuir para a formação de vínculos sociais solidários entre os indivíduos, alcançada por meio de uma moral científica. “Somente um conhecimento objetivo da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade – donde a necessidade e a legitimidade da sociologia” (LEILA ESCORSIM NETTO, 2011, p. 53).

De modo geral, o conservadorismo de Durkheim expressa-se em adaptar a invariabilidade das leis da natureza para a sociedade, ou seja, “ele considera que as leis sociais, tanto quanto as da natureza, são fixas e imutáveis” (LEILA ESCORSIM NETTO, 2011, 68). Durkheim defende a invariabilidade e a neutralidade em relação aos fatos sociais; suas preocupações centrais estão voltadas para o controle e a coesão social, que devem ser assegurados por meio da moralidade laica.

Para ele, a sociologia encarrega-se de construir a moralidade laica e não é por mero acaso que a educação é tão valorizada por Durkheim, pois é uma das instituições que influenciam a socialização dos indivíduos.

Segundo Nogueira (1978), a sociologia, como estatuto científico, constitui-se na primeira metade do século XIX, com limites definidos, por um lado, pela autonomia e exclusividade do objeto e, por outro, pelos fundamentos positivistas que incorpora. De Comte, a Durkheim e a Weber, o pensamento sociológico conserva o positivismo, construindo conhecimento fragmentado (negando a totalidade das relações sociais), prendendo-se ao empírico e às abstrações genéricas, ou seja, nega as dimensões das particularidades, do movimento da história e do concreto.

Para Nogueira (1978, p. 21), em Comte e Saint Simon, os limites da sociologia já apareciam, pois, suas ideias estavam “envolvidas num sistema filosófico problemático cujas pretensões objetivavam alcançar a constituição de uma ciência universal da sociedade”, calcadas em pressupostos das ciências naturais. Comte pretendia transformar a ciência sociológica em filosofia, incluindo os estudos dos fenômenos sociais no centro da sua filosofia positivista, separando-a da economia, enquanto que Saint Simon entendia a filosofia como ciência geral.

Entretanto, os limites mais consubstanciados da sociologia apresentam-se, no pensamento de Max Weber e Durkheim, com a adentrada da sociologia no âmbito institucional universitário.

Nogueira (1978, p. 21) afirma que o pensamento de Weber foi construído numa escola alemã de orientação neokantiana, o que o impediu de suscitar questionamentos sobre a gênese da sociologia. Seu pensamento “limitou-se a genéricas considerações sobre o inexorável progresso científico e cultural que empurra a reflexão para o especialista”.

Já na França, Durkheim sempre tencionou tornar a sociologia uma ciência autônoma, afastando-a da herança metafísica-abstrata, filosófica e esquemática legada dos sistemas de Comte, Simon e Spencer¹⁴, na tentativa de construir a era

¹⁴ Segundo Nogueira (1978, p.19) para Durkheim, esses três “grandes sociólogos” não saíram “das generalidades sobre a natureza das sociedades, sobre as relações entre o reino social e o reino biológico, sobre a marcha geral do progresso”; por isso, era tempo de “entrar mais diretamente em relação com os fatos, de adquirir neste contato o sentimento de sua diversidade e de sua especificidade, com o intuito de diversificar os próprios problemas, de lhes determinar e lhes aplicar um método que seja imediatamente apropriado à natureza das coisas coletivas”.

das especializações (NOGUEIRA, 1978, p. 22), pretendida desde Comte. Aqui é notável a reprodução da divisão social do trabalho no plano da construção do conhecimento.

Contudo, a sociologia, historicamente, reivindica a autonomia e a exclusividade do seu objeto, que é a sociedade, enquanto que a teoria social de Marx tem como pressuposto refletir concretamente sobre a totalidade histórica das relações sociais em seu permanente movimento dialético pela autoconstrução dos homens e sua eterna relação com a natureza, que se particulariza em cada formação social.

Para Nogueira (1978), os processos de reivindicação da autonomia, da negação do pensamento dialético e concreto da totalidade social, não se esgotam na sociologia, mas também se manifestam nos planos da ciência política, antropologia e economia.

Entretanto, é preciso destacar que, embora sirva à conservação do existente, a produção do conhecimento em favor dos interesses burgueses não deve ser compreendida, a priori, como intencionalidade de classe, mas apreendida como reprodução da realidade concreta constituída pela propriedade privada e o aprofundamento da divisão do trabalho e suas implicações na cultura da sociedade. Ou seja, o fetichismo, modalidade de alienação típica da sociedade capitalista, que se inicia no ato da produção, tende a ser reproduzido em todas as esferas da vida, não escapando, inclusive, da produção do conhecimento.

Processualmente, o fetichismo acentua-se, produzindo um efeito antidialético sobre o pensamento, isto é, a sociedade, em vez de ser apreendida pelo pensamento como relação entre pessoas, aparece ao pensamento como a relação estabelecida entre coisas. “O clima mental assim criado é desfavorável para o pensamento dialético” (LUKÁCS, 1979, p. 29).

Os intelectuais, em sua maioria, distanciaram-se das discussões sobre o processo de trabalho e da lei geral de acumulação, ou seja, afastaram-se das categorias econômicas que determinam a estrutura da sociedade e se limitaram a compreender as manifestações secundárias da produção social. Nesse sentido, torna-se cada vez mais difícil apreender e construir reflexões que possibilitem desvelar a alienação reproduzida nas relações humanas. Em síntese, “é tão grande

o abismo entre a realidade e o pensamento, que só reflete suas manifestações superficiais” (LUKÁCS, 1979, p. 30).

A racionalidade burocrática, em alusão a Coutinho (2010, p. 41), é uma das manifestações fetichizadas do pensamento; pois se realiza quando determinados procedimentos práticos são consolidados, formalizados e repetidos mecanicamente, tornando a ação humana empobrecida, distante da realidade e das finalidades. Não se questiona o sentido da ação humana, apenas a reproduz por meio de regras formais e generalizadoras, que repetem a espontaneidade e o imediatismo do capitalismo “submetendo as contradições reais a uma homogeneização formalista”.

Marx Weber (s/d, p. 41 *apud* COUTINHO, 2010, p. 41) é um dos primeiros pensadores a discorrer sobre o fenômeno da burocracia, articulando-a com a economia capitalista. A burocracia torna a atividade pública diferente da que ocorre na esfera da vida privada. “É peculiar ao empresário moderno comportar-se como primeiro funcionário da sua empresa, da mesma forma como o governante de um Estado moderno, especificamente burocrático, considera-se como primeiro servidor público.”

Essa afirmação exemplifica como a ação burocrática transforma um interesse particular em interesse geral, pois, no imediatismo do pensamento cotidiano, a empresa e o estado assumem aparência de algo natural, que está fora do controle dos homens e, conseqüentemente, esses passam a ser submetidos ao fetichismo, não questionando o conteúdo e a finalidade dessa reprodução.

Portanto, a propriedade privada e, paralelamente, a divisão do trabalho no modo de produção capitalista, não só viabilizam a ação burocrática, mas também a racionalidade burocrática, que reduz a razão a regras formais desumanizadas, pois a natureza específica da burocracia consiste “em eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo” (WEBER, s/d, p. 250-251 *apud* COUTINHO, 2010, p. 42).

A práxis aparece agora como uma atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa miséria da razão transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana. (COUTINHO, 2010, p. 43)

Em suma, após 1848, “o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente [...] a história e a economia perdem sua anterior importância filosófica – ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração de concepção de mundo” (COUTINHO, 2010, p. 36).

Uma das inúmeras influências do pensamento conservador pós 1848 também se reproduz no Brasil, porém, antes de nos determos sobre tal influência, particularizando o positivismo de Comte, faz-se necessário tangenciar algumas características da formação social brasileira.

1.4 Algumas Particularidades da Formação Social Brasileira

Para compreender a reprodução do pensamento conservador no interior da sociedade brasileira e no Serviço Social é preciso discorrer brevemente sobre alguns traços que constituem as particularidades históricas da nossa formação social.

Primeiro, é preciso considerar que a transição entre o modo de produção latifundiário agroexportador para o modo de produção capitalista ocorre, no Brasil, sem promover as rupturas consideradas historicamente como requisitos necessários para um modelo de desenvolvimento capitalista clássico. “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 18).

[...] a grande propriedade territorial que assume a face racional de empresa capitalista, convivendo com as vantagens da apropriação da renda fundiária. É acompanhada da concentração da propriedade territorial e de uma ampla expropriação de trabalhadores. Cresce a massa de assalariados rurais e urbanos, necessária à expansão do mercado interno, e às exigências de ampliação da produção e a produtividade. Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples-parceiros, pequenos arrendatários, posseiros – submetendo-a ao jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e à renda fundiária. Assalariados agrícolas e camponeses experimentam uma permanente privação dos direitos sociais, trabalhistas e políticos – especialmente o direito ao voto – aprofundando sua exclusão do bloco do poder e dos pactos políticos. (IAMAMOTO, 2011, p. 131-132)

Em síntese, “o País transitou da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital” (IAMAMOTO, 2011, p. 136) mantendo considerável diferença entre o modo de produção capitalista e o regime político democrático. Esse modo de transição manteve e intensificou a subordinação econômica e a política do Brasil em relação aos mercados externos e ocorreu sem promover as rupturas com o legado colonial. O que houve, no caso brasileiro, foi a acomodação e o redimensionamento entre o modo de produção capitalista e a estrutura agrária brasileira constituída pelo grande latifúndio.

Conforme aponta Iamamoto (2011), a revolução burguesa no Brasil tem sua origem no mundo rural, cujos atores principais são os grandes latifundiários de terra. As atividades de agroexportação viabilizaram a acumulação de capital do comércio e da indústria e, assim, os interesses do grande capital e da renda da terra tenderam a se fundir numa única figura, transmutando o proprietário de terra em capitalista e o capitalista em proprietário de terra.

Também sempre foi recorrente, desde a formação social brasileira, a exclusão das forças populares dos processos de decisão política do País. (JOSÉ PAULO NETTO, 2007).

O alinhamento político, ao longo da nossa história, representa os interesses políticos das classes economicamente dominantes, inclusive, até hoje, sequer conseguiu-se uma reforma agrária de fato. “As alianças políticas excluíram os trabalhadores rurais – inclusive dos pactos populistas – tornando possível a manutenção da velha oligarquia fundiária nas alianças do poder” (IAMAMOTO, 2011, p. 137).

A fragilidade histórica da democracia na sociedade brasileira, que se objetiva na relação entre Estado e sociedade civil, é intrínseca ao perfil da revolução burguesa aqui ocorrida.

O uso de instrumentos coercitivos por parte do Estado reduziu a participação política e o exercício da cidadania para os setores majoritários da população, derivando em uma rede de relações autoritárias que atravessa a própria sociedade civil ‘incorporada’ pelo Estado. (IAMAMOTO, 2011, p. 134)

No entanto, “os de baixo nunca deixaram de reivindicar, lutar e protestar” (IANNI, 1984a, p. 33-44 apud JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 18-19), porém, os setores de ponta das classes dominantes lograram neutralizá-los.

Por fim, o Estado funciona como um espaço de convergência dos dois processos antes citados e desempenha preponderante atuação, desde 1930. “Não é que ele sobreponha ou impeça o desenvolvimento da sociedade civil” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 19), mas atua como um mediador decisivo para acomodar os interesses e as conciliações das frações e classes burguesas e, ao mesmo tempo, impõe e reproduz os valores e as ideologias das classes economicamente dominantes para o conjunto da sociedade.

O processo de dominação burguesa ocorre, no Brasil, por meio de um regime político restrito aos interesses dos membros da classe burguesa, que tem no Estado e em outros organismos hegemônicos a mediação necessária para reproduzir os seus interesses particulares como se correspondessem aos de toda a nação. Em síntese, “os processos políticos da sociedade brasileira são decididos pelo alto (notadamente, mas não de forma exclusiva, por núcleos encastelados na estrutura do Estado), condensa-se, aí, a particularidade da formação social brasileira” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 20).

É crucial o papel do Estado nos caminhos percorridos pela modernização pelo alto, ao permitir que as classes dominantes construíssem respostas antecipadas para as pressões populares, ou seja, realizaram mudanças dentro da ordem e, além disso, conseguiram “evitar qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional” (IAMAMOTO, 2011, p. 132).

Em seus estudos, Iamamoto (2011), apoiada em Fernandes (1975), aponta que a burguesia brasileira se constitui por um traço cultural que combina os conservadorismos sociocultural e político típicos do mandonismo oligárquico com os ideais e as representações da burguesia francesa no plano das atividades econômicas.

Somos direcionados, politicamente, por uma burguesia “dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas de sua atividade econômica ou de crescimento econômico” (FERNANDES, 1975, p. 51 apud IAMAMOTO, 2011, p. 135).

A combinação entre o histórico conservadorismo, no plano político-cultural, e a incorporação do ideário liberal na condução das atividades econômicas resulta numa das particularidades assumidas pelo liberalismo no Brasil.

Um dos traços do conservadorismo, no plano político-cultural, é a ideologia do mando e do favor; entre eles, a subordinação, o arbítrio, os serviços pessoais, a cumplicidade, que são valores típicos de uma sociedade cuja formação social foi constituída por meio do regime de trabalho escravo, entretanto, tais valores permanecem como mediações numa sociedade onde o regime de trabalho é livre e típico da natureza do modo de produção capitalista.

Assim, os valores construídos sob o regime de trabalho escravo são utilizados pela burguesia, isto é, “o burguês que o repelia, por causa de seus interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana” (FERNANDES, 2005, p. 241).

Portanto, “as ideias e razões europeias, elas podem e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’ para o momento do arbítrio que é da natureza do favor” (SCHWARZ, 1981, p. 17).

As ideias e razões importadas serviram para a burguesia brasileira construir sua própria imagem, **“um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma consciência falsa, era um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização”** (FERNANDES, 2005, p. 242, destaques nossos).

Em síntese, a burguesia brasileira, que se constituía submetida ao capital internacional, paralelamente, produz e reproduz, nos planos político, cultural e social, a sua própria condição subalterna em relação ao capital internacional.

No Brasil, os princípios do liberalismo não foram forjados na luta da burguesia contra a aristocracia e a realeza, que evoluíram para a revolução industrial, mas introduzidos mediante as necessidades de expansão do capital internacional. Ora, essas condições históricas não permitem viabilizar, na realidade concreta, a construção dos princípios do liberalismo burguês clássico.

Estamos sob o comando de uma “burguesia ultraconservadora” (FERNANDES, 2005, p. 250) que considera as iniciativas políticas comprometidas com a massa do povo algo revolucionário. Não é por acaso que as reformas de base

constituídas pelas organizações populares, no governo João Goulart, foram repelidas de forma violenta.

O golpe civil militar de 1964 forma um governo que inviabiliza o desenvolvimento político-econômico voltado para um conjunto de respostas que, mesmo reformista, assegurasse a ampliação da democracia nas esferas política, econômica, social e cultural.

No Brasil, as reformas típicas de um desenvolvimento político-econômico clássico burguês são compreendidas até hoje como propostas revolucionárias e, na verdade, são reformas dentro da ordem estabelecida pelo grande capital, mas que, mesmo assim, ocasionam mal-estar para os conservadores.

Contudo, no Brasil, não se consegue alcançar sequer o pacto entre capital e trabalho, isto é, o Estado de Bem-estar Social. Aqui, a movimentação política comprometida com as massas, que visa propor reformas e ampliar o *status* de cidadania típico da sociedade burguesa, é compreendida como iniciativa revolucionária.

A modernização conservadora realizada sob o regime político ditatorial e as medidas econômicas, políticas, culturais e sociais intrínsecas a ela aprofundam a subalternidade do País na divisão internacional do trabalho.

O Estado erguido pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade de competir). (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 28)

Mas isso não significa que o processo não tenha contradições e tensões. O regime político ditatorial terrorista, ao assegurar o reordenamento da divisão internacional do trabalho, produz impacto, inclusive, para os setores da burguesia nativa.

O universo a ser beneficiado com o novo esquema é bem reduzido, a ele se conecta o peso de cada protagonista, no caso em tela, a gravitação do grande capital imperialista é incontestável: a nova reprodução do desenvolvimento dependente e associado, nas novas condições, potenciava os mecanismos de transferência de opções de valores (sob a forma ou não de renda) para locais situados fora do circuito da economia nacional. (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 28)

Não é por acaso que a crise da ditadura, na segunda metade dos anos 1970, está paralelamente ligada a esse processo que desarticulou, inclusive, setores da burguesia nacional monopolista (JOSÉ PAULO NETTO, 2007).

No entanto, antes de nos determos sobre os aspectos da modernização conservadora e seus desdobramentos para a formação e o campo de trabalho do Serviço Social brasileiro, torna-se necessário apontar a influência do positivismo, uma das ideologias importadas da Europa que contribuem para o processo de dominação política do Brasil.

1.5 A Influência do Positivismo no Brasil

Conforme aponta Carvalho (1990), o pensamento positivista de Comte exerce influência significativa na sociedade brasileira, tanto no pensamento político-social, como na produção do conhecimento científico.

O Positivismo comteano e a religião positivista encontraram solo fértil para o seu desenvolvimento em países de menor tradição cultural e carente de ideologia para seus anseios, esse fenômeno ocorreu na América do Sul, sobretudo no Brasil. (GIANOTTI; LEMOS, 1978, p. 27)

A introdução do pensamento positivista ocorre, na sociedade brasileira, em 1850, com os estudos de doutoramento de Manoel Joaquim Pereira de Sá sobre as ciências físicas e naturais, realizados pela Escola Militar. Outros estudos também se somaram a esse, entretanto, o mais influente é o intitulado *As Três Filosofias*, realizado por Luís Pereira Barreto (1840-1923), médico e presidente da Assembleia Constituinte de São Paulo e deputado da Assembleia Constituinte Republicana.

Na obra, Barreto afirma que “a teoria positivista poderia substituir vantajosamente a tutela exercida pela Igreja Católica” (GIANOTTI; LEMOS, 1978, p. 27). Mas a ortodoxia comteana vai aparecer nos estudos de Miguel Leme (filósofo) e Raimundo Teixeira (filósofo e matemático, autor da bandeira nacional brasileira).

Os dois entreviram na ciência fundada por Auguste Comte as bases de uma política racional e pressentiram, na sua coordenação filosófica, o conagraçamento definitivo da ordem e do progresso, como dirá mais tarde o próprio Miguel Lemos. (GIANOTTI; LEMOS, 1978, p. 28)

Miguel Lemos funda a Sociedade Positivista brasileira, em 1877, na cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, dá origem ao Apostolado Positivista e à Igreja Positivista, ambas com a finalidade de reproduzir o pensamento positivista e influenciar os rumos político, social e educacional da sociedade brasileira.

No plano político, o pensamento positivista aparece entre as forças políticas que fizeram parte do movimento da Proclamação da República, influenciando a elaboração da Constituição de 1891.

A Carta Constitucional de 1891 resulta dos conflitos travados entre liberais e positivistas. Os liberais, influenciados pelo liberalismo norte-americano, enxergavam o poder político pela lente da livre concorrência entre os diversos grupos regionais, e consideravam o Estado como a fonte legitimadora do poder. Os positivistas, formados principalmente por militares, eram contrários à delegação do poder, ou seja, a função do governo como representação; de modo geral, pretendiam instaurar uma ditadura republicana, que só seria possível “se o Estado se fragmentasse em pequenas repúblicas unidas apenas por laços espirituais” (CUNHA, 2000, p. 5).

No plano educacional, os positivistas e o positivismo influenciaram na constituição das políticas educacionais e também as compreensões pedagógicas. No que diz respeito à política educacional, o Dispositivo Constitucional de 1891 “determinava ser leigo o ensino ministrado nas escolas estatais e dizia ser de competência exclusiva do Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior na capital federal” (CUNHA, 2000, p. 6).

No entanto, fora da capital do País, a construção de instituições de ensino superior deveria ocorrer em conjunto com as Assembleias Legislativas estaduais. Os ensinos primário e secundário ficavam sob a responsabilidade dos estados e municípios.

Também influenciaram na construção do dispositivo que fez oposição aos privilégios concedidos à aristocracia, entre eles, os privilégios dados por nascimentos; os títulos de nobiliárquicos e conselhos, substituindo-os pelo livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.

Com essa formulação, procurou-se conciliar antigos projetos liberais de secularização e descentralização do ensino com as propostas positivistas de desligar o exercício das profissões dos privilégios concedidos pelos diplomas escolares. (CUNHA, 2000, p. 6)

Os positivistas entendiam que os diplomas escolares não asseguravam o mérito profissional e também não garantiam o ensino das melhores técnicas e doutrinas nas escolas. Por esses motivos, propunham extinguir os privilégios dos diplomas em atuação ocupacional de qualquer natureza, principalmente em cargos públicos. Para eles, a competência para o exercício de atividades em cargos públicos deveria ser comprovada por meio de concurso e da avaliação de trabalhos anteriores.

Os discípulos de Comte pertencentes à Igreja e ao Apostolado Positivista do Brasil eram contra a intervenção do Congresso Nacional na legislação do ensino, pois avaliavam que os congressistas não tinham competência para isso, porque não eram filósofos e não podiam interferir em questões científicas. Tinham como propostas a liberdade de ensino, uma espécie de anarquia que permitia fazer emergir novas doutrinas “amparadas pelo governo com subsídios para seu ensino, mas nunca de modo exclusivo” (CUNHA, 2000, p. 7).

Porém, na redação final da Constituição de 1891, a questão dos títulos escolares não foi mencionada, pois se, por um lado, o tema convergia com as propostas dos liberais, por outro, divergia dos interesses corporativistas dos médicos, engenheiros e advogados, profissões que detinham o monopólio dos diplomas.

O alinhamento político entre liberais e positivistas no aspecto educacional contribuiu para a separação entre Igreja e Estado. O ensino religioso foi remetido à esfera privada, e o Estado foi proibido de financiar atividades religiosas, inclusive o ensino religioso.

Em síntese, no início do Brasil republicano, o ensino ganha novo sentido, isto é, uma das formas de integrar o proletariado na emergente sociedade industrial brasileira.

O novo sentido assumido pela educação, fundamentado no positivismo comteano, mas não de forma exclusiva, substitui a aprendizagem espontânea pela aprendizagem sistemática sincronizada com o taylorismo. Nesse sentido, contribui para a reprodução da divisão entre o trabalho manual e o intelectual.

Se a educação formal, também orientada pela filosofia positivista, contribui processualmente para a separação entre o trabalho manual e o intelectual, tal

filosofia orientou, porém, mas não de modo exclusivo, a ação educativa ideológica desenvolvida pelo Serviço Social na cotidianidade da classe trabalhadora, contribuindo para “o enquadramento dos trabalhadores nas relações vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

A laicização do Estado, proposta pela aliança política entre liberais e positivistas, desde a Proclamação da República, provoca tensões nas relações mantidas historicamente entre Igreja e Estado¹⁵. Para fazer frente a tais tensões, a Igreja constitui amplo movimento social de recrestianização da sociedade formado por leigos cujo objetivo é recuperar os privilégios perdidos desde a Primeira República. É nesse contexto que emerge o Serviço Social.

1.6 Reprodução do Conservadorismo no Serviço Social

Considerando que a burguesia brasileira se consolida como classe submetida ao capital internacional, conseqüentemente, a subalternidade também se reproduz nos planos político, econômico, social e cultural. Portanto, o pensamento conservador não é um traço exclusivo do Serviço Social.

Nesse sentido, as respostas formuladas pelo alinhamento político entre Igreja, Estado e as classes economicamente dominantes têm cunhos moral, assistencial e educacional.

No entanto, a questão social é oriunda da relação contraditória entre capital e trabalho, isto é, apropriação privada da riqueza socialmente construída e, conseqüentemente, a exploração, gerando desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais, que provocam, de um lado, a organização política dos trabalhadores, que exigem melhores condições de vida e, por outro, a organização do Estado e das frações e classes economicamente dominantes, que buscam construir respostas para as reivindicações dos trabalhadores, com a finalidade de

¹⁵ “No Brasil Império, como na Colônia e no reino português, o Estado tinha amplos poderes sobre a Igreja Católica. O imperador podia censurar as bulas do papa, endossar a nomeação dos bispos e até determinar os currículos dos seminários. Em compensação, o Estado cobria as despesas de todo o clero e garantia que não seriam difundidas outras doutrinas religiosas além da católica, a religião oficial. Essa herança dos tempos coloniais chegava a tal ponto que se disse ser a Igreja Católica, no Brasil, nada mais do que um apêndice da administração civil.” (CUNHA, 200, p. 21)

manter a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Desse modo, a *questão social* (destaques nossos) é de caráter econômico-político e não de cunhos moral e assistencial.

Mas, conforme aponta Barroco (2006, p. 75), a moral¹⁶ como forma de enfrentamento das sequelas da questão social é uma resposta que despolitiza os seus conteúdos socioeconômico e ideopolítico, portanto, “a moralização da realidade revela sua face política ideológica e sua identidade de projeto social conservador”.

Esse modo de apreender a realidade evidencia valores morais e pressupostos teórico-políticos que caracterizam tanto o positivismo, como o neotomismo, bases de fundamentação do Serviço Social em sua gênese.

No entanto, o conservadorismo moral reproduzido na atuação profissional não é apenas uma possibilidade dada na formação, mas está presente na socialização primária dos indivíduos e é (re)produzida na vivência cotidiana.

A vivência cotidiana é orientada por pressupostos que tendem a reproduzir a alienação moral, isto é, a repetição acrítica dos valores, assimilação rígida dos preconceitos e do modo de se comportar; os pensamentos repetitivos e ultrageneralizadores; a subalternidade, o conformismo e a discriminação, ou seja, nas relações sociais cotidianas, tende-se a não aceitar o padrão de comportamento que foge do estabelecido como certo ou correto (BARROCO, 2006).

No caso do Serviço Social, o conservadorismo moral acentua-se por várias determinações; especialmente em sua gênese, é influenciado pelo projeto católico e pela origem de classe das primeiras assistentes sociais. Essas, entre outras determinações, influenciam na construção de um perfil profissional capaz de desempenhar atividades educativas de caráter moralizador.

Portanto, a formação moral internalizada pelos indivíduos em sua socialização primária, contribui para a constituição de um referencial de valores que pode ou não ser rompido durante a formação e prática profissionais. (BARROCO, 2006).

O pensamento positivista vigente na cultura brasileira e o pensamento da Igreja Católica não são excludentes, pois ambos, apesar de percorrerem caminhos

¹⁶ A moral origina-se no desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social (BARROCO, 2006, p. 42).

distintos, o espiritual e o filosófico, encontram-se no mesmo plano metafísico para solucionar os conflitos de classe da sociedade burguesa.

Em suma, tanto o pensamento positivista como a Igreja compartilham da mesma ideologia conservadora e da crença moral como espaço de enfrentamento da questão social. Ambos têm as mesmas intenções, voltadas para a preservação da ordem e, simultaneamente, à proteção da propriedade privada. Cabe lembrar, aqui, alguns princípios morais que ambos os pensamentos compartilham, como a hierarquia, autoridade, o dever, a subalternidade da mulher, ordem, subserviência, entre outros.

Todavia, nem mesmo nos anos de 1940, com o processo de secularização e ampliação do suporte técnico-científico da profissão, que se dá sob o marco do progresso alcançado pelas Ciências Sociais, principalmente com a influência norte-americana, a perspectiva moralizadora não é rompida no interior da profissão e ainda prevalece por meio do que Iamamoto (2013, p. 24) denomina de “arranjo teórico doutrinário”. Esse arranjo teórico doutrinário oferece ao profissional um suporte científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem”.

O Serviço Social absorve, da sociologia conservadora, a noção de comunidade como tendência analítica da sociedade capitalista e como projeto orientador do exercício profissional e, ainda, a solidariedade como princípio mediador capaz de ordenar as relações sociais.

No entanto, a noção de comunidade, apesar de conter um componente de resistência à organização social capitalista orientada pelo princípio da solidariedade, está assentada no princípio utópico, que é desprovido de materialidade histórica para se concretizar, uma vez que o modo de vida na sociedade capitalista tende a reproduzir cotidianamente a individualização e a concorrência entre os homens. A noção de vida comunitária foi uma das rupturas produzidas desde o Renascimento, quando as incipientes formas de produção capitalista apontavam, na sociedade, o resgate de tal noção e sua valorização torna-se meio do exercício de controle do Estado sobre os trabalhadores.

Porém, os assistentes sociais não têm essa apreensão e, entre as determinações que os impedem, cita-se o fundamento teórico oferecido pelas

Ciências Sociais, com o qual não é possível capturar a realidade em sua essência, mas limitar-se à reprodução da aparência, com isso, “o que pode ter subjetivamente um caráter de recusa é vivido objetivamente como confirmação da ordem vigente” (IAMAMOTO, 2013, p. 31).

O arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que os profissionais atendam às exigências de tecnificação compelidas pela modernização da sociedade e do Estado e, paralelamente, mantenham o humanismo cristão que constitui as marcas da gênese do Serviço Social.

Instaura-se, assim, uma contradição. Se, de um lado, os profissionais são orientados por uma perspectiva humanista cristã, que visa a combater, e até mesmo eliminar as injustiças sociais, por outro, essa visão abstrata e a-histórica reforça os fundamentos da ordem capitalista de produção e reprodução das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, “os efeitos da ação profissional aparecem como a negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre os propósitos e resultados da ação, entre teoria e prática” (IAMAMOTO, 2013, p. 32).

O pensamento humanista cristão introduzido no Serviço Social viabiliza a humanização das condições de vida dos trabalhadores, segundo a ordem capitalista. Os fundamentos da reprodução da desigualdade oriundos da contradição entre capital e trabalho não são questionados, mas seus efeitos são reconhecidos e transformados em problemas sociais que justificam a ação profissional, que se desenvolve orientada pelo princípio da solidariedade e visa a estabelecer a harmonia entre burgueses e operários, tendo em vista que ambos pertencem à mesma comunidade humana, fato que supera qualquer diferença social.

Aqui é possível observar uma combinação, entre Comte e Durkheim. Durkheim valoriza os vínculos solidários como forma de solucionar os conflitos da sociedade burguesa e tal valorização articula-se à harmonia contida no pensamento de Comte, ambos aliados à perspectiva humanista cristã defendida pela Igreja Católica. Aqui é possível atestar o que Lukács (1979) afirma sobre os limites do agnosticismo relacionado à religião.

Além da metodologia de trabalho comunitário, destacamos também o trabalho educativo com as famílias da classe trabalhadora, visto que é considerada, para o

pensamento conservador, a célula da sociedade. Esse trabalho, dirigido principalmente às famílias mais pobres que se utilizam dos equipamentos socioassistenciais para a própria reprodução, visa a reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros na sociedade capitalista.

Assim, os profissionais tendem a buscar, na trajetória familiar, os elementos explicativos que ocasionam os **“desvios” comportamentais dos indivíduos** (aspas e destaques nossos). “A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais.” (IAMAMOTO, 2013, p. 33). Ou seja, os conflitos entre as classes sociais tornam-se problemas familiares, que devem ser tratados por meio da moralidade laica inscrita tanto no pensamento de Comte como no de Durkheim.

Outro destaque, segundo Iamamoto (2013), refere-se às tendências das pesquisas empiricista e pragmatista que caracterizam a prática profissional, cuja finalidade é classificar a população usuária dos serviços socioassistenciais para a concessão de benefícios e a elaboração de serviços. Tais pesquisas, realizadas em visita domiciliar, partem do imediatismo para avaliar e classificar os riscos sociais que acometem a vida dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais, e assim contribuem para hierarquizar e delimitar as prioridades que devem ser respondidas de forma antecipada pelos organismos sociais.

Aqui, nota-se que se inicia o processo de introdução da racionalidade burocrático-administrativa que foi aprofundada com a modernização conservadora.

A modernização conservadora nos anos 60, capitaneada pelo regime político autocrático burguês, provoca modificações profundas na sociedade e, inclusive, a reorganização do Estado. O golpe civil militar em diversos países da América Latina, é uma estratégia política que José Paulo Netto (2007) denomina de contra-revolução preventiva e que consiste em adaptar o desenvolvimento nacional às novas exigências do mercado internacional, ou seja, acelerar e aprofundar a internacionalização do capital; impedir as forças políticas contrárias a esse aprofundamento subalterno do País em relação ao sistema capitalista; e, por fim, combater a ameaça do socialismo e a perspectiva de revolução, ou seja, que a revolução cubana se estendesse por toda a América Latina.

Essas modificações também atingiram o Serviço Social “em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 118-119).

Com o aprofundamento das forças produtivas sob o regime político ditatorial, acirraram-se as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais e isso exigiu uma administração crescente e centralizada, via política social, por parte do Estado. Esse processo contribui para ampliar “os espaços sociocupacionais a serem preenchidos por assistentes sociais (e não só), quer nos aparelhos burocráticos administrativos do Estado, quer no âmbito de setores diretamente geridos pelo capital” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 119).

A ampliação do mercado de trabalho exige a reorganização do Estado, isto é, viabiliza a reprodução de uma racionalidade capaz de gerenciar o desenvolvimento em prol do capital internacional, tanto no nível das políticas setoriais, como no âmbito organizacional responsável por planejar e executar tais políticas.

Em suma, o Estado moderniza-se para adequar-se às novas demandas “na moldura sociopolítica peculiar da autocracia burguesa” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007), portanto, reformas organizacionais e funcionais que ocorreram no âmbito dos sistemas previdenciário, educacional, entre outros.

Essa reorganização do Estado abre possibilidades para consolidar o mercado nacional de trabalho dos assistentes sociais, entretanto, “esse mercado já configurado nos finais dos anos 60 é dinamizado por outro polo, que não diretamente o Estado” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 121). Trata-se da inserção dos assistentes sociais em empresas de grande e médio portes, pois o crescimento industrial, nesse período, cria possibilidades de trabalho para os assistentes sociais no espaço da produção, porém, esse não foi o único motivo, “o pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre é que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, 122).

O desenvolvimento industrial e, paralelamente, o aumento do pauperismo, os processos migratórios para as regiões urbanas, entre outros fatores, geraram demandas que, inclusive, possibilitaram a concorrência entre os espaços de atendimento, isto é, criaram possibilidades para a criação e ampliação de

organizações desvinculadas dos âmbitos estatal e empresarial. As organizações filantrópicas também passam a requisitar profissionais por meio de concurso.

Portanto, o mercado nacional de trabalho nacional, entre outras determinações, exigiu novos desempenhos dos assistentes sociais, pois a racionalidade burocrático-administrativa que reveste o Estado atinge os espaços institucionais de trabalho, compelindo os profissionais a adotarem “uma postura ‘moderna’ no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, 123).

Ou seja, as respostas profissionais fundamentadas na corrente filosófica do neotomismo, construída a partir de princípios abstratos que, em outras conjunturas, validavam a atuação dos assistentes sociais, começam a ser insuficientes para as demandas postas pelo contexto histórico da modernização conservadora. Cabe lembrar que, a erosão do Serviço Social tradicional começa desde meados dos anos 1950, porém o contexto da ditadura o precipitou.

Portanto, foram inúmeras as determinações que concorreram para o processo de erosão do Serviço Social tradicional e foi um movimento internacional. Entre as determinações, pode ser citada a crise da conjuntura econômica da década de 60, marcada pelo esgotamento das ondas largas de crescimento que provocaram tensões e abalaram as estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nos países centrais como nos periféricos. A movimentação dessa conjuntura criou possibilidade de mobilização da classe trabalhadora, que orientada por perspectivas políticas distintas, leva ao redimensionamento da atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas divergências. Surgem movimentos de segmentos sociais, como o da juventude, das mulheres, dos negros, entre outros.

Essa movimentação também atinge os assistentes sociais da América Latina, que passam a fazer indagações quanto à funcionalidade da profissão em face da superação do subdesenvolvimento dos países que constituem o continente; sobre o papel da profissão relacionado às sequelas da questão social; em relação aos procedimentos consagrados que levantam indagações quanto à eficiência e eficácia e a legitimidade das representações; a aproximação da profissão com os novos atores políticos das classes subalternas, entre outros.

A Reconceituação é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas casualidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem referência ao quadro global (econômico-social, político e cultural e estritamente profissional) em que ele se move. No entanto, ela se apresenta com nítidas particularidades latino-americanas. (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 146)

A união estabelecida em meados de 1965, entre os assistentes sociais latino-americanos, em decorrência do Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, de modo geral, “tem o objetivo de adequar a profissão às demandas das mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 147). No entanto, essa união foi afetada, segundo José Paulo Netto (2007), por duas causas. A primeira corresponde às mudanças sociais que atingiram o continente latino-americano devido à modernização conservadora promovida por meio de ditaduras que impediram com violência as perspectivas democráticas reformistas e revolucionárias, no Brasil e, posteriormente, em outros países da América Latina.

Essa movimentação sanguinolenta, na década de 1960, por parte dos Estados ditatoriais reduz a margem de possibilidade de renovação progressista do Serviço Social e, paralelamente, condiciona a perspectiva teórico-metodológica. A segunda diz respeito à composição heterogênea política daquela grande união “dentre os que compunham, havia pelo menos um corte central: um polo investia num *aggiornamento* do Serviço Social e outro tencionava uma ruptura com o passado profissional” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 147).

O movimento de reconceituação esgota-se em 1975 e sua heterogeneidade vem à tona ao menos em dois traços: o primeiro diz respeito à tradição marxista depois do movimento de reconceituação, o pensamento de Marx passa a ser conhecido no interior da profissão. A interação dos profissionais com o pensamento de Marx não se realiza sem problemas, “no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007 p. 148).

Apesar dos equívocos dessa interação, a interlocução com a tradição marxista é um traço importante da modernidade profissional. O segundo diz respeito

à relação entre os assistentes sociais, que, apesar de ser antiga, funda traços novos durante o período de reconceituação e caminha para

alterar a direção, e o conteúdo dos foros que reuniam as inquietações e as propostas profissionais; desde então, a consciência das particularidades latino-americanas, com suas implicações para a intervenção profissional, polariza os debates. (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 149)

Contudo, o movimento de reconceituação evolui particularmente para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Essa renovação movimenta-se em três direções no interior da profissão: à perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo; e intenção de ruptura.

A primeira trata da perspectiva modernizadora, que se desenvolve desde a segunda metade dos anos 1960, cujos esforços são empreendidos para acomodar o Serviço Social “no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégia de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 154). É continuidade do acúmulo profissional iniciado nos anos 1950. No entanto, é uma continuidade seletiva, pois exclui a tendência que compreendia o desenvolvimento brasileiro como função de conduzir o desmoronamento da ordem estabelecida. Mas sua particularidade consiste na reprodução da tendência do estrutural-funcionalismo norte-americano, além de se valer dos valores e do conceito mais tradicionais não para a superação ou negação, mas para adequá-los numa moldura teórica e metodológica consistente.

Em suma, “é a expressão da renovação profissional adequada á autocracia burguesa” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 156). Sua hegemonia, no plano ideal, será contestada nos anos 1970, visto que a crise da autocracia burguesa contribui para reduzir a sua representação no meio profissional; seu conteúdo reformista, pois sintetiza o reformismo conservador burguês e não atende às expectativas dos demais assistentes sociais.

Por um lado, os profissionais mais conservadores ligados à Igreja Católica demonstram resistência à legitimação das tendências teórico-ideológicas que se valem da perspectiva modernizadora, por outro, seu traço conservador vinculado com a reprodução da ditadura entra em confronto com os profissionais mais críticos, tanto no plano político, como no de sua fundamentação teórica, disputa que se acirra conforme o movimento de declínio da ditadura.

A segunda envolve a reatualização do conservadorismo e diz respeito à tendência que recupera da herança histórica e conservadora da profissão componentes do neotomismo, isto é, resgata o princípio da autodeterminação e o recoloca sobre “o princípio de autodeterminação no Serviço Social inspirado na visão fenomenológica, da Profa. Ana Maria Braz Pavão” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 218).

Essa perspectiva, ao recusar os aportes teórico-metodológicos do positivismo, e do pensamento crítico dialético de inspiração marxiana, aproxima-se do aporte teórico-metodológico da fenomenologia, e o faz de modo peculiar, isto é, capturam “as ideias principais da Fenomenologia que interessam ao Serviço Social” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 214), entre elas, as categorias da intuição, da intersubjetividade.

A autora coloca o princípio da autodeterminação no Serviço Social a partir das “experiências relatadas nas 13 entrevistas permitiram, tanto quanto possível, apreender a totalidade do fenômeno e a maneira como ele aparece na vivência do profissional” (PAVÃO, 1988, p.13 apud JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 219).

Portanto, a autora, ao recuperar o princípio da autodeterminação, não caminha para compreendê-lo historicamente no interior da profissão, e ao proceder dessa forma, “perde-se exatamente o conjunto das determinações que possibilita um desvendamento histórico-concreto da significação do princípio nas representações e prática profissional” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 219).

Ao negar a totalidade histórica do objeto, procedimento metodológico da fenomenologia, procura compreender a essência do objeto em si mesmo. Ou seja, apenas torna consciente um processo de reflexão inconsciente, apenas valida “o que já se tinha no início do caminhar a efetividade, tal qual era dada antes da análise, do princípio da autodeterminação” (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 219).

Aqui é possível notar que o pensamento não foi capaz de superar o imediatismo e o espontaneísmo da realidade; a descrição da aparência; e alcançar a reprodução da essência. “Converte então essa forma aparente em fetiche, ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui” (COUTINHO, 2010, p. 38).

Não nos cabe aqui analisar todo o conteúdo produzido por essa perspectiva¹⁷. O que, de modo geral, pode-se apontar é que essa perspectiva de reatualização do conservadorismo recupera os valores universais e a centralização nas dinâmicas individuais. Além disso, na aproximação da fenomenologia, não são problematizadas as polêmicas que envolvem a valorização da intersubjetividade e a intuição, ou seja, o saber imediato, uma das características do irracionalismo.

E, por último, a perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, construída a partir da interlocução com a Teoria Social de Marx e os autores a ela vinculados, “ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. (JOSÉ PAULO NETTO, 2007, p. 159). Portanto, tem a direção política comprometida com as lutas da classe trabalhadora e a liberdade como valor central. Liberdade aqui é apreendida como a possibilidade de fazer escolhas entre alternativas concretas, por isso o compromisso com os valores da autonomia e a emancipação dos sujeitos.

Esse posicionamento político assumido por uma parcela dos assistentes sociais começa a se constituir no movimento de reconceituação tratado anteriormente; entretanto, sua força política começa a ganhar corpo nos anos 1980, devido à conjuntura política da época que possibilitou a articulação dos profissionais com as organizações políticas da classe trabalhadora, portanto, são as respostas políticas dos trabalhadores organizados em partidos, movimentos, sindicatos, às demandas reprimidas pela modernização conservadora, que possibilitou o acúmulo de força política para confrontar o histórico conservadorismo na direção política do Serviço Social. Um marco histórico para a categoria profissional foi o Congresso Brasileiro do Serviço Social, de 1979, o denominado Congresso da Virada.

É nesse contexto que se constrói o projeto ético-político, cuja hegemonia tem sido mantida desde então e que se materializa nos órgãos representativos da profissão, entre eles, o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (Cfess/Cress), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Executiva Nacional dos Estudantes de

¹⁷ Para o entendimento de parte desse conteúdo, consultar: NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social** - uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 2007.

Serviço Social (Enesso), as diretrizes curriculares desde 1982, e o CEP de 1986 e 1993.

Segundo José Paulo Netto (2009), contribuíram para essa hegemonia dois elementos. O primeiro, a participação dos profissionais em espaços políticos como partidos, sindicatos, fóruns, nos congressos, nas convenções, nos seminários promovidos pelo conjunto Cfess/Cress e o segundo diz respeito à articulação dos princípios norteadores do projeto profissional com as demandas da classe trabalhadora.

Em suma, a construção desse projeto profissional acompanhou a movimentação política do campo democrático popular progressista que provocou tensionamentos na sociedade brasileira entre a transição da ditadura e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No entanto, as determinações econômico-políticas que se configuraram na década de 90, em outras palavras, a política econômica neoliberal e a cultura a ela inerente começaram a produzir efeitos na sociedade brasileira, isto é, “a grande burguesia brasileira que cresceu à sombra da proteção estatal da ditadura reciclou rapidamente seu projeto societário, tornando-se, então, defensora do neoliberalismo” (JOSÉ PAULO NETTO, 2009, p.18), portanto, o conservadorismo burguês se reconfigura e seus valores se reproduzem no interior da profissão coexistindo com a hegemonia do projeto ético-político.

Para apreender a coexistência do conservadorismo e o projeto ético-político profissional na atualidade torna-se imprescindível refletir sobre acumulação flexível, pós-modernidade e neoliberalismo e depois retomar as reflexões sobre tal coexistência.

CAPÍTULO 2

O CONSERVADORISMO NA ATUALIDADE

2.1 Modo de Produção Capitalista Contemporâneo: Acumulação Flexível

O capitalismo contemporâneo constitui-se em meados dos anos 1970, como resposta para a crise estrutural do grande capital, que viabiliza um conjunto mundial de respostas econômicas, políticas, sociais e culturais, “ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre os Estados e nações mostram-se surpreendente” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 211). No âmbito do trabalho, a acumulação rígida é substituída processualmente pela acumulação flexível; no campo político, o neoliberalismo; e no cultural, o pensamento pós-moderno. Vejamos algumas particularidades da acumulação flexível.

As transformações históricas no modo de produção e acumulação capitalista produzem modificações nos instrumentos da produção, nos padrões de consumo, na utilidade dos produtos consumidos, enfim, em todas as esferas da vida social.

Os avanços alcançados na esfera da produção modificam a natureza da produtividade e paralelamente a distribuição do tempo, entre as atividades de intercâmbio com a natureza e ademais atividades que constituem a sociedade. Ou seja, provoca alterações na proporção variável de tempo entre a produção de bens de consumo imediato (alimento) e bens duráveis ou reusáveis. Mészáros (1989),

A proporção variável de tempo também é construída historicamente, a exemplo, durante muito tempo, nas formações sociais que antecedem o capitalismo, a produção determinava o consumo. Nesse sentido, a taxa de uso era alta e o consumo era baixo, desse modo, o limite do desenvolvimento das forças produtivas determinava a incapacidade de atender o consumo, ou seja, a pouca demanda determinava o lento desenvolvimento das forças produtivas.

Para reverter essa relação, era preciso remover um obstáculo, a saber, “a separação, do trabalhador dos meios de produção e a conversão desses meios em capital” (MÉSZÁROS, 1989, p.22). E isso tornou-se possível por meio da

acumulação primitiva, que se desenvolve no interior da sociedade feudal, “sob os auspícios do Estado absolutista, criou a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista: a relação capital/trabalho” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 87).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o consumo foi ampliado, entretanto, não significa que para atender as necessidades humanas, sabemos que o circuito do consumo é destinado às necessidades do capital.

Apesar de não separar os valores de uso e troca, o capital subordina constantemente o valor de uso ao de troca, e esta é uma das particularidades alcançadas no sistema capitalista de produção: a redução do valor de uso que corresponde às necessidades humanas.

[...] não há consequência alguma para o sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto, for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital. A saber: que uma certa quantidade de valor de troca seja efetivamente realizada na mercadoria em questão através do ato da venda em si. (MÉSZÁROS, 1989, p. 23)

Os avanços alcançados por meio do desenvolvimento científico-tecnológico são incorporados aos meios de produção, com o objetivo de atender primariamente às necessidades do capital e não dos seus produtores diretos.

A subordinação da ciência ao capital visa a atender a uma dupla função. De um lado, o desenvolvimento tecnológico reduz os custos da produção, e primordialmente, a redução do trabalho, por outro, cria métodos e inovações para organizar a produção com o objetivo de aumentar a produtividade de mercadorias.

A taxa de uso decrescente é decorrente tanto da redução do tempo de trabalho socialmente necessário, como do constante objetivo perseguido pelo capital em subordinar os ganhos do trabalho aos seus interesses. Essas determinações paralelamente atingem o modo de organização do trabalho vivo, o consumo desenfreado de mercadorias e o uso de máquinas cada vez mais destrutivas.

Conforme analisa Mészáros (1989), a taxa de uso decrescente atinge três dimensões da produção: bens e serviço, instalações e maquinarias, e força de trabalho. Inicialmente, não apresenta problemas, pois busca atrair para o circuito de consumo de bens e serviços novos segmentos da população que anteriormente não podia consumir, ou seja, torna disponível para os trabalhadores inseridos no

mercado de trabalho o acesso às mercadorias que antes era privilégio apenas da burguesia, a exemplo, o automóvel e as mudanças no padrão de moradia.

Entretanto, o consumo em massa não é capaz de evitar a crise de superprodução, por isso, torna-se necessário programar a obsolescência dos bens e serviços duráveis para eliminá-los, substituindo-os por massas de produtos de pouca duração.

Mesmo com a produção programada para a obsolescência “não é muito fácil de garantir – na escala necessária e com a consistência exigida para torná-la segura do ponto de vista da orientação expansiva do capital” (MÉSZÁROS, 1989, p. 44).

Outra dimensão atingida pela taxa de uso decrescente são as instalações e maquinarias. Também destinadas à obsolescência, máquinas pouco utilizadas, ou novas, em nossa “sociedade descartável” (MÉSZÁROS, 1989), são transformadas em sucatas e substituídas por maquinários e instalações mais avançadas, alcançadas pelas inovações científicas tecnológicas. Todavia, a substituição de máquinas e instalações no campo da produção não pode ser feita sem graves consequências. Entretanto, essa gravidade não é questionada, pois em nome da tecnologia e da necessidade da produção, o Estado, inclusive, assume o papel de financiador não só das máquinas¹⁸, mas também de iniciativas de pesquisas científicas nessa área.

No que diz respeito à terceira dimensão, “o uso ou o não uso da força de trabalho socialmente disponível, constitui a contradição potencialmente mais explosiva do capital” (MÉSZÁROS, 1989, p. 47), na medida em que o trabalho não é apenas a força motriz que coloca em movimento todo o mecanismo de funcionamento do capital, mas responsável pelo consumo em massa e a realização da mais-valia. A taxa de uso decrescente nesse campo expressa-se no desemprego em massa, que não pode ser resolvido. Entretanto, tal desemprego só é ativado quando as duas dimensões tratadas anteriormente não conseguem deslocar as contradições da taxa de uso decrescente.

¹⁸ Bens de Consumo duráveis. Financiamento de máquinas e equipamentos novos e usados para empresas. Aproveite as vantagens e modernize seu negócio. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/bens-de-consumo-duraveis/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 maio 2015. 21h20min.

O desemprego em massa não é ocasionado pelo avanço da tecnologia, mas pela perseguição do capital pela taxa de uso decrescente, o desenvolvimento tecnológico é direcionado para atender às necessidades do lucro e não às necessidades humanas. Aqui temos outra contradição, que é o desenvolvimento tecnológico voltado para as necessidades da produção capitalista, ao criar uma massa de desempregados, paralelamente, atinge o consumo em massa, meio pelo qual se realiza a reprodução capitalista e a mais-valia.

No entanto, conforme aponta Mészáros (1989), o capital tem um meio poderoso para remover suas contradições internas e alcançar a taxa de uso decrescente, que é o complexo industrial militar, uma inovação, do ponto de vista da realização do valor em todas as suas formas.

A inovação do capitalismo avançado e de seu complexo militar-industrial é que agora a prática originária – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises – foi generalizada e tornou-se o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente, em conformidade com lei tendencial da taxa de uso decrescente, capaz de se aproximar, teoricamente, do índice zero. (MÉZÁROS, 1989, p. 89)

Pelo mundo, constituem-se empresas militares privadas, que abrigam cerca de mil companhias, só nos Estados Unidos da América, e aproximadamente 3 mil dispersas, que crescem aproximadamente 300% ao ano. “Algumas pesquisas estimam que esse rentável ramo empresarial movimenta cerca de US\$ 100 bilhões ao ano e empregue de 19,5 a 25,5 milhões de pessoas” (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 224).

A taxa de uso decrescente sofre alterações, no interior do modo de produção capitalista, ou seja, consegue se realizar com muito mais intensidade na acumulação flexível do que na acumulação rígida típica do fordismo/keynesianismo, e isso decorre da introdução da tecnologia no âmbito da produção.

Pode-se constatar, nas análises desenvolvidas por Harvey (1989), que a acumulação flexível entra em confronto com a acumulação rígida do fordismo, visto que a rigidez desencadeou problemas nos investimentos de capital fixo, em ampla escala e de longa duração, e nos sistemas de produção em massa. Ambas constituíam-se em impedimentos para a flexibilização do planejamento da produção, além disso, o planejamento rígido em massa presumia crescimento estável de

mercados de consumo que não variava, assim, colocando em risco a reprodução do capital.

A rigidez também apresentou problemas em relação aos mercados e com os contratos de trabalho. No entanto, a superação desses problemas se deparava “com a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora o que explica as ondas de greves e os problemas trabalhistas do período 1968-1972” (HARVEY, 1989, p. 135).

Além disso, a rigidez que também se reproduzia no Estado, com os direitos sociais, tornou-se um problema, num momento em que necessitava reduzir os gastos públicos. O meio encontrado para segurar a crise foi a impressão de dinheiro, com a consequente inflação.

A aparente rigidez, que também se reproduzia na articulação política entre os trabalhadores, o capital e o governo, configura-se num distúrbio de interesses controversos que arruinava em vez de assegurar a acumulação de capital.

O sistema capitalista estava submerso num excesso de fundos, com poucas áreas produtivas para investimentos, situação que produziu forte inflação. No entanto, as medidas de contenção da inflação, em 1973, trouxeram à tona os excedentes das economias dos países ocidentais, desencadeando a crise nos mercados imobiliários que também atinge medularmente as instituições financeiras.

Aliada a isso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), uma espécie de cartel que reúne esses países, criada em 1960, decide aumentar o preço do petróleo, e os países árabes decidem não exportar os barris de petróleo para o Ocidente devido à guerra árabe-israelense de 1973. Essa medida, de um lado, eleva os custos de insumos da energia, o que leva todos os ramos da economia a buscarem novas formas para economizar energia, por meio, de transformações tecnológicas e de organização e, de outro, gera instabilidade no mercado financeiro.

A forte redução de preços, isto é, a deflação, entre 1973-1975, demonstra que o sistema financeiro do Estado estava além dos recursos, o que provoca uma crise fiscal, isto é, a crescente incapacidade do Estado em atender às demandas dos diversos segmentos da economia e grupos correspondentes, além de, provocar uma crise de legitimidade política.

No entanto, com a deflagração da crise, as corporações reconhecem que havia capacidade de produção que não estava sendo utilizada, ou seja, fábricas e equipamentos não produziam, o que exigiu novas medidas de “racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho” (HIVERY, 1989, p. 137).

As transformações tecnológicas; a automação; procura por novas linhas de produtos e novos nichos de mercados pouco explorados; expansão geográfica para locais onde o controle do trabalho fosse exercido sem o sindicato; as fusões entre as empresas, isto é, os monopólios; **e medidas para acelerar o tempo circulação do capital**, são as estratégias empreendidas pelas corporações para assegurar sua produção durante a deflação ocasionada pela crise, isto é, a queda do nível dos preços.

A diminuição generalizada da atividade econômica, em **1973**, que se acentuou pelas questões que envolviam o petróleo, “retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da estagflação (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e **pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista/keynesiano** (HARVEY, 1989, p 140). (Destaques nossos).

Entre outras aqui não reproduzidas, essas determinações constituem as condições objetivas de (re)produção do que, Harvey (1989, p. 140), denomina de acumulação flexível.

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras, de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A flexibilidade, e paralelamente a mobilidade no processo de trabalho, trazem implicações que atingem a organização do trabalho, pois a produção é deslocada, e, portanto, a acumulação flexível é introduzida em territórios “onde inexistem dispositivos legais de proteção do trabalho e de tradições de luta sindical” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 216).

A acumulação flexível produz um desemprego estrutural, rápida destruição e construção de habilidades, ganhos modestos, de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1989, p. 141)

A flexibilização reproduzida no mercado de trabalho, paralelamente, cria as condições para uma reestruturação que aumenta a instabilidade do trabalho; gera competição desenfreada entre os trabalhadores; diminui as margens de lucro; enfraquece o poder de organização sindical; porém, em face de tal enfraquecimento, permite aos patrões extraírem vantagens, ao fixar formas de contratações flexíveis, e o grande número de desempregados ou subcontratados, por questões de sobrevivência, são forçados a aceitar.

A flexibilidade do mercado de trabalho introduziu uma lógica perversa, visto que a tendência é reduzir o número de trabalhadores fixos e contratar força de trabalho que pode ser facilmente demitida, principalmente diante da ameaça da não realização da mais-valia.

A produção em massa do fordismo, processualmente, vem sendo substituída pela produção em lotes menores; o controle sobre o trabalho gera novas formas de indústrias e, inclusive, viabiliza a integração do fordismo a uma rede de subcontratação, ou melhor, o trabalho terceirizado.

Além disso, a produção flexibilizada também trouxe inovações no campo do consumo, com novos nichos de mercado, produtos específicos para consumo rápido; aumentou a concorrência entre as empresas na busca incessante de novos consumidores; e as possibilidades de explorar essas inovações tornam-se primordiais para a sobrevivência do capital.

A introdução das tecnologias, no circuito da produção, com robôs, a automação (o *just in time*, que tem a função de diminuir os desperdícios, pois se produz aquilo que vai ser consumido e por essa razão o estoque é mínimo), viabilizam a redução do tempo do capital de giro, meio pelo qual o capital assegura sua reprodução provocando paralelamente a redução do tempo do consumo.

A obsolescência programada, mencionada por Mészáros (1989), pode ser verificada em Harvey (1989, p. 148).

[...] a meia vida de um produto fordista típico era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e do vestuário) as indústrias de vídeo game e programas de computador – a meia vida caiu para dezoito meses.

Segundo Harvey (1989, p. 51), o mais interessante, na atual situação do capitalismo, é a maneira como vem conseguindo se organizar, por meio da

“dispersão, mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso, devido a inovações tecnológicas”. O desenvolvimento científico voltado a atender os ensejos do capital realiza a perversa combinação entre consumo e produção destrutiva.

Outro ponto importante do processo de acumulação flexível é a reorganização do sistema financeiro global. Conforme analisa Harvey (1989, p. 154), as fronteiras que distinguem as atividades desenvolvidas pelos bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor, são cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, conseguem viabilizar os negócios futuros, mercados, ações, títulos da dívida pública, ou seja, conseguem introduzir “o tempo futuro no tempo presente de maneira estarrecedora”.

Contudo, Harvey (1989), apoiado nas reflexões de Marx, analisa que o capitalismo mantém os três traços fundamentais, a saber: o crescimento, a exploração do trabalho e o dinamismo.

O crescimento é necessário para dar sustentação ao capitalismo, uma vez que o lucro e a acumulação só podem ser assegurados com o crescimento, por isso, o capitalismo tem que expandir a fabricação de produtos e com isso alcançar os valores pretendidos. Assim, a ideologia do crescimento é um dos meios de sustentação desse sistema de produção.

O crescimento desenfreado, sem preocupação com as consequências sociais, políticas, ecológicas, ocorre por meio da exploração do trabalho. Um sistema fundado na relação entre as classes sociais, o capital e trabalho, com o controle da produção, é primordial para a realização do lucro.

O controle sobre o trabalho é fundamental, do ponto de vista do capital, para sua reprodução. Esse controle não é efetuado somente dentro das empresas, mas por meio do Estado, dos sistemas políticos e da representação; entre outros, tais meios tornam-se necessários para a reprodução do capitalismo, cujo objetivo é manter a ordem e o progresso.

Até aqui abordamos os traços gerais da modalidade de acumulação flexível, base material que sustenta a reprodução do pensamento conservador na atualidade.

2.2 Algumas Características do Neoliberalismo

O modelo de acumulação flexível também se reproduz no campo sociopolítico e entra em conflito com as mediações sociopolíticas responsáveis pela reprodução do modelo de acumulação rígida, que se expressa no Estado de Bem-estar Social.

Ou seja, a modalidade sociopolítica do Estado de Bem-estar Social, fundamentada no keynesianismo, constitui uma possibilidade da ordem do capital, mas, contraditoriamente, diante da crise estrutural do capitalismo, desencadeada em meados dos anos 1970, torna-se um limite, que deve ser transposto para assegurar o modelo de acumulação flexível. Essa transposição reproduz-se por meio da mediação político-econômica antidemocrática, sustentada pela ideologia neoliberal (NETTO, 2001).

Se o capital para se reproduzir, precisa transpor os entraves democráticos, sua ofensiva é justamente a organização política dos trabalhadores.

O neoliberalismo ataca centralmente a organização autônoma dos trabalhadores, sindicatos e partidos operários classistas; o sistema de bem-estar social keynesiano que não pode ser mais suportado pelo capital em crise e, conseqüentemente, combatido e aniquilado como estratégia política na fase da crise estrutural do capitalismo. (ABRAMIDES, 2006, p. 175).

Esse ataque é fortalecido porque a crise também se reproduz no campo político da esquerda, com a derrocada do socialismo real nos países do leste europeu. Entretanto, a crise do socialismo real difere da crise do Estado de Bem-estar Social. Isso porque, durante o período em que a economia nesses países apresentou crescimento, havia uma relação correspondente com o poder sociopolítico autocrático, porém, quando a economia, em meados da década de 80, começou a apresentar sinais de uma economia industrial em desenvolvimento, houve o confronto com o Estado burocratizado e sua ordenação política de pouca participação, culminando no desmonte da perspectiva político-econômica do socialismo real.

A crise do socialismo real tem uma inequívoca ausência de uma plena socialização do poder político, capaz de socializar efetivamente o poder político e rebater imediatamente no ordenamento econômico, com reais processos auto gestionários aptos para otimizar (com liquidação de traços e excrescências burocráticos) a alocação central de recursos, poderia garantir o desenvolvimento exitoso das experiências pós-revolucionários. (NETTO, 2001, 72)

Em síntese, enquanto a crise do socialismo real exige a socialização da política, a crise do Estado de Bem-estar Social exige um ordenamento político antidemocrático que se dá por meio da ideologia neoliberal.

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade como função da liberdade de mercado. (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 226).

A noção rasteira de liberdade inscrita na ideologia neoliberal revê-la seu conteúdo antidemocrático, pois consiste em atacar “no plano social e político institucional, [...] o conjunto [...] direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado” (JOSÉ PAULO NETTO, 2001, p. 78).

Nessa perspectiva, o estado cumpre duas funções: “prover a estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer” (JOSÉ PAULO NETTO, 2001, p. 79 apud MERQUIOR, 1991, p. 20). A primeira diz respeito ao processo de privatizações, e o segundo trata da assistência aos mais pobres¹⁹.

O processo de privatizações ocorre com as “reformas que retiram do controle estatal empresas e serviços” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 228).

Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir. (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 228 apud CHESNAIS, 1996, p. 186)

Além das privatizações, o capital também determina, ao Estado, o ramo dos investimentos públicos para sua reprodução; nesse sentido, nota-se alto investimento na indústria bélica. Para se ter ideia, dos investimentos nesse ramo, nos anos de 1990, “nos Estados Unidos mais de 80% da pesquisa em engenharia elétrica, 70% em materiais e metalurgia e 55% em ciência da computação são sustentados por programas de pesquisa militar aplicada do governo” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 227 apud DREIFUSS, 1996, p. 226 -227).

Aqui são constatadas as afirmações de Mészáros (1989), sobre a inovação do capitalismo em remover suas contradições internas e alcançar a realização da taxa

¹⁹ Essa última será abordada mais adiante, particularizando o Brasil.

de uso decrescente, por meio do seu poderoso complexo industrial militar, valendo-se de investimento do dinheiro público.

Em suma, a flexibilidade conduzida pela política neoliberal confronta a rigidez de quaisquer dispositivos (taxas alfandegárias, ou seja, os dispositivos que regem as atividades de exportação) sociopolíticos que travam a liberdade das atividades econômicas controladas pelas corporações monopolistas.

A ideia de liberdade inscrita na ideologia neoliberal é, justamente, uma “noção rasteira de liberdade vista como função da liberdade de mercado” (JOSÉ PAULO NETTO; BRAZ, 2008), que serve como justificativa para confrontar qualquer regulação e dispositivo político que se contraponha a mobilidade do capital. O que o grande capital deseja é “libertar acumulação de todas as cadeias impostas alcançadas pela democracia” (JOSÉ PAULO NETTO, 2001, p. 80).

No entanto, apesar de reconhecer que reproduz a reestruturação produtiva no âmbito do Estado, a política neoliberal assume determinadas particularidades correspondentes ao lugar que os países historicamente ocupam na divisão internacional do trabalho.

No continente latino-americano, o projeto neoliberal é introduzido, em meados de 1989, com o Consenso de Washington, que é um conjunto de medidas imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e governo norte-americano aos países latinos.

A centralidade das medidas consiste, de modo geral, na liberalização comercial e na redução do Estado (ABRAMIDES, 2006).

Os países latino-americanos conduzem sua política econômica norteados pela noção rasteira de liberdade inscrita na ideologia neoliberal, “a política econômica deve ser feita em nome da soberania do mercado auto regulável nas suas relações internas e externas” (ABRAMIDES, 2006, p. 249 apud TEIXEIRA, 1996, p. 225).

Portanto, o projeto neoliberal realiza-se reproduzindo a histórica subalternidade dos países latino-americanos em relação ao grande capital.

No Brasil, o neoliberalismo é introduzido na agenda política na década de 1990, no governo Fernando Collor de Mello, segue no governo Fernando Henrique

Cardoso, no governo Luiz Inácio Lula da Silva e continua sendo realizado no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. No geral, há inúmeras privatizações e terceirizações²⁰, inclusive, está em andamento o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, que consiste em estender o processo de terceirização para todos os setores da produção.

Apesar das diferenças e similitudes de tais governos, no geral, a política neoliberal ainda continua vigente, privatizando o patrimônio público, por meio de concessões e parcerias entre os setores público e privado.

Na saúde, uma das medidas mais graves, do atual governo federal, é a abertura para o investimento do capital estrangeiro no Sistema Único de Saúde (SUS), como atesta a Lei 13.097/2015, que altera a Lei 8.080, em seu Art.142. Além das alterações no SUS, o governo federal também tem privatizado os hospitais universitários, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

No campo da educação, o programa de Financiamento Estudantil (Fies) que se inicia no governo Fernando Henrique, sofre ajuste no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no geral, vende a ilusão de acesso à educação superior para os trabalhadores mais empobrecidos, que historicamente não tiveram o direito de acessar o ensino público universitário de qualidade e que, diante da facilidade do financiamento, endividam-se com a perspectiva de conseguir estudar e, conseqüentemente, alcançar um posto de trabalho com melhor remuneração.

No ano de 2011, foram constituídos grandes monopólios nacionais e internacionais no campo da educação, entre eles, os grupos União das Instituições de Ensino de São Paulo (Uniesp) e Kotron Laureat, todos contando com financiamento público.

Conforme apontam os estudos realizados pelo Cfess, nas duas últimas décadas, o ensino superior brasileiro baseia-se em dois eixos: de um lado, a manutenção e o aprofundamento da hegemonia do setor privado e, de outro, a

²⁰ As principais privatizações de cada presidente. Infográfico mostra vendas de empresas e concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/11/78768-as-principais-privatizacoes-de-cada-presidente.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

estratégia de expansão da modalidade de Ensino a distância (EaD)²¹. A lógica intrínseca é a massificação do ensino que atende, de um lado, aos interesses de lucro do mercado e, por outro, assegura os interesses governamentais no sentido de manter o aumento das estatísticas educacionais do País.

De acordo com o Cfess (2014, p. 34), em 2009, o Ensino Superior em Serviço Social ocupava o terceiro lugar no *ranking* da modalidade EaD e essa expansão atinge diretamente o processo de formação, tornando-o desqualificado, pois não possibilita

a convivência com diferentes docentes e discentes, a formação restringe-se ao contato esparso com tutores/as, não permite a interlocução efetiva com movimentos sociais históricos no âmbito acadêmico e, ainda, encontra-se restrita obviamente à dimensão ensino.

No campo da política de Seguridade Social, também nota-se a reprodução do neoliberalismo.

Conforme sinalizamos linhas atrás, uma das funções do Estado é fornecer serviços que o mercado não pode prover, porém, ao fazê-lo, não só reproduz a histórica acomodação no plano ideopolítico como, paralelamente, atua alimentando o consumo e extraíndo os direitos alcançados pelas lutas da classe trabalhadora.

De acordo com Mota (2010), as políticas que constituem a Seguridade Social brasileira estão longe de formar um extenso e combinado mecanismo de proteção, porque assumem perversa unidade contraditória. De um lado, os processos de mercantilização e privatização das políticas que compreendem a saúde e a previdência, reduzem os acessos e benefícios que lhes são próprios; de outro, a Assistência Social amplia-se, na condição de política não contributiva, assumindo a centralidade de principal política de proteção social no Brasil.

Essa afirmação ancora-se no movimento da realidade, visto que a ampliação da Assistência Social ocorre ao lado das condicionalidades que restringem o acesso à previdência e saúde. Essa movimentação fundamenta-se em argumentos que se justificam devido ao aumento da pobreza e à impossibilidade de equiparação financeira dos mais pobres, portanto, incentivam-se planos de saúde e previdência

²¹ Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social, v. 2. Disponível em: <http://www.cress-sp.org.br/pdf/COLEGIADO_DE_PROFESSORES_-_DOCUMENTO_FAMA.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

privada para aqueles que podem pagar e, paralelamente, há redução e não ampliação de serviços correspondentes às necessidades da população.

Nesse sentido, a lógica de funcionamento da Seguridade Social produz uma intervenção que se focaliza nos segmentos mais empobrecidos da sociedade, imprimindo outro desenho à política de Assistência Social, visto que a expansão de tal política teve como centralidade os programas de transferência de renda, conforme demonstram estudos realizados.

Tais dados revelam as principais orientações dos programas e ações no PPA do atual governo: fortalecimento de benefícios e transferência de renda como BPC e Bolsa Família; apenas manutenção de ações protetivas e socioeducativas, com o crescimento pífio de recursos que não alcançaram mais de 5% dos recursos de FNAS (...). Este quadro indica assim, aumento dos recursos repassados pelo governo federal em forma de transferência de renda diretamente aos beneficiários e manutenção ou pífio crescimento dos recursos destinados e ações que devem ser coletivamente executadas pelos Cras na modalidade de proteção básica e/ou especial conforme a PNAS e a NOB. (MOTA, 2008, p. 134 apud BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 50)

Segundo Mota (2010, p. 134), isso não quer dizer que outros mecanismos da política de assistência não estejam sendo implantados. Eles estão e um exemplo é o Suas, que fortaleceu e reordenou as ações desenvolvidas no campo da política. “A questão é que ao fazê-lo subtrai direitos de outras frações da classe trabalhadora.”

Para a referida autora, a política de Seguridade Social se constitui como uma mediação do processo de reprodução social e tem suas bases assentadas em necessidades objetivas, entretanto, ao se reproduzir nas superestruturas que compreendem instituições sociais, no campo da cultura, política e do Estado, como estratégia de enfrentamento das desigualdades, a política de Assistência Social reproduz as contradições sociais e a luta de classe.

O processo histórico de desenvolvimento da Seguridade Social ampara assertiva ao indicar como a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se. São indicativas as da era Vargas, a expansão de políticas na ditadura militar e, mais recentemente, os governos FHC e Lula. (MOTA, 2010, p. 135)

De acordo com os estudos realizados por Mota (2010), desde os anos 1990, a política social assume duas tendências: a privatização e a assistencialização da proteção, instituindo, paralelamente, as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão pobre.

Para Sitcovsky (2010), a centralidade que a assistência assume, se comparada às demais políticas sociais, tem articulação direta com a crise da sociedade salarial, visto que, devido aos novos arranjos decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, isto é, as terceirizações, privatizações, o trabalho informal, desemprego estrutural, entre outros, o trabalho assalariado deixa de ser, processualmente, o modo de integração à ordem vigente, e, desse modo, a Assistência Social, por meio dos programas de transferência de renda, mesmo que de forma precária, oferece possibilidade de acesso ao consumo.

No caso de municípios, os relatos dos gestores e os dados dos monitoramentos dos programas de política de assistência social²² revelaram que estes recursos representam um importante elemento de estímulo às economias locais. Um exemplo deste fenômeno é o dia de pagamento do Programa Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Neste período, se instituem verdadeiras feiras locais, incrementando a circulação de dinheiro e mercadorias nos municípios. (SITCOVSKY, 2010, p. 155)

De acordo com Sitcovsky (2010), a ampliação da Assistência Social, ao lado das mudanças econômicas, políticas e sociais em curso, ao envolver um conjunto de reformas sob as quais a Seguridade Social assume novas configurações, representa um profundo ataque das classes dominantes ao Estado brasileiro, pois este passa a enfrentar a questão social por meio da mercantilização dos serviços sociais, obedecendo à lógica do capital na formação de valor.

Segundo Mota (2010), o fato de as classes economicamente dominantes invocarem a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza relativa, paralelamente, exercita uma estratégia política de “repolitização da política [...] esse projeto supõe que os incluídos passem não apenas a usufruir dos serviços sociais oferecidos, mas se transformem em colaboradores dos mecanismos de consensos em situação contrária” (MOTA, 2008, p. 142 apud NEVES, 2005, p. 33).

De modo geral, a Seguridade Social situa-se no campo da reprodução social da ordem burguesa, porém, sob nova estratégia de dominação política,

[...] a de transformar o cidadão sujeito de direitos em consumidor, o trabalhador num contribuinte autônomo, o desempregado num beneficiário da assistência social e a família e as comunidades em células de uma sociedade solidária, socialmente responsável e cooperativa. (MOTA, 2010, p. 144)

²² Referimo-nos aqui à nossa experiência, na qualidade de pesquisador bolsista, no monitoramento e na avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), realizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pela professora Ana Elisabete Mota.

Portanto, o Estado brasileiro continua cumprindo sua função histórica de ser um mediador que acomoda os interesses político-econômicos da classe economicamente dominante, além de reproduzir sua ideologia e seus valores.

Contudo, não consiste objeto da pesquisa o estudo pormenorizado das privatizações e concessões, as reflexões aqui sugeridas, que abrangem, de modo geral, a educação e a Seguridade Social, tem o intuito de sinalizar que as determinações oriundas do processo de acumulação flexível, ao se reproduzirem no campo da cultura e sociopolítico, provocam rebatimentos no plano do conhecimento e no exercício profissional e, ao mesmo tempo, na direção ético-política do Serviço Social brasileiro.

2.3 Reprodução da Crise Estrutural no Campo da Cultura: o Pensamento Pós-Moderno

As ofensivas em relação às teorias estruturantes também compõem o conjunto de respostas à crise estrutural do capital; no mundo do trabalho, a acumulação flexível; no campo político, o neoliberalismo; no âmbito da cultura, o pensamento pós-moderno.

No decorrer do texto, vamos nos debruçar sobre o pensamento pós-moderno, para demonstrar suas principais características e seu conteúdo ideopolítico conservador.

Conforme analisa Harvey (1989), as tendências pós-modernas aparecem em várias dimensões, que abrangem a arquitetura, arte, filosofia, nas ciências sociais e exatas.

No campo da filosofia, o pensamento pós-moderno apresenta-se como uma combinação entre o pragmatismo norte-americano evocado pelo movimento pós-marxismo e pós-estruturalismo que agitou Paris/França, depois de maio de 1968, provocando o que “Bernstein chama de raiva do humanismo e do legado do Iluminismo” (HARVEY, 1989, p. 46).

Essa movimentação desdobra-se numa denúncia à razão abstrata e numa vigorosa repulsa a todo projeto que buscasse a emancipação humana por meio da movimentação das forças produtivas, da ciência e razão.

As ideias empreendidas por Foucault, especialmente em suas primeiras obras “tem uma fonte fecunda de argumentação pós-moderna”. (HARVEY, 1989, p.50). Foucault irrompe com a noção de poder do Estado e “nos conclama a conduzir uma análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos infinitesimais”, ou seja, os menores (HARVEY, 1989, 50). Ele nos convida a analisar o poder nas dimensões do indivíduo, pois sugere que cada um tem sua própria história, sua trajetória, entre outros aspectos.

Além disso, Foucault conclui que existe uma “relação entre os sistemas de conhecimento (discursos) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e domínios sociais em contextos particulares” (HARVEY, 1989, 50), a exemplo, instituições como hospitais, prisões, escola, entre outros, são espaços que não se inter-relacionam, portanto, não são espaços de domínio de classe.

Para ele, o que ocorre nesses espaços não pode ser apreendido por alguma teoria que abrange a totalidade social. “O sistema de coisas de Foucault é o corpo humano [...] é no corpo onde todas as formas de repressão terminam” (HARVEY, 1989, p. 50). Para o pensador, não existem possibilidades de escapar das relações de poder - conhecimento - sem fazer uso da repressão. Existe uma persistência utópica em escapar da racionalidade técnica burocrática repressiva que, ao tentar negá-la, acaba reproduzindo-a, para demonstrar suas argumentações. Foucault recorre às experiências repressivas soviéticas que, fundamentadas no marxismo, acabaram reproduzindo as contradições do capitalismo.

Segundo Harvey (1989, p. 50), para Foucault, a maneira de eliminar o fascismo, “estaria no poder de explorar as qualidades abertas do discurso humano e tomando-as como fundamento para intervir na construção de conhecimento nos lugares particulares em que prevaleça um discurso de poder localizado”.

De modo geral, nota-se, nas propostas de Foucault, a presença pessimismo, pois não existem possibilidades de escapar da racionalidade técnica burocrática.

No entanto, apesar de se expressar em diversas dimensões, de modos distintos, o pensamento pós-moderno preserva um traço comum, a negação, das metanarrativas, isto é, interpretações teóricas que compreendem a totalidade social.

São nas tendências intelectuais importadas de Paris e nas mudanças do mercado de arte nova-iorquina, que surge o conceito do pensamento pós-moderno.

No ensaio intitulado *A Condição Pós-Moderna*, Lyotard marca o novo espírito do tempo, ou seja, um clima intelectual de um novo tempo no qual expressa as,

[...] tendências epistemológicas gestadas há muito tempo, resgate seletivos do neopositivismo e a herança do estruturalismo [...] graças à mediação cultural própria da França pós 68, para muitos intelectuais a obra se tornou fundacional (NETTO p. 246. In: COUTINHO, 2008), para difusão da pós-modernidade.

Segundo Harvey (1989, p. 51), as preocupações de Lyotard repousam na linguagem, pois “reconhece que o vínculo social é linguístico, porém, a questão é que não estabelecemos combinações linguísticas estáveis e as propriedades daquelas que estabelecemos não são necessariamente comunicáveis”.

O social, ao ser estabelecido por redes flexíveis de linguagem, indica que cada indivíduo pode evocar vários números distintos de códigos de linguagem que podem ser encontrados na igreja, em casa, na rua, no trabalho, entre outros.

Conforme avalia Harvey (1989, p. 51), na medida em que Foucault e Lyotard enaltecem o conhecimento como forma de poder, o problema reside em localizar o poder nesses inúmeros espaços, visto que se encontra “disperso em nuvens de elementos narrativos dentro de uma heterogeneidade de jogos de linguagem”.

Para Harvey (1989, p. 49), o pensamento pós-moderno, ao tentar se legitimar negando a história, acaba remontando ao plano do pensamento, “em particular a Nietzsche, que enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com o pensamento racional”.

Pensadores como Foucault e Lyotard atacam qualquer concepção que se inter-relaciona ou possam ser representadas; nesse sentido, as verdades eternas e universais, caso existam, não podem ser esclarecidas.

Ambos dirigem suas críticas às metanarrativas, isto é, às elaborações que oferecem a compreensão da totalidade social; entre elas, as construídas por Marx e Freud. Foucault enfatiza o poder-discurso e Lyotard valoriza os jogos de linguagem,

no entanto, é Lyotard que define a pós-modernidade como a “incredulidade diante das metanarrativas” (HARVEY, 1989, p. 50).

Tanto Lyotard como Foucault aceitam as características abertas dos diálogos comuns; compreendem que as regras rígidas que formam os diálogos podem ser flexibilizadas (a flexibilidade do modelo de acumulação se reproduz na sociabilidade) e transformadas. Instituições como universidades, os reinos do direito, da ciência, do governo burocrático, entre outros, traçam os limites do que deve e como pode ser dito, portanto, segundo os dois pensadores. Apesar de impostos pelas instituições, os limites não são absolutos, por isso, é possível construir estratégias de linguagens dentro e fora das instituições.

Para Foucault e Lyotard, deve-se reconhecer primeiramente como os diferentes jogos de linguagem criam as linguagens e os poderes institucionais. Desse modo, é possível compreender que os diferentes jogos de linguagens originam os determinismos locais. Portanto, para ambos, a linguagem é que determina a realidade.

Os determinismos locais são apreendidos por outros estudiosos como comunidades interpretativas. Tais comunidades interpretativas são constituídas por produtores e consumidores que particularizam o conhecimento, ou seja, elaboram textos que se referem a determinado contexto institucional, entre eles, universidades, agrupamentos religiosos, sistema legal, além disso, dividem o trabalho e a cultura por áreas do conhecimento e por locais.

Desse modo, esse conhecimento pormenorizado permite que “os indivíduos ou grupos controlem mutuamente o que consideram conhecimento válido” (HARVEY, 1989, p. 52). Ou seja, a ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos e serem ouvidos. São exemplos, os movimentos de ecologistas, mulheres, dos negros, entre outros, assim, se expressa o pluralismo pós-moderno, negando a relação entre as classes sociais.

Outra preocupação dos pensadores pós-modernos diz respeito à alteridade e com outros mundos. HARVEY (1989, p. 52), analisando McHale, verifica que, ao enfatizar o pluralismo dos mundos, uma ideia fixa, dos pensadores pós-modernos, ele recorre ao conceito foucaultiano de heterotopia, isto é, “a coexistência, num espaço impossível, de um grande número de mundo possíveis espaços

fragmentários, ou simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros”. Exemplo, a ideia de vários eus, de vários mundos.

Desse modo, o mundo é compreendido de maneira fragmentada e heterogênea²³, sem nenhuma inter-relação. No campo da cultura, por exemplo, o artista cria os elementos, deixando a interpretação, ou melhor, o significado, segundo o apreciador. Agindo assim, o artista cria as possibilidades para a participação do público que aprecia a obra, mas também abre possibilidades para a manipulação do mercado.

No campo teórico, no geral, o pensamento pós-moderno tem várias vertentes, mas que apresentam características comuns: imediaticidade, negação da categoria totalidade, e semiologização da realidade.

A imediaticidade consiste em aceitar os fenômenos socioculturais como se apresentam, assumindo, assim, a tendência de extinguir a diferença entre aparência e essência e, principalmente, elimina as especificidades das modalidades do conhecimento e, conseqüentemente, padroniza o que é, ou o que não é considerado conhecimento científico.

A negação da categoria totalidade ocorre nos campos filosófico e teórico. No filosófico, nega sua efetividade e no campo teórico nega a apreensão da totalidade social.

E, por último, a semiologização da realidade, que consiste em valorar as dimensões simbólicas da vida social, ou seja, reduz a vida ao discurso.

As lutas da verdade são travadas com discurso argumentativo e *a verdade é o efeito de convencimento dos vários discursos de verdade em presença e em conflito*. A objetividade é a propriedade do conhecimento científico que obtém o consenso no auditório relevante dos cientistas. (B.S, Santos, Introdução a uma ciência pós-moderna, ed. Cit., p. 96; itálicos – JPN); ou ainda: “[...] Produto de comunidades interpretativas [...] o conhecimento emancipatório pós-moderno assume a sua artefactualidade discursiva. Para esta forma de conhecimento, a *verdade é retórica*, uma pausa mítica numa batalha argumentativa contínua e interminável travada entre os vários discursos de verdade. (Idem, A crítica da razão indolente..., ed. cit.,p.96; itálicos – JPN. (NETTO, 2008, p. 284 apud COUTINHO 2008)

Os pensadores pós-modernos, ao transmutar a ciência num jogo de linguagem, na medida em que compreendem o conhecimento como discurso, acabam dissolvendo a verdade e todo o conhecimento passa a ser relativo.

²³ Harvey (1989) sugere dois filmes para exemplificar: Cidadão Kane e Veludo Azul.

A relativização do conhecimento viabiliza uma variedade de interpretações válidas sobre a realidade, desse modo, a fragmentação assume a característica fundamental. Essa valorização da fragmentação inviabiliza a possibilidade de conhecer a totalidade social. Nesse sentido, “quando o fragmentário, o mundo pessoal e subjetivo e o fato que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão” (EVANGELISTA, 1997, p. 35).

Segundo Lucács (2007), a ideologia do irracionalismo nasce como oposição à Revolução Francesa, daí sua repulsa ao progresso. Constitui-se, inicialmente, em defesa da sociedade aristocrática e não somente no campo político, mas também se opõe ideologicamente contra a razão.

Historicamente, o irracionalismo sofre transformações, e na conjuntura histórica do fascismo corroborou para espalhar o pessimismo, imobilismo, desprezo pela razão, a desvalorização da verdade, glorificação da intuição, repulsa pelo progresso, no entanto, em sua trajetória, adquire novas características: a negação da totalidade, valorização do subjetivismo, o individualismo, a negação da história entre outros, que também caracterizam o pensamento pós-moderno (BARROCO, 2003).

Conservando suas práticas assumidas no decorrer da história, o irracionalismo do século XX construiu uma cultura de desvalor que, apesar de assumir novas formas, continua sendo reproduzido no interior da sociabilidade capitalista atingindo todas as esferas da vida social e reproduzindo uma cultura de regressão social.

Enquanto ideologia, o irracionalismo serve como respostas para os enfretamentos dos conflitos de classe da sociedade burguesa. Seu objetivo é a manutenção da ordem vigente e na medida em que os conflitos são deslocados para a subjetividade, impede que possam ser resolvidos, desse modo,

[...] contribui para ocultar a realidade e naturaliza as desigualdades estruturais da sociedade burguesa, construindo uma cultura anti-humanista e passiva e de modos diversos, afirma a ordem burguesa como fim da história negando à práxis social. (BARROCO, 2003, p. 11)

Essas determinações alimentam a organização política que representa os interesses da direita, extrema direita e do fascismo, em vários países.

Na França, por exemplo, a extrema direita cresce desde 1972, com o Partido da Frente Nacional, fundado por Jean Marine Le Pen, candidato por cinco vezes à Presidência da República. Atualmente, à frente do partido está sua filha Marine Le Pen, “que não aceita que o partido seja identificado como sendo de extrema-direita” (SILVA; BRITES; OLIVEIRA; BORRI, 2014, p. 434).

Conforme Lowy (2014)²⁴, os números comprovam que nas últimas eleições ocorridas na França, Inglaterra e Dinamarca, a extrema direita chegou a alcançar a margem de 25% a 30% dos votos, números expressivos que não se viam desde 1930.

De acordo com as estimativas divulgadas na Inglaterra, pela British Broadcasting Corporation (BBC)²⁵, na última eleição, realizada em maio de 2015, o Partido Conservador chegou ao poder obtendo 325 das 650 cadeiras que constituem o parlamento inglês.

Na Escócia, o Partido Nacionalista Escocês alcança vitória esmagadora, conforme dados publicados pela *Folha de S. Paulo*. Estima-se que 58 das 59 cadeiras do Parlamento Escocês tenham sido ocupadas pelo partido. Mesmo que a estimativa não se confirme, o partido será a terceira força política do país²⁶.

Com o apelo: “acredito no poder de milhões de valentes conservadores unindo-se para recuperar a promessa dos Estados Unidos”, o senador Ted Cruz anuncia que disputará o processo eleitoral de 2016, para o cargo de Presidente da República dos Estados Unidos e o candidato que faz parte do movimento direitista, Teo Party, do Partido Republicano, apresentou suas propostas na Universidade Batista Liberty, localizada na Virgínia.

Entre as propostas de Cruz, destaca-se a família, pois defende a santidade humana e o casamento como sacramento; em relação às políticas externas, Cruz afirma que o governo dos Estados Unidos, ao lado de Israel, não pedirá desculpas a

²⁴ Dez teses sobre ascensão da extrema direita europeia. Michael Lowy, tradução de Úrsula Passos. 15/6/2014, às 3h39. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/06/1469890-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2015, às 3h52.

²⁵ Inglaterra: Partido Conservador deve conseguir maioria no parlamento, diz BBC. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2015/05/inglaterra-partido-conservador-deve-conseguir-maioria-no-parlamento-diz-bbc.html>>. Acesso em: 9 maio 2015, às 14h45min.

²⁶ Votos no Partido Nacional Escocês surpreendem em eleições britânicas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1626324-votos-no-partido-nacional-escoces-surpreendem-em-eleicao-britanica.shtml>> Acesso em: 9 maio 2015, às 14h57min.

ninguém. Além disso, defende o porte de armas para os cidadãos que cumprem a lei²⁷.

Na Itália, o parlamentar Angelino Alfano sugere que os africanos refugiados trabalhem sem remuneração, “ao invés de deixá-los sentados sem fazer nada – façam-nos trabalhar”²⁸.

Na Grécia, o partido Aurora Dourada surge na década de 1980. É um partido nazista, militar, masculino, que comete assassinatos.

No Brasil, na atualidade, o Congresso é formado por deputados que compõem a bancada do conservadorismo²⁹, denominada popularmente de BBB – bíblia, boi e bala. Eleita em 2014, é composta por ruralistas, empresários, pastores evangélicos e policiais militares.

Inclusive, à frente do Ministério da Agricultura, está uma empresária comprometida com o agronegócio, que, em um dos seus discursos, afirma: “No Brasil, latifúndio não existe mais” e que “os conflitos entre agricultores e povos originários ocorrem porque os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”³⁰.

Como forma de repúdio às declarações da ministra, componentes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) fecharam uma das principais rodovias do estado do Mato Grosso do Sul. Por sua vez, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em nota, manifestou-se contra os discursos proferidos pela atual ministra e também contra a presidenta Dilma Rousseff, afirmando que o ruralismo, agronegócio e latifúndio não têm limites. Diante de tanta insensatez e

²⁷ EUA: Conservador Ted Cruz dá início à corrida presidencial <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/eua-conservador-ted-cruz-da-inicio-a-corrida-presidencial,df6c016dbe74c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

²⁸ Governo italiano sugere escravizar imigrantes para não deixá-los sem fazer nada. Disponível em: <<http://br.sputniknews.com/mundo/20150508/970822.html>>. Acesso em: 17 maio 2015, às 18h44min.

²⁹ Um horizonte sombrio com o Conservadorismo do Congresso: Redução da maioria penal é o 1º ato. A eleição de agentes da repressão, pastores fundamentalistas e ruralistas fez com que este seja o parlamento mais conservador desde 1964. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Um-horizonte-sombrio-com-o-conservadorismo-do-congresso-reducao-da-maioridade-e-o-1%BA-ato/4/33146>>. Acesso em: 17 maio 2015.

³⁰ Movimentos sociais reagem às declarações de Kátia Abreu sobre latifúndio e indígenas. MTST e Cimi mostram indignação com a entrevista da recém-empossada ministra da Agricultura e antecipam diálogo difícil entre interesses do agronegócio e a questão fundiária. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/01/movimentos-sociais-reagem-as-declaracoes-de-katia-abreu-6584.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

insensibilidade, finalizam a nota afirmando a necessidade de organização dos povos indígenas em defesa de suas terras e vidas.

Para demonstrar as contradições do discurso da atual ministra da Agricultura, duas notícias divulgam números comprovando que no Brasil ocorre um genocídio histórico com a população indígena.

Conforme os dados divulgados pelo Cimi, no governo Fernando Henrique Cardoso, foram mortos 167 índios. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esse número subiu para 452, contabilizando uma média de 56,5, por ano. Em 2011, no primeiro mandato da atual presidenta, foram contabilizados 51 assassinatos de indígenas; em 2012, foram assassinados mais 57 índios. Somados os dois mandatos petistas, foram cometidos, em média, 56 assassinatos por ano, um numero 269% maior do que nos mandatos de FHC. Entre os motivos, estão a lenta demarcação de terras, que coloca os povos indígenas em situação de miséria³¹.

Segundo matéria produzida pelo jornal *Amazônia Real*³², no período que compreende a ditadura militar, entre 1964 a 1985, foram assassinados aproximadamente 8.350 indígenas, no Brasil. As mortes ocorreram devido a torturas, massacres, remoção forçada de suas terras, prisões, maus tratos, entre outros.

O jornal divulga a pesquisa realizada pela psicanalista Maria Rita Kehl, que visitou várias regiões do País e constatou que os índios da tribo Cintas Largas, que vivem entre o noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia, sofrem ataques desde a década de 50. A previsão é que mais de 5 mil índios Cintas Largas tenham sido assassinados, pelos seguintes motivos: envenenamento pelo consumo de alimentos com arsênico; aviões que atiravam brinquedos contaminados com o vírus da gripe, do sarampo e da varíola; emboscadas dentro das suas próprias aldeias com dinamites e por pistoleiros.

Segundo o referido jornal, no relatório, consta que essa barbárie teve a anuência do governo federal, por meio de instituições como o Serviço de Proteção

³¹ Assassinatos de indígenas no Brasil crescem 269% nos governos Dilma e Lula, por Ricardo Galhardo – Ig, São Paulo, 7/6/2013, às 18h04min – atualizados 7/6/2013, às 21h31min. Disponível M: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-07/assassinatos-de-indigenas-no-brasil-crescem-269-nos-governos-dilma-e-lula.html>>. Acesso em: 9 maio 2015, às 18h02min

³² Notícias da Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil índios foram mortos na ditadura militar. *Amazônia Real*, 11/12/2014, às 20h44min. Disponível em: < <http://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 9 maio 2015, às 19h57min.

ao Índio (SPI), e depois pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Essas instituições viabilizaram ações de empresas de mineração, garimpeiros em busca de ouro, diamante e madeira, entre outros.

Maria Rita Kehl ainda pesquisou a tribo dos indígenas da etnia Waimiri Atroari, que vivem entre os estados do Amazonas e Roraima. Em 2013, ao visitá-los, Kehl constata que, entre os anos de 1960 a 1980, houve um massacre e conclui seu relatório informando que foram mortos 2.650 índios. Entre 1960 e 1980, as terras dos Atroari também foram afetadas pela abertura de uma obra de construção e pavimentação da BR-174, que liga Manaus/AM à capital de Roraima, Boa Vista. Além disso, registram-se a construção da usina hidrelétrica de Balbina e a atuação de mineradoras e garimpeiros em busca de jazidas localizadas no território³³.

O genocídio, uma das expressões da política conservadora e irracional contra a população indígena, é muito mais do que uma ação insensível e insensata, como afirma a nota do Cimi, em relação ao discurso proferido pela ministra da Agricultura.

O genocídio histórico dos povos originários é uma ação que envolve os interesses político-econômicos das classes economicamente dominantes atestando que “o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses” (IAMAMOTO, 2011, p. 132).

Contudo, indicamos aqui algumas características do pensamento pós-moderno e sua influência no plano teórico e nas organizações políticas.

2.4 Crítica ao Pensamento Pós-Moderno

Para apontar algumas reflexões críticas em relação ao pensamento pós-moderno, discorre-se sobre a razão ontológica e a razão fenomênica.

Primeiramente, destaca-se que o pensamento pós-moderno, em suas diversas e amplas abordagens, constitui-se na “completa recusa de uma verdadeira

³³ Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?searchword=Ind%C3%ADgenas&ordering=&searchphrase=all&Itemid=101&option=com_search>. Acesso em: 14 jul. 2015, às 2h51.

ontologia social, que só pode ser sustentada a partir da compreensão do trabalho como fundante do ser social” (NETTO, p. 269 apud COUTINHO, 2008, Posfácio).

Historicamente a razão ontológica nasce paralelamente com a filosofia, pois “os primeiros filósofos tinham uma postura claramente ontológica diante do mundo” (TONET, 2006, p. 3). Os filósofos gregos não estavam preocupados sobre a questão do conhecimento, mas sobre a substância que constitui o ser. Dessas preocupações emergiam as seguintes indagações: permanência- mudança, uno-múltiplo, continuidade-descontinuidade, entre outras. A ontologia era apreendida como a teoria geral do ser, portanto, primordial para a compreensão das questões que dizem respeito ao conhecimento.

A preocupação em compreender, no movimento da realidade, a ideia da coisa, ou seja, buscar na realidade e não no mundo das ideias, também foi perseguida por Marx. “Portanto, de começar a elaborar, ainda que não de modo sistêmico, uma ontologia” (TONET, 2006, p. 3).

No entanto, a ontologia de Marx é diferente da ontologia dos filósofos gregos, em dois pontos cruciais: primeiro, diz respeito ao ser social e a dos gregos refere-se ao ser em geral; segundo, a ontologia marxiana tem caráter histórico-social, enquanto a ontologia grega tem um caráter metafísico.

Em sua pesquisa, Marx apreende o trabalho como categoria fundante do ser social. Para ele, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social; ao permitir o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face dos outros seres da natureza (BARROCO, 2006, p. 26).

O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo pelo qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo (LUCÁKS, 1979, p. 87 apud BARROCO, 2009, p. 21)

Nesse sentido, a totalidade social, a história, é um conjunto de complexos que se constituem e se inter-relacionam tendo o trabalho como categoria fundante.

Para Tonet (2006), disso decorrem duas consequências. Primeiro, o trabalho, ou seja, a relação eterna entre o homem e a natureza, sempre determinará qualquer forma de sociabilidade, portanto, para compreender os fenômenos sociais é necessário aprender as mediações existentes, mas não de forma mecânica.

Segundo, a totalidade social é simultaneamente constituída por aparência/essência, e o que se manifesta na aparência são os fenômenos em sua multiplicidade, mutabilidade, entretanto, o que garante sua unidade, permanência e continuidade (relativa) “é exatamente algo que não aparece à primeira vista, ou seja, a essência” (TONET, 2006, p. 4).

De modo geral, a razão ontológica do ser social é construída pelo “trabalho como auto atividade humana, como a produção de valores de uso capazes de satisfazer as necessidades humanas” (TONET, 2006, p. 5).

A razão ontológica tem caráter crítico e revolucionário, pois interessa à classe trabalhadora compreender a raiz do mundo social e assim orientar sua atividade para a emancipação humana.

Por sua vez, as interpretações pós-modernas, ao ater-se à imediatricidade dos fenômenos, reproduzem uma compreensão distorcida da realidade “fazendo ressurgir a razão fenomênica de Kant (TONET, 2006) ou razão instrumental positivista, na medida em que, nega a essência e totalidade em nome da aparência e da imediatricidade” (SIMIONATTO, 2009, p.7).

Considerando que no primeiro capítulo abordamos a razão instrumental por meio do pensamento de Comte e Durkheim, vamos nos deter brevemente na razão fenomênica de Kant.

Segundo Tonet (2006, p. 6), Kant afirma que não é possível conhecer a coisa em si, ou seja, não se pode conhecer a essência das coisas.

(...) só podemos saber o que as coisas são para nós, uma vez que o único meio que temos de acesso a elas são os dados que os sentidos nos trazem. O que as são as coisas para nós? O resultado do que nós, munidos das formas de sensibilidade (espaço e tempo) e das categorias a priori (quantidade, qualidade, relação e modalidade) fazemos dela.

Segundo essa concepção, o conhecimento científico é construído por meio da valorização dos sentidos, ou seja, a subjetividade é a responsável em classificar, organizar e capturar as regularidades (leis) dos dados empíricos. De acordo com Kant, “o mundo só chega a si mesmo através da mediação da subjetividade” (OLIVEIRA, 1989, p. 17 apud TONET, 2006, p. 6).

Todavia, apesar da interpretação do pensamento pós-moderno opor-se à modernidade, acaba sendo uma “elevação à enésima potência daquela concepção

fragmentária da realidade” (TONET, 2006, p. 8). Fragmentação que também marca a razão moderna de Kant.

Para Tonet (2006), a razão fenomênica é um traço típico da modernidade; o pensamento pós-moderno é uma continuidade da modernidade, entretanto, sob novas formas e em outro momento histórico. Ou seja, mantém entre suas características construídas historicamente a valorização da aparência dos dados empíricos, mas assume outras características.

Porém, a ninguém ocorre chamar Kant de pós-moderno, mas apenas afirmar que existe certa continuidade, isso porque o nível da fragmentação, a rapidez das mudanças, entre outros típicos da atualidade, são diferentes do mundo em que Kant viveu.

Apesar de afirmar que não é possível conhecer a realidade, Kant admite a existência da essência, da coisa em si; entretanto, as interpretações do pensamento pós-moderno negam a essência e permanecem na aparência.

No pensamento moderno, a verdade é uma produção do sujeito, visto que o conhecimento é um objeto construído e não um objeto dado; por essa razão, a verdade não pode ser considerada como a reprodução da realidade objetiva. Para alcançar a verdade é preciso rigorosidade nos métodos e, no caso de Kant, o uso da subjetividade.

A dissolução da ideia de verdade do pensamento pós-moderno nada mais é que constatação de que a realidade, que para os modernos ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados. (TONET, 2006, p. 9)

Segundo TONET (2006), essa entificação do mundo moderno só pode ser apreendida sob os pressupostos da razão ontológica.

1. O trabalho é o fundamento ontológico do ser social; 2. As formas de sociabilidade são determinadas pelo o trabalho; 3. A realidade social é constituída por categorias que se inter-relacionam num movimento permanente tendo como fundamento o trabalho; 4. A realidade é resultado da práxis humana e composta de aparência e essência.

Para o referido, se analisado sob esses pressupostos, veremos que o mundo moderno:

- Está assentado sobre as bases do trabalho abstrato e da mais-valia extraída daqueles cuja propriedade é a força de trabalho, portanto, dessa relação surgem as classes sociais antagônicas, compostas pela classe trabalhadora e a burguesia, que estão permanentemente em conflito pela apropriação da riqueza socialmente construída;
- Esse sistema social é produto da atividade humana e não de uma força sobrenatural, ou mesmo da natureza;
- É um sistema social regido pelo capital, em sua própria natureza é paralelamente unidade e fragmentação, permanência e movimento, continuidade e descontinuidade. Categorias articuladas que constituem a totalidade social;
- A mercadoria é o núcleo central desse sistema, marcado pelo fetichismo. O mistério reside no fato de encobrir as características próprias do labor, para as características próprias das mercadorias (coisas), ou seja, do produto do trabalho, pois se a forma social do trabalho se manifesta no mundo como relação entre mercadorias, logo, as características das coisas criadas pelos homens ganham autonomia frente a eles. No entanto, as relações sociais não são determinadas pelas características das mercadorias, mas pela forma social que o trabalho adquire nessa sociedade. “[...] forma social que nos transforma a todos em coisas (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria” (LESSA, 2012, p. 26).
- Por fim, quanto mais o sistema capitalista se desenvolve, aprofunda-se a fragmentação, e o fetichismo torna-se mais irracional e mais poderoso, em face dos indivíduos.

Contudo, não se trata do fim da modernidade, mas uma continuidade diferenciada entre a razão moderna e o pensamento pós-moderno; ambos são construções do mundo do capital e expressam suas transformações históricas; as formas de razão e de pensamento não são construções subjetivas, mas a reprodução da realidade concreta e produzem consequências “políticas e sociais da mais alta importância” (TONET, 2006, p. 14).

Escapa ao olhar pós-moderno, como já se registrou, “suspeita da distinção entre aparência e essência. Orientado por essa suspeição, este olhar mantém-se no que um sábio do século 19 designava como aparência enganadora das coisas”. (NETTO, p. 265 apud COUTINHO, 2008, Posfácio). (Itálicos nossos).

2.5 A Coexistência entre o Conservadorismo e o Projeto Ético-Político na Atualidade

Todas as determinações sinalizadas nos itens anteriores, aliadas a outras impossíveis de serem mencionadas nesta pesquisa, confrontam os pressupostos que sustentam o projeto ético-político do Serviço Social. A reprodução dessas determinações no interior da profissão atingem o plano da construção do conhecimento, o âmbito do exercício profissional e, ao mesmo tempo, a direção ético-política da profissão.

Se a ruptura com o histórico conservadorismo na direção ideopolítica viabilizou a renovação teórico-cultural do Serviço Social, contribuindo para a interlocução com as matrizes antagônicas ao pensamento conservador, sobretudo com a tradição marxista, a influência do pensamento pós-moderno no âmbito acadêmico vem promovendo verdadeira desqualificação, alcançada pela dominância da tradição marxista.

Essa desqualificação não se apresenta como antimarxista, porém remete, em primeiro lugar, à ortodoxia, que para esses críticos é sinônimo de dogmatismo. Em segundo lugar, a crítica volta-se contra as lacunas existentes nos seus próprios trabalhos. Cabe lembrar que “a produção dos marxistas brasileiros no Serviço Social [...] também é marcada por uma problemática que envolve simplismos, ecletismos, interpretações vulgares, etc..” (JOSÉ PAULO NETTO, 1996, p. 114).

Além disso, as críticas colocam a razão dialética no mesmo plano da “razão miserável positivista [...] nega-se a totalidade dos processos sociais e o humanismo marxista é acoimado de eurocêntrico” (JOSÉ PAULO NETTO, 1996, p. 114).

Também chegam a negar que o método do materialismo histórico dialético seja científico. Essa argumentação foi utilizada num parecer sobre o mérito do projeto, intitulado: Crise do Capital e Fundo Público: Implicações para o Trabalho, os

Direitos e a Política Social, emitido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes)³⁴.

Esse parecer foi repudiado pela instituição proponente Universidade de Brasília (UnB), na figura da coordenadora do projeto, Ivanete Salete Boschetti, e dos demais participantes, além do apoio de outras instituições, núcleos, associações, grupos de estudos e o conjunto Cfess/Cress e Abepss, que assinaram uma Carta Aberta à Capes em defesa da liberdade das Ciências Sociais e Humanas.³⁵

Somam-se as mudanças nos espaços e, paralelamente, as condições de trabalho dos assistentes sociais. Alterando o tipo de prática e o vínculo ocupacional, essas mudanças são decorrentes das modificações no mundo do trabalho que, ao se reproduzirem na esfera pública, deslocam “os princípios que sustentam as respostas às expressões da questão social” (SIMIONATTO, 2009, p. 17 apud MONTAÑO, 2002, p. 248), isto é, a redução dos investimentos públicos na área social; a subordinação das políticas sociais às dotações orçamentárias; e o crescimento do terceiro setor; fortalecem o caráter excludente e a fragmentado das políticas sociais, o que acaba dificultando a concretização de direitos sociais.

O projeto neoliberal submete os direitos sociais à lógica orçamentária; e a política social à política econômica; e no Brasil subverte o princípio constitucional. Ou seja, o direito constitucional que deveria ser a mediação para orientar e definir a partilha de verbas orçamentárias, é “submetido à disponibilidade de recursos” (IAMAMOTO, 1996, p. 23).

O orçamento público passa a ser composto sob os critérios empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, subordinando as respostas às necessidades sociais, ao mecanicismo do orçamento público, escondendo os interesses e as disputas aí envolvidos, mas que na aparência imediata se apresenta como a racionalidade de gestão, assim, a democracia realiza-se como um modelo de gestão que oculta a luta de classes.

Não por acaso, “todo esse ideário, que envolve uma canalização do fundo público para o interesse privado, cai como uma luva na sociedade brasileira” (CHAUÍ, 1995a, s/n, IAMAMOTO, 2011, p.141). Isso porque aqui não alcançamos a

³⁴ Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/ParecerCapes.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

³⁵ Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartaAbertaCAPES-9-6-2014.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

cidadania tal como nos países europeus; nossa histórica formação sociopolítica é presidida por uma classe economicamente dominante, cujo “comportamento é tão egoístico e particularista, que ele tornou compatível com a continuidade da dominação imperialista externa” (FERNANDEZ, 2014, p. 262).

A ideologia neoliberal fortalece o que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (CHAUI, 1995^a), o que tem amplas repercussões na luta por direitos e no trabalho cotidiano dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2011, p.142)

A reprodução das imposições do ideário neoliberal provoca repercussões no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, exigindo ações cada vez mais fragmentadas, que priorizam a eficiência técnica e, conseqüentemente, respostas imediatas ao conjunto de necessidades de reprodução dos sujeitos sociais.

No entanto, esse conjunto de necessidades precisa ser apreendido na complexa totalidade das relações sociais, no modo de produção capitalista, pois o trabalho profissional, quando reduzido à imediatez, prioriza a aparência e nega a essência, e contribui para o fortalecimento das ações pragmáticas, focalizadas e empíricas e a fragmentação entre teoria e prática, conforme as tendências inscritas no pensamento pós-moderno e na razão instrumental.

Segundo Simionatto, (2009, p. 19), o Serviço Social está diante de duas tendências teóricas, isto é, de um lado, temos o fortalecimento do neoconservadorismo, alimentado pelas tendências do pensamento pós-moderno, que entende ação profissional de forma fragmentada, restrita a responder às demandas do mercado de trabalho “cuja compreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimento e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais”.

Por outro lado, temos a tradição marxista, que apreende o exercício profissional numa perspectiva histórica determinada pelo movimento da totalidade das relações sociais; compreende que as particularidades estão em permanente relação com o universal; além disso, entende que “os direitos sociais, as políticas e programas institucionais não constituem a finalidade última da ação profissional” (BARROCO; TERRA, 2012, 61).

Adiante, com a pesquisa de campo, demonstraremos os modos de ser do conservadorismo na cotidianidade e sua coexistência com o projeto ético-político profissional.

CAPÍTULO 3

A PESQUISA

Para alcançar os objetivos da pesquisa, isto é, estudar o pensamento conservador e analisar o conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social, temos como pressuposto o referencial teórico marxiano.

Tal referencial permite que a pesquisa seja tratada como apreensão teórica da realidade social, pois as categorias expressam os modos de ser objetivos do ente social.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Utilizamos como técnica entrevistas semiestruturadas, que possibilitam às entrevistadas discorrer livremente sobre as perguntas, sem constrangimentos, afinal, não foi fácil encontrar profissionais dispostas a falar sobre o conservadorismo.

As perguntas foram divididas em duas partes: a primeira dedicada à vida profissional e estudantil das entrevistadas e a segunda foi direcionada com o intuito de capturar os rebatimentos do conservadorismo na direção ético-política do Serviço Social.

- 1) Em que área da Política Social você atua? Há quanto tempo?
- 2) Quanto tempo faz que você cursou a graduação?
- 3) Você deu continuidade aos estudos?
- 4) Você considera que a instituição onde trabalha é conservadora?
- 5) Como você entende o trabalho do assistente social?
- 6) Você considera que sua formação foi construída de acordo com o Código de Ética Profissional? Explique, caso a formação não tenha ocorrido.
- 7) Como você avalia a conjuntura que caracteriza a sociedade brasileira?
- 8) Como você entende a interferência da família no trabalho do assistente social?

- 9) Você entende que a profissão tem uma direção política? Qual?
- 10) Quais são as reclamações que você mais escuta das pessoas durante seus atendimentos?
- 11) Como foram suas aulas de ética profissional? Foi destinada apenas a estudante, pois ainda se encontra em processo de formação?

A escolha das entrevistadas pautou-se nos seguintes critérios: primeiro, um estudante de ensino a distância; o segundo, três profissionais inseridos no mercado de trabalho, independentemente da área de atuação na política social, pois entendemos que o conservadorismo não se localiza em determinada política social, apesar de reconhecermos as particularidades que as envolvem.

Conforme acordado com as entrevistadas, seus nomes são mantidos em sigilo, porém adotamos alternativas fictícias para facilitar a exposição da pesquisa: Célia é formada há seis anos; Sara, há quatro anos; Carmem, há dez anos; e Aghata cursa o 7º semestre em Serviço Social na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Entre as profissionais, Célia é a única que deu continuidade aos estudos e cursa pós-graduação na Faculdade Paulista de Serviço Social, em São Caetano do Sul/SP.

Célia trabalha no Hospital das Clínicas, localizado no Município de São Paulo, há quatro anos; Sara labora há três anos em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), porém manteremos em sigilo o nome do município, devido às particularidades que o envolve, mas adotamos um nome fictício para facilitar a compreensão das informações; Carmem também exerce atividade laborativa em um Cras de Santo André, há aproximadamente seis anos; e Aghata faz estágio na Política de Habitação do Município de Osasco.

A seguir, apresentamos algumas características correspondentes aos modos de ser do conservadorismo na atualidade.

3.2 Conservadorismo Institucional

Ao questionarmos sobre o conservadorismo institucional, todas as entrevistadas unanimemente o reconhecem.

Célia – *Sim, claro que é conservadora. Até mesmo porque, pelo histórico da instituição onde eu trabalho, o Serviço Social foi implantado lá há muito tempo. Agora não me recordo o ano, mas já faz muito, muito tempo, e desde aquela época o conservadorismo meio que continuou. De lá para cá, continuou esse conservadorismo. E até então, mesmo com as novas assistentes sociais, os novos profissionais ainda não conseguiram romper totalmente esse conservadorismo. Tem algumas coisas lá que eu percebo que, sim, é conservador.*

Carmem – *Ela é conservadora, dependendo de cada, dependendo da gestão, porque, enquanto funcionária pública, nós somos trabalhadores da prefeitura e a gente está dentro de um sistema capitalista, sim, mas o conservadorismo vem de um processo de cada gestor. Mas no ambiente de trabalho há o conservadorismo sim.*

Todavia, consideramos que a fala de Rosa remete ao despotismo, isto é, o uso do patrimônio público para fins privados.

Rosa – *Considero 100%. Na atualidade, nós vivemos num governo PMDB do qual não tinha esperança de estar pegando este poder devido [...] ele ter o nome sujo, acabando tendo que assumir, e, infelizmente, a equipe dele é uma equipe 100% despreparada. [...]*

Antes de nos debruçarmos sobre o despotismo, faz-se necessário breve contextualização a respeito das eleições para prefeito, realizadas em outubro de 2012, no Município de Tocaia Grande³⁶, cidade onde Rosa trabalha, para que se possa compreender o contexto eleitoral local.

O prefeito de Tocaia Grande pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Sr. Gonçalves, durante 16 anos, ocupou o cargo de vereador do município. Nesse período, tornou-se conhecido e, inclusive, estabeleceu alianças políticas importantes na cidade, entre elas, com o ex-prefeito do Partido Verde (PV), Sr. Batista. Mas, para disputar a prefeitura, Gonçalves rompeu a aliança política que mantinha com o Sr. Batista.

Durante a campanha, Gonçalves foi acusado judicialmente por abuso de poder econômico, notícia divulgada amplamente pela *Tribuna do Povo*, jornal que

³⁶ Município fictício criado por Jorge Amado, no livro *Tocaia Grande a Face Obscura*, de 1987.

circula apenas em Tocaia Grande, mas as acusações foram judicialmente julgadas como improcedentes.

Conforme relata Rosa, Gonçalves não tinha esperança de sair vitorioso da campanha, devido às acusações, que não foram confirmadas e Gonçalves conseguiu eleger-se, porém, sua gestão é avaliada, pela entrevistada, como despreparada.

Avalia que o despreparo é total, porém, centra suas atenções na secretária de Assistência Social, a Sr^a Matilde, responsável pelo serviço onde a entrevistada trabalha.

Rosa – [...] olha, o preconceito é geral, começa pelo despreparo de saber o quer é o Suas, como funciona, para que serve, como realmente é o papel de uma assistente social, e qual é realmente o papel de uma secretária.

Inicialmente, a impressão é que a falta de compreensão da secretária sobre o funcionamento do Suas poderia gerar algum tipo de preconceito moral.

Rosa – [...] não digo nem numa questão moral, digo mais numa questão política.

Nota-se que Rosa não sabe distinguir a diferença entre preconceito e despreparo; ambos, para ela, têm o mesmo significado. Porém, um dos despreparos, conforme a entrevistada afirma, é que Matilde não sabe como funciona o Suas e também não sabe diferenciar suas atribuições, enquanto gestora, das competências e atribuições das assistentes sociais que compõem sua equipe.

E o que Rosa denomina equivocadamente de preconceito geral envolve o despreparo e a questão política. Sobre as visitas domiciliares, afirma:

Rosa – [...] do Minha Casa Minha Vida tinham que ser dos questionamentos dela, com os questionamentos dela, que eu tinha que questionar quantas televisões tinham na residência, se tinha celular, se tinha computador na residência; e, realmente, fazer as visitas para quem ela realmente queria, que eram pessoas que eram das questões políticas deles, envolvidos na política deles.

Aqui se observam indicações do despotismo, isto é, o uso, para fins privados, daquilo que é público.

Segundo Chauí (2007, p. 511), na contemporaneidade, o déspota, de um lado, se apresenta como proprietário privado daquilo que pertence aos fundos públicos e, por outro, pela supressão que distingue o público e o privado, que pode

ocorrer tanto pela ostentação da vida privada com o objetivo de alcançar fins políticos, bem como reduzir a ação política aos interesses privados.

As afirmações de Chauí (2007) coincidem com as de Rosa, pois as visitas domiciliares são realizadas a partir dos interesses da secretária da Assistência Social e do prefeito, que mantêm vínculos políticos.

As colocações da entrevistada indicam que, em Tocaia Grande, o programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida, torna-se um meio para fins políticos particularistas, pois as visitas são realizadas para fins eleitoreiros, aliás, situação comum em municípios brasileiros, afinal “o favor é a nossa mediação quase universal que a colônia nos legara” (SCHWARZ, 1981, p.16). Ou seja, o favor também estabelece relações entre eleitores e candidatos.

Assim, os requisitos éticos da vida privada passam a não ser considerados por aqueles que detêm o poder sobre a sociedade; não prestam contas a ninguém e, conseqüentemente, os requisitos da vida política também não são considerados; o espaço público vira palco de exibição pessoal, desconsiderando as exigências e atribuições do cargo (CHAUÍ, 2007).

Outra característica do despotismo é que espera dos governados os sentimentos de amor, medo e reverência.

Rosa – [...] a partir do momento em que eu me neguei em estar realizando aqueles questionamentos daquela forma, daquele jeito, pois isso foge do código de ética, simplesmente fui ameaçada, afrontada e deram início de estar me mandando embora. Realmente, afrontei ela, disse que isso foge do meu Código de Ética, que, em momento algum, ela tinha esse poder. Mas estava fora do meu estágio probatório, eu peguei meu processo, foi solicitado o meu mandato para ser demitida. Sou concursada, completei, agora em março, 3 anos.

Respaldada no CEP, Rosa não realizou a visita domiciliar, conforme determinava a Sr^a Matilde que, inclusive, abusando do seu poder, chegou a abrir um processo administrativo contra ela, mas seu estágio probatório já havia sido concluído. No entanto, Rosa reconhece que não é possível cumprir o CEP, nessas condições.

O despotismo, em Tocaia Grande, aparece aliado a expressões religiosas, pois, ao questionarmos sobre: Como você avalia a conjuntura que ocorre na sociedade brasileira? Rosa avalia a conjuntura a partir do município onde trabalha. Vejamos.

Rosa – [...] O governo não sabe que na política não se tem religião [...]. Eles estão ali e não vão governar pelo povo, eles vão governar pela igreja deles, pela comunidade deles, eles vão governar pelo bairro deles. [...]. Então, eu sinto isso de uma forma muito precária, na atual situação, no meu município, principalmente, eu acompanho a sessão e eu vejo todos os requerimentos que os vereadores fazem, pelos próprios nomes você já vê o nome dos bairros com nome de políticos, para cortar mato da rua do político X, para colocar ponto de ônibus da rua do político Y, são totalmente coisas de mente pequena, coisas medíocres. [...]

Outra forma de reprodução do conservadorismo institucional diz respeito à política neoliberal que aparece na fala de Célia ao indagarmos: Em que área da política social você atua?

Célia – Hospital das Clínicas cada vez mais eu tenho consciência de que o SUS já foi privatizado [...] tem uma lista, né, uma relação de convênio. Só que agora não me lembro, porque, como eu não atendo.

Embora as privatizações tornem-se cada vez mais recorrentes, em vários setores públicos, Célia afirma que os assistentes sociais do complexo hospitalar onde trabalha estão resistindo, tendo como respaldo, as indicações do documento publicado pelo Cfess, sobre *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde*³⁷ e o CEP.

Célia – [...] embora já tenha sido feita reunião querendo que os assistentes sociais atendessem também convênio e aí, claro, ainda bem que tenho uma chefia que é muito pulso firme mesmo, ela determina, ela diz qual é a atribuição do Serviço Social, quais são os parâmetros do Serviço Social na saúde, então, ela meio que breiou, tipo assim, ó, espera aí, que nós não somos do convênio, nós somos da rede SUS, nós somos, nós não somos terceirizados, nós somos concursados, nós estamos aqui para representar o SUS, representar o público e não o convênio. [...]. Embora, querendo ou não, a gente já tem os parâmetros em que a gente se baseia né, o Serviço Social na saúde, também tem o Código de Ética, enfim, esse é o nosso respaldo.

Apesar da resistência das profissionais, nota-se que, sob a dominação política do capital, a democracia se realiza por meio das formalidades, isto é, reproduzindo as desigualdades. Para que de fato se realize, é necessário que a riqueza socialmente produzida “seja distribuída entre aqueles que participam do processo de trabalho e de produção de qualquer bem” (BARROCO apud TERRA, 2012, p.127).

Considerando que a democracia na sociedade capitalista se realiza reproduzindo desigualdades, verifica-se, por meio das reclamações que os

³⁷Disponível

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>.

assistentes sociais escutam durante o exercício profissional, sua reprodução na cotidianidade.

Célia – *Ah, são várias. A falta de atendimento na rede, a falta de atendimento na própria instituição. Pessoas despreparadas para atendê-los, os usuários, os pacientes quando chegam. Ah, são enes demandas. Do hospital. Do profissional não. Que eu saiba, não, né. Que eu saiba é mais do próprio, da infraestrutura, dos atendimentos. Às vezes chega lá, é aquela história, às vezes, chega, um médico falta, aí não tem ninguém para substituí-lo. Então, é mais essas reclamações. Vai buscar medicação, não tem. Então, são essas reclamações mais do dia a dia.*

Sara – *A maior reclamação na atualidade é a precariedade do setor público. É demanda que se vê nas questões da saúde, das pessoas; demanda muito grande, que tenho atendido no momento, são pessoas querendo retornar para sua terra de raiz, então, a gente está encaminhando diversas pessoas de volta para as terras delas, claro que eu realizo contato primeiramente com os Creas dessas cidades, para ver se tem família, se tem onde ficar, todos esses procedimentos.*

Carmem – *Enquanto Cras, é mais a questão da vulnerabilidade, questão do desemprego, a falta de atividades para as crianças, adolescentes que não têm atividade para eles.*

São várias as reclamações e em algumas situações estão sendo resolvidas com o retorno para a terra natal, para viver com seus familiares, uma forma imediata de resolver as demandas, afinal, quem se responsabilizará? A família? Conforme se nota, faltam médicos, remédios para os doentes, empregos e, conseqüentemente, salários; espaços de lazer para as crianças e os adolescentes, filhos da classe trabalhadora.

Enfim, são inúmeras as expressões da questão social que atingem os trabalhadores, atestando que não se trata de vulnerabilidade, mas de uma política econômica direcionada para atender aos interesses mínimos da classe trabalhadora e ao máximo os do grande capital.

3.3 Família

Verificamos o que as entrevistadas têm a dizer sobre a família, alicerce de manutenção da propriedade privada e de reprodução do conservadorismo moral, por meio da seguinte indagação: Como você entende a interferência da família no trabalho do assistente social?

Todas as entrevistadas reconhecem a importância de tal instituição.

Célia – *A família é fundamental, mas não isenta a sociedade e nem o estado, porque até mesmo é o que diz a Constituição, né? [...]*

Rosa – *Eu trato muito das questões das minorias sociais, dentre elas, principalmente, a questão LGBT, então, eu acho que isso... 100% com a família, que é de onde surge o primeiro abandono, então a gente tenta realizar uma abordagem, sim, familiar; porém, com a temática, é uma questão onde a gente sofre muita, mas muita dificuldade, e isso acabam se transformando numa bola-de-neve, em que esses adolescentes acabam caindo nos caminhos da marginalidade. No momento, a gente está com três pontos de drogas e acaba se tornando também ponto de prostituição, e a gente tenta realizar trabalho com a família, porém a negatividade é 100%, devido ao preconceito que se tem dentro. [...]*

Carmem – *Eu acho que é o principal. É o trabalho principal do assistente social: a interferência na família, porque não adianta você atender a uma pessoa se a família toda já tem um processo de dificuldades, então, a gente não pode ver a família como uma pessoa única, tem que ver como um todo. A gente tem que saber como é que está a situação do pai, da mãe, dos filhos, porque é a família, um todo. E o trabalho principal do assistente social é essa interferência. [...]*

Como se observa, para a totalidade, é superdimensionada a família, apesar de Célia reconhecer a sociedade e o Estado.

Todavia, quando a família se torna a referência para a apreensão da vida em sociedade, contribui, de um lado, para a reprodução da ordem social e, por outro, negam-se as relações entre as classes sociais, a burguesia e os trabalhadores.

Com isso, não queremos dizer que os assistentes sociais não devem trabalhar com as famílias, porém não podemos perder a dimensão de classe social no exercício profissional, pois, ao perdê-la, contraditoriamente, estamos contribuindo para fortalecer a ordem vigente que tem entre seus inimigos a classe trabalhadora.

Considerando que uma das funções da família patriarcal é “perpetuar a repressão sexual” (REICH, 1982, p. 112), isso talvez explique porque os adolescentes com orientação ligada aos segmentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) não tem a sua sexualidade reconhecida pela família.

E o Estado, por sua vez, que deveria assegurar os direitos desses adolescentes por meio de políticas públicas sociais e, inclusive, propor campanhas educativas para desconstruir processualmente esse moralismo, tem no Congresso

Nacional, uma legião de ultraconservadores que alimenta o moralismo: “Ter filho gay é falta de porrada³⁸”, assim afirma o deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

Todavia, a divisão entre sociedade, família e Estado é meramente conceitual, pois apenas reproduz a divisão do trabalho nas relações sociais. Para MARX (2013, p. 36), “família e sociedade civil são partes do Estado; família e sociedade civil se fazem, a si mesmas, Estado. Elas são força motriz”. Ou seja, não é o Estado que reproduz a família, mas a família, membro da sociedade civil, pertencente a uma classe social, é que reproduz o Estado.

Adiante, vamos nos debruçar sobre o conservadorismo moral, tendo em vista que já há indicações de sua reprodução.

3.4 Conservadorismo Moral

No cotidiano, o preconceito transforma-se em moralismo, quando os julgamentos têm como parâmetros critérios morais em situações que não devem ser assim julgadas.

O preconceito expressa a alienação moral, pois reduz as possibilidades de o indivíduo vivenciar motivações que contribuem para o enriquecimento da sua personalidade: “impede autonomia do homem ao deformar e, conseqüentemente, estreita a margem real de alternativa do indivíduo” (HELLER, 1972, p. 59 apud BARROCO; TERRA, 2012, p. 73).

Durante a pesquisa, foi possível capturar a reprodução do moralismo quando Rosa, ao responder à questão sobre a interferência da família no trabalho do assistente social, atrela a homossexualidade à marginalidade e exploração sexual.

Rosa – [...] esses adolescentes acabam caindo nos caminhos da marginalidade. No momento, a gente está com três pontos de drogas e acaba se tornando também ponto de prostituição, e a gente tenta realizar trabalho com a família, porém a negatividade é 100%, devido ao preconceito que se tem dentro. [...]

³⁸ No dia em que se noticia a morte de um garoto de 8 anos espancado por um pai que não aceitava os “hábitos afeminados” do filho, vale relembrar que quem estimula tamanha crueldade está também ocupando cargo político no Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

Na resposta à questão: Como você avalia atual conjuntura da sociedade brasileira? Também se verifica a reprodução do conservadorismo moral. Vejamos.

Carmem – *Eu estou muito preocupada nessa questão da conjuntura. Atualmente, o País está passando por um momento delicado e essa questão do desemprego está sendo muito forte. Você vê na mídia quantas firmas estão mandando as pessoas embora. Isso daí vai trazer o quê? Quantas famílias não vão ficar desempregadas, a falta de recursos.... Isso daí vai prejudicar a educação das crianças. E as mães que estão em casa? O que elas têm que fazer? Essa daí é a maior preocupação do nosso trabalho, na questão da vulnerabilidade. Trabalhar essa questão do desemprego, que é muito importante, aí eu fico preocupada com isso, porque, depois, vai ser um trabalho muito intenso. [...]*
Quantas famílias que estão desempregadas, vão ser desempregadas, mas também não têm uma qualificação. É só naquele período e depois que sai desse emprego não sabe fazer outra coisa. Quantas mulheres que estão dentro de casa, que ficam dependendo daquele salário, daquele marido, e também não têm aquela iniciativa de “e, agora, o que eu vou fazer”.

Carmem, ao se preocupar com o desemprego que atinge as famílias da classe trabalhadora, entende que a falta de qualificação e iniciativa contribuem para isso.

No entanto, o desemprego que atinge a classe trabalhadora em sua totalidade é inerente ao modo de produção capitalista. Portanto, na sociedade vigente, “não há programas de requalificação profissional capaz de inserir a totalidade dos desempregados, mas apenas uma minoria escapará da condição de material descartável” (FREDERICO, 2009, p. 11).

O preconceito também aparece em outra situação, relatada por Agatha, que na resposta sobre: Como foram suas aulas de ética profissional? Conta que por estar cursando o ensino a distância sofre com o preconceito de outros profissionais:

Agatha – *[...] hoje, para mim, é muito claro, tanto que as que se formaram na [...] ou em qualquer outra faculdade que se chegam a mim com prepotência, olhando de cima para baixo, se chegam até mim dessa forma, eu não vejo diferença daqueles profissionais que estudaram comigo, no EaD. Acho que não tem essa diferença, então, porque o preconceito, o conservadorismo, a falta de respeito... as pessoas não te respeitam, afinal de contas, você está ali. Foi o que eu falei uma vez: “Tá, eu sou estagiária”... quando uma profissional falou para mim que queria uma outra estagiária onde eu estava, mas que não tinha nada contra, mas que não fosse EaD, que eu era um diferencial, que eu era não sei o que lá, mas que não queria EaD.*

O posicionamento da categoria em relação ao EaD pode ser consultado na página do Cfess³⁹. O documento é fundamentado numa perspectiva ético-política,

³⁹ Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/textos-para-consulta.>>.

mas contraditoriamente, quando mediado por critérios morais, gera preconceitos, pois as contradições são inevitáveis e fazem parte do movimento da cotidianidade.

Todavia, apesar de reconhecermos a importância do ensino presencial, a modalidade pode contribuir ou não para a desconstrução dos preconceitos.

O moralismo abstrato também aparece na pesquisa, como resposta à pergunta: Você entende que a profissão tem uma direção política? Qual?

Rosa – [...] a política perdeu um pouco seu foco, então, eu acredito muito mais no caráter humano, do cidadão, do que no caráter político-partidário do cidadão.

Quando os atributos morais se sobrepõem à política estamos diante de um moralismo abstrato, isto é, as ações passam a ser avaliadas a partir da moral do indivíduo. Para Pereira (1983, p. 38 apud BARROCO, 2006, p. 50),

O moralismo abstrato [...] põe esperanças de transformação social e política na moralização dos indivíduos [...] A atenção fica concentrada na vida privada, no intimismo e no subjetivismo dos princípios individuais. A atividade política (neste caso, bastante utópica) de certa forma fica reduzida às categorias morais da pessoa.

3.5 Irracionalismo e Conservadorismo no Serviço Social

Com o intuito de compreender como as entrevistadas concebem a profissão, fizemos a seguinte pergunta: Como você entende o trabalho do assistente social?

Célia – Olha, esta é uma pergunta bem ampla, né? Então, o Serviço Social. O que é o Serviço Social, né? Em suma, em poucas palavras, o Serviço Social é você fazer valer o direito do usuário. É você procurar atendê-lo da melhor forma possível. É você fazer a leitura, conhecer toda a história dele. Então, o Serviço Social, eu diria que poderia ir muito mais além do que ele é, mas infelizmente a gente sabe que não avança muito, então, é meio complicado falar do Serviço Social.

Rosa – Eu entendo o trabalho conforme a gente viu dentro da nossa graduação, que é seguir os parâmetros do Suas, dentro das normas do nosso Código de Ética. [...]

Carmem – Ele é muito importante nas questões sociais. O que o assistente social, que está dentro do seu trabalho, o que ele pode estar fazendo em todos os sentidos. Ele é fundamental para, assim, o fundamento dele, principalmente em relação aos direitos. As pessoas não sabem os direitos que elas têm e precisa, aí sim, uma orientação, um acompanhamento. E

sempre orientar as famílias que precisam, não sabe. As pessoas não sabem os direitos.

Aghata – *O Serviço Social, para mim, é primeiro que, quando eu comecei a fazer o curso, eu tinha esta visão: eu vou mudar o mundo. [...]. Quando eu cheguei, que eu fui aí, estudando, acho que uma coisa muito difícil no EaD [Ensino a Distância] é essa questão de ir atrás, de buscar, você não tem aquele debate que tem em um curso presencial. Você tem que buscar, você tem que correr atrás, tem que ver vídeo, tem que ler artigo, tem que se interessar por vários assuntos. E, quando eu fui descobrindo o Serviço Social, eu falei: “Putz grila! isso é tudo o que eu quis na minha vida: é lutar pelos direitos, é conversar sobre isso, é debater sobre isso, é conversar sobre a política pública, é mudar essas tantas coisas que a gente vê. É entrar dentro de uma área e poder conversar com as pessoas e falar para elas que, então, elas estão recebendo algo que não é assim que tem ser recebido, que elas podem exigir isso, que elas podem exigir aquilo que não é um dado, que não é um ganho, que é sim um direito.*

De modo geral, reconhecem que o Serviço Social está relacionado à garantia de direitos. Todavia, a política se encontra totalmente comprometida com o processo de consolidação da cidadania; mediado pelo antagonismo entre capital e trabalho, que reproduz desigualdades; as políticas econômica, social e cultural, cujo atendimento se dá nos espaços sociocupacionais. Ainda que os direitos sejam considerados os pilares imprescindíveis para a ampliação da cidadania, “sabemos que os direitos sociais, as políticas e programas institucionais não constituem a finalidade última da ação profissional” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 61).

Os direitos, na sociedade capitalista, se realizam reproduzindo desigualdades, por isso, Célia reconhece que, “*não avança muito*” e esse avanço não depende exclusivamente do Serviço Social, mas do conjunto das forças políticas organizadas da classe trabalhadora, por essa razão um dos princípios que sustentam nosso CEP é a: “articulação [...] com a luta geral dos trabalhadores”. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 130).

Durante a pesquisa, pode-se notar que as particularidades que envolvem o ensino a distância contribuem para que seja uma das forças motrizes que alimenta o conservadorismo. Vejamos o ponto de vista da estudante.

Aghata – *[...]. Então, quanto mais fui lendo, mais fui estudando, embora a gente tenha mesmo essa falta do debate, isso é muito ruim, porque você não consegue debater o Serviço Social dentro da faculdade, quando você faz o EaD, é onde eu estudo. Porque não tem isso. Você assiste à aula e daquela aula que a professora fala ali, à distância, você não pode fazer as perguntas, então fica angustiada, porque é horrível. Você não pode fazer a pergunta para ela ao vivo, tem que gerar as suas perguntas e você mesmo vai atrás das suas respostas. Não tem ninguém para auxiliar*

[...], mas essa busca incessante que você tem, eu só vim sanar de alguma forma depois do estágio.

Nota-se que o ensino a distância viabiliza, de um lado, a desvalorização da dimensão teórico-metodológica e, por outro, valoriza a dimensão técnico-operativa do exercício profissional, pois as dúvidas e compreensões sobre a profissão são obtidas por meio da empiria, isto é, das experiências e observações adquiridas no campo estágio profissional.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que é possível compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social do trabalho, que se realiza reproduzindo respostas para o capital e trabalho, só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto e, por isso, pode se colocar a favor dos interesses da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

Coexiste com as concepções de profissão, que entende a realidade de forma fragmentada, restrita às leis, normas, aos parâmetros, ao pragmatismo, que viabilizam abordagens reduzidas à dimensão individual ou familiar, concepções alinhadas à razão instrumental e às tendências pós-modernas.

A razão instrumental, em outras palavras, a racionalidade burocrática, é uma das manifestações fetichizadas do pensamento, pois se realiza quando determinados procedimentos práticos são consolidados, formalizados e repetidos mecanicamente, tornando a ação humana empobrecida, distante da realidade e das finalidades. Não se questiona o sentido da ação humana, apenas a reproduz por meio de regras formais e generalizadoras, que repetem a espontaneidade e o imediatismo do capitalismo “submetendo as contradições reais a uma homogeneização formalista” (Coutinho, 2010, p. 41).

A práxis aparece agora como uma atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa miséria da razão transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana. (COUTINHO, 2010, p. 43)

Aliado à miséria da razão, temos o irracionalismo e pode-se notar, durante as entrevistas, algumas das suas características, entre elas, a negação da totalidade, da história; a valorização do individualismo, traços também comuns nas tendências pós-modernas.

Quanto ao individualismo, Aghata aponta que

Aghata – [...] quanto melhor é o tutor a distância, o professor a distância, mais angustiado você fica de poder questionar e não pode, porque daí você fica com essa angústia, você quer sentir o que ela está falando mais... e aí essa é a angústia do Serviço Social dentro do campus, dentro dessa realidade de EaD, de você fazer uma faculdade a distância.

Nota-se que a tecnologia, quando voltada para atender às necessidades do lucro, torna-se um dos meios de reprodução do individualismo, isto é, um modo de ser da sociabilidade burguesa. Aghata afirma que sequer tem a possibilidade de tirar as dúvidas com seus professores. Suas colocações indicam que se sente,

[...] isolada diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e ideias abstratas. A troca de ideias e a possibilidade de uma real interconexão entre vivências e emoções deixam de ser vivenciadas, sentidas, internalizadas, processadas, dialetizadas. O que ocorre é um “processo” linear, individualista: a recepção de ideias prontas virtualmente codificadas por um indivíduo isolado que as incorpora ou não de acordo com a sua interpretação subjetiva. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 100)

3.6 Ética e Direção Social

As entrevistadas, questionadas sobre: Você considera que sua formação foi construída, de acordo com o CEP? Explique, caso ela não tenha ocorrido, assim se posicionaram.

Célia – Não. Não considero. Não considero mesmo, por enes motivos. Uma delas, quando você está na faculdade, você chega ali, é lógico, eu pelo menos cheguei ali sem nenhuma informação, totalmente leviana, porque para mim tudo ali era novo, eu acreditava que depois da formação eu poderia colocar em prática tudo aquilo que eu aprendi na teoria. Não estou dizendo que a teoria não anda junto com a prática, não é isso. Não tem como desvencilhar não, mas realmente é difícil. É muito difícil. Você está na faculdade, aprende algo e quando tenta colocar isso em prática nem sempre você consegue. Então, não considero que foi seguido à risca o Código de Ética na faculdade não.

Sara – Considero 100%, principalmente por estar tendo contato com a realidade no dia de hoje. Já estive com 3 estagiárias, e infelizmente foi exorbitante e vi a decadência dos ensinamentos de hoje, principalmente devido ao ensino a distância.

Carmem – A minha formação, sim, sem dúvida. Ela é dentro do Código de Ética, porque nós, formada aqui pela [...], a gente seguiu esses, nós seguimos mesmo dentro do Código de Ética. Todos os caminhos que foram propostos, para a gente seguir, mesmo, a nossa profissão.

Os relatos demonstram que, de um lado, o CEP não foi cumprido durante a formação, pois não conseguem colocar em prática tudo aquilo que aprendem com a teoria e, por outro lado, reconhecem que foi cumprido. Rosa, inclusive, faz comparações entre a sua formação no ensino presencial e das estagiárias que acompanhou e que cursavam o ensino a distância.

Mesmo que a razão instrumental e as tendências pós-modernas reproduzam uma forma de conhecimento abstraindo o movimento contraditório da realidade social, é impossível detê-lo. Talvez isso explique porque os profissionais, ao se depararem com as contradições da cotidianidade, não conseguem entendê-las e daí decorra a afirmação de que a teoria não se realiza na prática.

A ética profissional não pode ser reduzida a uma compreensão normativa do CEP, pois é constituída por valores sustentados nas bases ontológicas da teoria social de Marx. Tem fundamentação histórico-ontológica, que compreende a ética como parte constitutiva da práxis: “uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir conscientemente na vida social, na direção da sua objetivação” (BARROCO apud TERRA, 2012, p. 54).

Aghata informa, quando perguntamos: Como foram suas aulas de ética profissional?

Aghata – [...] Então, de verdade, assim, eu aprendi a ética profissional no estágio. Na faculdade, eles não abordam esse tema, com essa importância que eu estou vendo no estágio.

De acordo com o relato da estudante, a ética profissional, assim como a concepção de profissão, é adquirida por meio das experiências empíricas, obtidas no campo de estágio, forma de aprendizado que contradiz o PEP, pois o campo de estágio é parte constitutiva da formação e não o principal.

Reduzir o processo formativo ao campo de estágio contribui para fortalecer a razão instrumental e, ao mesmo tempo, torna-se um dos meios de combate à razão dialética, uma das inimizadas da burguesia.

Ainda nota-se, nas colocações da estudante, que a mercantilização de todas as esferas da vida social imprime etiquetas ao conhecimento. Ter acesso a uma universidade conceituada torna-se um dos meios para alcançar *status*.

Aghata – *Hoje, tenho vergonha de falar que faço a faculdade que eu faço, vergonha no sentido de a faculdade não ser uma faculdade que tem um status que nem a PUC, não tem o status como a USP,*

Vejamos as colocações das profissionais sobre a direção do Serviço Social, por meio da seguinte pergunta: Você entende que a profissão tem uma direção política? Qual?

Célia – *Olha, vendo o atual cenário, vendo tudo o que está acontecendo, eu fico me questionando, eu fico me questionando se tem essa, essa, como é que é? Como você falou? A política, né, se existe mesmo.*

Rosa – *Olha, eu entendo que a profissão tem uma questão política, essa política vem dirigida às questões de esquerda, porém, na atualidade, é muito complicado você falar o que é política partidária, o que é direita, o que é esquerda, porque as questões perderam o foco, então, eu acredito muito mais no caráter humano, do cidadão, do que no caráter político-partidário do cidadão.*

Carmem – *Agora, em questão da nossa profissão, que nós estamos trabalhando, essa questão da gestão, porque nós somos trabalhadores. Então, também a gente recebe ordens, nós também chegamos de manhã para trabalhar, tem um horário para entrar, horário para sair é complicado.*

Como se observa, Célia chega a duvidar da existência da política e Rosa reconhece que a direção política do PEP é de esquerda, no entanto, acha complicado fazer as distinções entre esquerda e direita, por isso, prefere acreditar no caráter humano do cidadão, ou seja, no moralismo abstrato já mencionado anteriormente.

Todavia, para nós, a direita ainda permanece no mesmo campo político que sempre esteve, isto é, na defesa dos interesses de dominação e exploração, ou seja, representa o grande capital, e a esquerda se coloca no campo político da classe trabalhadora e na construção de uma nova ordem societária.

Carmem reconhece que, por ser trabalhadora, tem limites, ou seja, está sujeita à direção política da gestão do município onde trabalha.

Ainda em relação ao campo da política, foi possível capturar o pessimismo e a noção idealista e absoluta nas falas de Célia, na seguinte questão: Como você avalia esse movimento da conjuntura brasileira na atualidade?

Célia – *Não sei se estou sendo pessimista, mas eu não encontro àquela luz no fim do túnel que possa vir a modificar tudo isso que nós estamos vivendo hoje no cenário no geral, então, assim, é bem complicado.*

A entrevistada não entende o campo político como um processo histórico construído pelos homens, mediado por interesses que envolvem valores e desvalores. Para ela, existe um ideal a ser alcançado, isto é, uma luz que poderá modificar tudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora expresse um modo de pensar e valorar a realidade, ou seja, o mundo burguês, a ideologia conservadora coexiste com outras que representam os interesses da classe trabalhadora, entre elas, a teoria social de Marx.

No decorrer da pesquisa, constatamos que, de 1848 até hoje, a ideologia conservadora reproduz-se de formas variadas, no interior da sociedade capitalista, atingindo todas as esferas da vida social. Movimenta-se mantendo e assumindo novas características, com o intuito de combater os seus inimigos, representados pela classe trabalhadora, razão dialética e pelo comunismo e suas preocupações repousam na manutenção da propriedade privada, adequando-se às necessidades do capital.

Valendo-se da razão instrumental e das tendências inscritas no pensamento pós-moderno, entre outros, contraditoriamente, a burguesia movimenta-se combatendo a categoria razão e a perspectiva de Revolução, meios que utilizou para colocar fim ao regime feudal.

Longe de esgotar os modos de ser da ideologia conservadora, por meio desta pesquisa, fizemos sucintas aproximações que nos permitiram identificar a reprodução do conservadorismo durante o exercício profissional.

Identificamos o conservadorismo moral reproduzindo-se durante o exercício profissional como resposta para as sequelas das expressões da questão social que atingem a cotidianidade da classe trabalhadora.

Foi possível verificar a negação dos antagonismos entre as classes sociais, burguesia e trabalhadores, e ao mesmo tempo a valorização da família.

Aliás, no Município de Tocaia Grande, assim denominado em alusão à obra de Jorge Amado, estão sendo distribuídas cartilhas⁴⁰ com o seguinte título: *Você já ouviu falar sobre a “ideologia de gênero”? Conheça esta ideologia e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!* O conteúdo é um confronto ao Projeto de Lei 13.005, de junho de 2014, que indica que os Planos Municipais e Estaduais de Educação reconheçam a questão de gênero.

⁴⁰ Anexo A.

A cartilha é ilustrada por uma família branca formada por pai, mãe e dois filhos, além disso, contém as seguintes frases: *“querem destruir nossas famílias”* – em seguida aparece um convite para que os munícipes procurem os deputados estaduais e vereadores e exijam que eles não coloquem os termos “gênero” e “orientação sexual” nos planos educacionais.

Após o convite, aparece a frase: *O que acontecerá caso aprovem a “ideologia de gênero” nas escolas?* Indicando que, ao receber o material didático, as crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas. Para finalizar, na última página, consta: *Faça a sua parte, ajude na conscientização desse risco. As futuras gerações da sua família agradecem!* Contudo, a cartilha não tem qualquer identificação da gráfica responsável por sua impressão.

Nota-se que, embora coexista com meios de comunicação alternativos, a classe dominante dispõe de dinheiro e poder para fortalecer a reprodução da sua ideologia, seja por meio de cartilhas, escolas e dos meios de comunicação mais influentes do País.

A concepção de profissão e a ética profissional, durante a pesquisa, de um lado, aparecem valorizando a racionalidade instrumental e as tendências pós-modernas e, por outro lado, negam a concepção histórico-ontológica que sustenta o projeto profissional.

Inclusive, possibilitou-nos capturar expressões do irracionalismo reproduzindo-se, entre elas, a negação da história, da totalidade, a fragmentação, o pessimismo. Essas e outras características, que valorizam o irracionalismo e o conservadorismo, estão sendo alimentadas por meio da mercantilização do ensino superior.

Sobre a mercantilização do ensino superior, para se ter ideia, mesmo diante das mudanças anunciadas pelo Ministério da Educação, em relação ao Fies⁴¹, entre elas, a exigência que o estudante alcance 450 pontos no Enem para acessar tal financiamento, tais restrições não se constituíram em impedimento para que a empresa Kroton conseguisse aumentar o número de alunos matriculados.

⁴¹ Fies 2015 – Fundo de Financiamento do Ensino Superior. Mudanças no fies 2015 atualizado em 31 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.fies2015.com/mudancas-no-fies-2015.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015, às 21h10min.

Conforme relatório divulgado em maio de 2015, a receita e o lucro líquidos da empresa cresceram 6% e 4,8%, para R\$ 1,2 bilhão e R\$ 455 milhões, respectivamente. Apenas para constar, a empresa, entre os anos de 2010 a 2014, recebeu uma concessão de créditos no valor de R\$ 30 bilhões.

Mas como a empresa conseguiu retomar seu crescimento, mesmo diante dos efeitos Fies? Conforme noticiado pela *Isto é dinheiro*⁴², o principal responsável da Kroton, com sua equipe, construiu um Parcelamento Especial Privado (PEP) no qual o estudante tem a possibilidade de pagar 10% da mensalidade e outros 90% serão financiados sem juros. O próximo caminho que a empresa galgará, em 2016, é uma parceria com um grande banco, para que forneça crédito para os alunos que desejam cursar o nível superior.

Durante a pesquisa, também detectamos que o Estado brasileiro continua cumprindo seu papel histórico, isto é, assegura não só os interesses da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, reproduz seus valores ideológicos.

E por falar em Estado e mercantilização do ensino superior, ou melhor, de todas as esferas da vida social, reproduzimos algumas reflexões críticas de Mauro Iasi, divulgadas em artigo intitulado: *Senso Comum e Conservadorismo: o PT e a Desconstrução da Consciência*⁴³.

Um balanço político realizado por Iasi (2013), por meio do *blog* da Boitempo, avalia que a estratégia política adotada pelo PT de acúmulo de forças no campo democrático popular criou as condições para a desconstrução da consciência. Para Iasi, o movimento da conjuntura do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 abriu possibilidades para que germinasse uma consciência de classe para si, uma classe com perspectivas para a construção de nova ordem societária.

No entanto, a ideia de acúmulo de forças no campo democrático popular compreendia que, na ausência das condições objetivas para que surgissem rupturas revolucionárias e correlação de forças para mudanças estruturais, que levariam ao socialismo, a saída seria a democratização e, conseqüentemente, as reformas que criariam a consciência socialista de massas.

⁴² Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150615/kroton-depois-furacao-fies/269847.shtml>>. Acesso em: 24 jun. 2015, às 22h44min.

⁴³ *Senso comum e conservadorismo: O PT e a desconstrução da consciência*. Publicado em 25/04/2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/04/25/senso-comum-e-conservadorismo-o-pt-e-a-desconstrucao-da-consciencia>>. Acesso em: 24 jun. 2013, às 23h14min.

No 5º Encontro Nacional do PT, realizado em 1987, o problema apresentava-se da seguinte maneira: alguns companheiros não compreenderam que as grandes massas da população não se encontram persuadidas da necessidade de suprimir o domínio político da burguesia; diante do movimento que inverte a situação, abrem-se possíveis estratégias para alcançar o poder de forma imediata.

Para eles, os companheiros pretensamente revolucionários não seriam compreendidos pela população e pelos trabalhadores; os verdadeiros revolucionários acreditavam que, em vez de contribuir para a organização e o fortalecimento político das lutas contra o domínio burguês, os pretensamente revolucionários contribuíram para a desorganização das lutas e ficariam condenados a pequenos grupos de vanguardas.

[...] o centro deste argumento que contrapõe os pretensos revolucionários aos verdadeiros seria que estes últimos teriam a capacidade de dialogar com a consciência imediata das massas e dos trabalhadores criando a mediação necessária para elevá-la à compreensão da necessidade da conquista do poder. (IASI, 2013)

Para Iasi (2013), a questão é se 10 anos depois do governo petista (a partir das colocações do 5º Congresso do PT, realizado em 1987) os trabalhadores estão mais organizados e se foi possível desenvolver uma consciência de classe que coloca em xeque o domínio burguês.

Um das contradições apontadas por IASI (2013), é que os verdadeiros revolucionários entendiam que os patamares adquiridos pela consciência, uma vez alcançados, não regredem. Nesse sentido, a consciência construída entre os anos de 1980 e 1990 foi se tornando massiva, na medida em que as reformas a moldavam.

De acordo com essa leitura, se não há uma consciência revolucionária capaz de romper com o poder, teríamos uma consciência gradativa comprometida com as conquistas alcançadas e capaz de se colocar contra o poder que ameaça tais conquistas.

No entanto, a consciência das massas e dos trabalhadores não se reconhece como classe, mas permanece reificada, ou seja,

[...] os trabalhadores não agem como uma classe nos limites da ordem do capital em luta contra suas manifestações mais aparentes e, pior, eles a naturalizam e se comportam como agentes de sua reprodução e perpetuação desta ordem (IASI, 2013).

lasi, tendo como referência as análises produzidas por Adan Przeworski (1989, p. 42) indica que

[...] a classe molda o comportamento dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim como “as massas”, o “povo”, “consumidores”, “contribuintes”, ou simplesmente “*cidadãos*”, os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe.

De acordo com lasi, se no contexto da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização podíamos notar um senso comum progressista e tendências de esquerda, na atualidade, na conjuntura de uma democracia de cooptação consolidada, reféns da consciência imediata, os trabalhadores na cotidianidade não agem como classe social na ordem do capital o que temos é a reprodução do senso comum, que tende a reproduzir o pensamento conservador e, às vezes, reacionário.

Apesar de reconhecer que o senso comum é uma reprodução histórica das particularidades que envolvem a formação social brasileira, lasi avalia que o processo político, como forma de práxis, pode ou não contribuir para o fortalecimento do presente.

Portanto, precisamos construir uma organização política capaz de apontar para outra direção social, política, econômica e cultural, afinal, mesmo diante das determinações, o movimento da história é contraditório. Aquelas rupturas que se inscrevem nos marcos do Renascimento cultural, por mais que se tente negá-las, ainda permanecem abertas!

Durante a pesquisa, conseguimos encontrar mediações de resistência, tendo por base o CEP e os documentos publicados pelo Cfess, que servem de apoio para os profissionais se posicionarem contra o processo de privatização, no Hospital das Clínicas, num determinado setor que não podemos divulgar, dado o comprometimento com o sigilo da pesquisa.

Reconhecemos que resistir é um caminho, porém a resistência precisa ser coletiva e articulada com as demais lutas dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, apontar para construção de nova ordem societária.

O lugar que ocupamos na divisão social e técnica do trabalho nos impõe uma autonomia relativa, pois trabalhamos sob as determinações oriundas do modo de

produção capitalista, no entanto, isso não pode nos transformar em seres limitados, meros executores da ordem; afinal, o movimento da história tem demonstrado que o ônus das crises inerentes ao grande capital é socializado entre nós, trabalhadores, e não podemos naturalizar a barbárie que atinge nossas vidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

BARROCO, Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Lukács e a crítica do irracionalismo**: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BLANK, Javier; BRITO, Felipe; VILLAR, André. Será guerra? BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Org). **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BURK, Edmund. **Reflections on the revolution in France**. nov. 1790.

CARVALHO, Rosane Ribeiro. **Positivismo e serviço social** – Um questionamento sobre a presença de algumas categorias positivistas em discursos de assistentes sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto. (Org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Discurso sobre o espírito positivo: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, Brasília/DF: Flacso, 2000.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. In: **Questões da nossa época**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREDERICO, Celso. Classes e lutas sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009.

HELLER, Agnes. **O homem do renascimento**. Lisboa: Editorial Presença, Ltda., 1982.

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Comte e a decadência ideológica. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. Instituto Lukács, 2012.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In. _____. (Org). **O mito da assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Isabel (Org.). **Textos escolhidos. Rosa Luxemburgo**. v. I, São Paulo: Unesp, 2011.

LYOTARD, Jean- François. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 14.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O leitor de Marx**. José Paulo Netto (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). **Crise contemporânea, questão social e serviço social. Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: Cead/UnB, 1999.

_____. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva a profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, p.87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. In: **Questões da nossa época**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 200.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo. Cortez, 2011.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. 8. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SILVA, Adriana Brito *et al.* A extrema direita na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXXIV, n. 119, p. 407 a 445, 2014, São Paulo: Cortez.

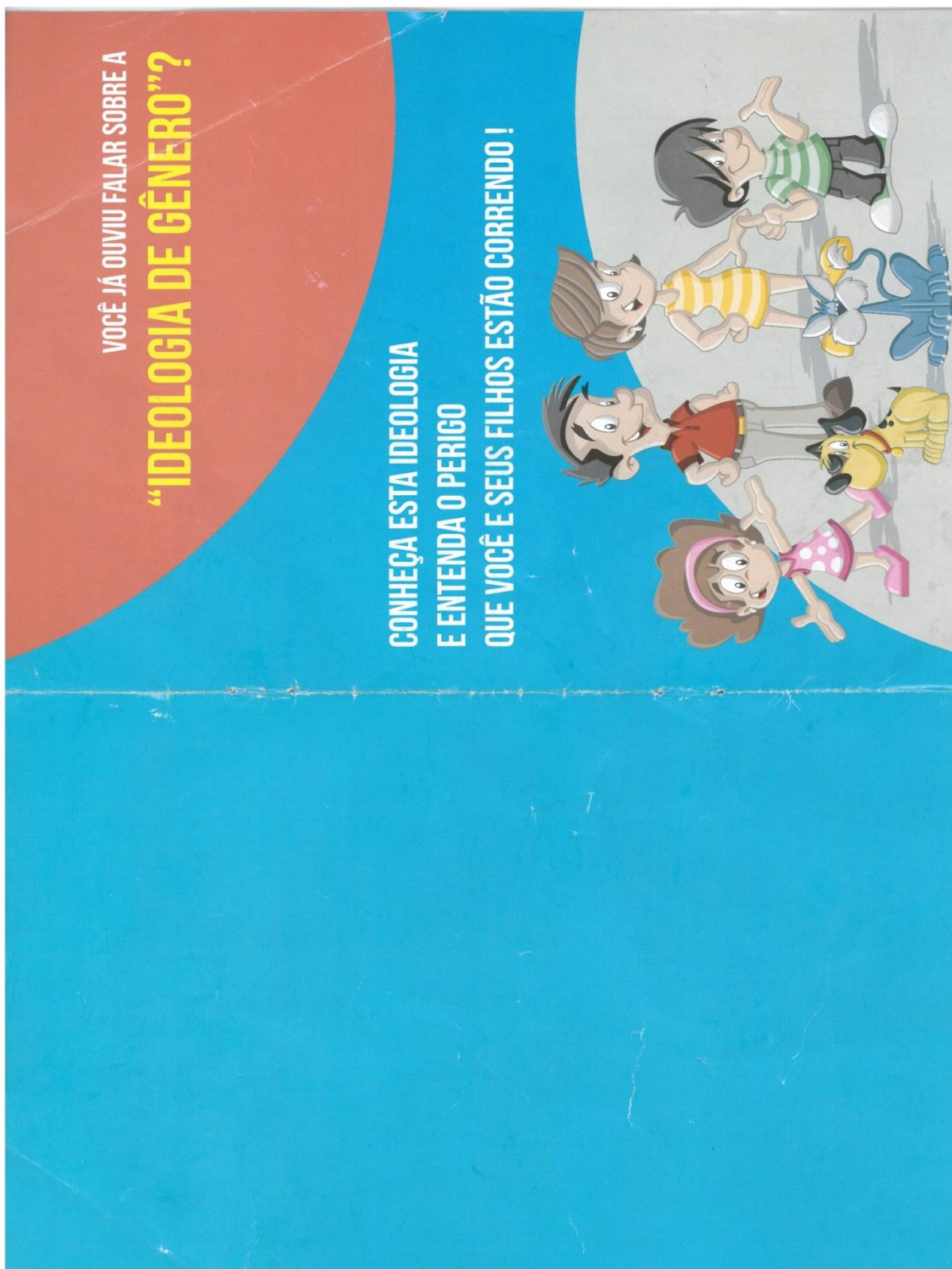
SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF, 2009.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elisabete (Org). **O mito da assistência social**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2010.

TONET, Ivo. Modernidade, pós-modernidade e razão. **Revista Temporalis**, ano v, n.10, jul./dez. 2006, Recife: Universitária.

ANEXO

ANEXO A – Cartilha Família



O QUE É A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?

A “Ideologia de Gênero” afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida.

O que significa “gênero”, então? “Gênero” seria uma construção pessoal, auto-definida, e ninguém deveria ser identificado como “homem” ou “mulher”, mas teria de inventar sua própria identidade.

Quer dizer que essas pessoas acham que “ser homem” e “ser mulher” são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe “homem” ou “mulher”, é cada um que deve inventar sua própria personalidade, como quiser.

**MAS ISSO É UMA LOUCURIA! POR QUE ALGUÉM
IRIA QUERER ISSO?**

**FAÇA SUA PARTE, AJUDE
NA CONSCIENTIZAÇÃO
DESSE RISCO.**

AS FUTURAS GERAÇÕES DA SUA FAMÍLIA AGRADECEM!



02

07

O QUE ACONTECERÁ, CASO APROVEM A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NAS ESCOLAS?

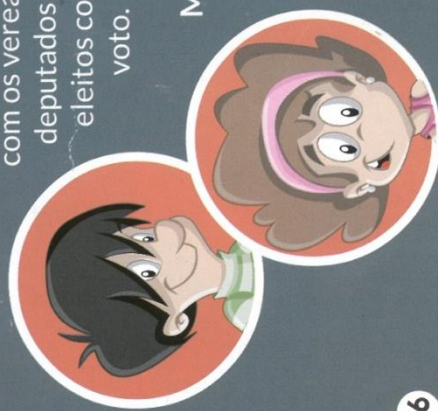
Acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformarem sua identidade. E isso seria obrigatório, por lei.

Os pais que se opuserem, poderiam ser criminalizados por isso. **O que fazer, então?**

Procure a Câmara de Vereadores de seu Município e a Assembleia Legislativa de seu Estado, converse com os vereadores e com os deputados estaduais. Eles foram eleitos com seu voto.

Mais do que nunca, eles precisam defender nossas crianças.

As famílias do Brasil
lhe agradecem!!



06

TALVEZ VOCÊ JÁ TENHA VISTO
NA TELEVISÃO ALGUÉM DIZER
QUE A FAMÍLIA É UMA
INSTITUIÇÃO ANTIQUADA, E
QUE OS TEMPOS MUDARAM,
QUE PRECISAMOS “ABRIR A
CABEÇA”?

03



+15*
“PROJETOS DE LEI”

Existem organizações muito ocupadas em destruir nossas famílias. Dizem que o povo é muito fora de moda e que precisamos deixar os ensinamentos dos antigos e nos abrimos às novidades. **E que novidades!** Como não estão conseguindo mudar a cabeça da população, inventaram novos recursos para nos sabotarem. O mais disfarçado e perigoso é a “Ideologia de Gênero”.

*Somente desde o ano de 2012, mais de quinze “Projetos de Lei” foram apresentados no “Congresso Nacional” tentando introduzir o termo “gênero”.
E garanto que você não estava sabendo disso!!!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO-TCLE

Através desse consentimento formal, participo voluntariamente da pesquisa intitulada: “O CONSERVADORISMO NA ATUALIDADE E SEUS REBATIMENTOS NA DIREÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL”, cujo objetivo principal consiste em investigar o conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social.

Fui informado (a) que a pesquisa não trará nenhum risco, não terei despesas e compensações com o estudo. Concordo com que os resultados obtidos possam ser utilizados para fins acadêmicos, desde que minha identidade não seja revelada. Estou ciente que posso deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e que posso entrar em contato com a principal responsável, Adriana Brito da Silva, pelo seguinte endereço eletrônico: adri_britosilva@yahoo.com.br ou através do telefone celular: (11) 973431416.

Em caso de consideração ou dúvidas sobre a ética da pesquisa, posso entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) 05015-001- Tel./Fax: (11) 3670 – 8466 – e-mail cometica@pucsp.br

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li descrevendo a pesquisa e, portanto, concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assinatura

data: